CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	1

TERCEIRA SECRETARIA
DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA
SETOR DE TRAMITAÇÃO, ATA E SÚMULA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 7ª LEGISLATURA

ATA CIRCUNSTANCIADA DA 60ª (SEXAGÉSIMA) SESSÃO ORDINÁRIA, DE 29 DE JUNHO DE 2016

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Está aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Convido o Deputado Bispo Renato Andrade a secretariar os trabalhos da Mesa.

Eu quero registrar a presença dos estudantes e professores da Escola Classe 46 da Ceilândia que estão participando do projeto Cidadão do Futuro, como parte do programa Conhecendo o Parlamento, sob a coordenação da Escola do Legislativo. Eu quero agradecer a presença de todos e de todas e digo que vocês são bem-vindos ao Parlamento da Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Dá-se início aos

Comunicados da Mesa.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pelo Sr. Secretário.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – O Expediente lido vai à publicação.

Dá-se início ao

PEQUENO EXPEDIENTE.

Passa-se aos

Comunicados de Líderes.

Concedo a palavra ao Deputado Roosevelt Vilela. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29/06/2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	2

Concedo a palavra à Deputada Liliane Roriz. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (Como Líder da Minoria. Sem revisão do orador.) – Boa tarde, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, eu quero cumprimentar nossas crianças e os professores que se encontram hoje no plenário da Câmara, essas moças bonitas e esses rapazes feios que estão aí em cima. Não são moças bonitas que estão aí em cima? E os rapazes, não são feios? Sejam bem-vindos aqui, um abraço a vocês. Eles são da minha cidade de Ceilândia, da terra da professora e Deputada Luzia de Paula, e do professor Deputado Chico Vigilante. Ceilândia só tem gente boa. Vamos convidar o Deputado Prof. Israel para ir conhecer Ceilândia.

Eu gostaria de saudar nossas crianças, nossos professores. Estamos chegando ao final de mais um semestre legislativo. Eu tenho certeza de que construímos aquilo que de melhor podíamos fazer nesse primeiro semestre de 2016. Espero que venhamos a construir, no próximo semestre, melhores debates dentro desta Câmara, da Casa Legislativa.

Há grandes temas para serem discutidos, como as Organizações Sociais. Estamos em plena CPI para discutir bem isso. Também esperamos que o governo envie a LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo; o PPCUB – Plano de Preservação do Conjunto Urbanístico de Brasília, para que a gente possa discutir. Desde já convido o Deputado Prof. Israel a fazer parte da frente parlamentar contra a implantação das OS, para não dizer depois que eu não o convidei, e debatermos temas tão importantes dentro desta Casa, para que a sociedade do Distrito Federal saia ganhando.

Era isso, por hora.

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Bispo Renato Andrade.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, trago aqui algumas preocupações que têm chegado ao exercício da Liderança do PT na Câmara Legislativa. Em primeiro lugar, eu quero pontuar a visita que fiz à Fazenda Alagado da Suzana, Deputada Telma Rufino. V.Exa. está se transformando em uma especialista em terra no Distrito Federal, em função de exercer a presidência da Comissão de Assuntos Fundiários.

Eu visitei uma unidade que era basicamente uma sala de aula, numa localidade com mais ou menos trinta barracos – casas modestas –, com pouco mais de cem crianças. Em média 32 famílias residem naquela localidade. Estou oficiando a alguns Secretários as necessidades urgentes daquela comunidade. Há invasão, inclusive na nascente do Crispim. Eu quero chamar a atenção das autoridades do Distrito Federal, particularmente da Adasa, Caesb, Agefis e Ibram, com relação a

essa nascente do Crispim, área que foi desapropriada pelo Governo do Distrito Federal – é uma gleba de terra que pertence à Terracap – e não pode ser desconhecida das autoridades. Eu quero trazer essa preocupação.

Hoje tive oportunidade de conversar com o Secretário Joe Valle, no sentido de que a Secretaria possa ultimar sua presença naquela localidade, para melhor atender. Para quem não tem muita familiaridade, é uma pista de chão paralela à pista que acessa o presídio feminino, na cidade do Gama.

Sr. Presidente, ainda da tribuna desta Casa, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, quero trazer o processo que está acontecendo na Ponte Alta, Deputada Telma Rufino. A Ponte Alta foi judicializada, e existem estudos financiados pela Terracap em um contrato com a Geológica, que define o processo de ocupação, bem como o processo de parcelamento daquela área. Ocorre que áreas lindeiras a esse quadrilátero vêm se desenvolvendo na forma de condomínios, e é importante que o governo atue. A legislação prevê que é possível ampliar essa poligonal em torno de 10%, naquilo que dispuser o PDOT. Por isso, o PDOT precisa chegar a esta Casa para ser complementado com essas iniciativas.

Eu chamo a atenção do governo, porque nós não podemos desconhecer esse quadro de agravamento do parcelamento de terra na Ponte Alta. É uma área extremamente nobre e extremamente relevante para a região do Recanto das Emas e Gama.

Por último, Sr. Presidente, quero dizer que esse cenário que o País vive com o Governo Temer é extremamente preocupante. Hoje tivemos manifestação dos educadores em frente ao Ministério da Educação. Nós estamos aqui com vários professores e alunos de Ceilândia. Quero saudar a todos com nossos efusivos cumprimentos. Inclusive, é importante vocês saberem que estamos aqui com um debate pautado no encerramento desse semestre com relação à educação infantil. O governo vai ampliar um programa de apoio às crianças que ainda estão fora do atendimento de creche. Esse é um projeto bastante criativo e inteligente, da Secretaria de Educação, que eu quero aproveitar e cumprimentar.

O quadro a que estamos assistindo é extremamente preocupante. Eu não pude estar presente no Ministério da Educação, na manifestação de educadores contra a nova equipe do Ministério da Educação, formada por pessoas que foram lá basicamente em função dos DAS. O quadro do próprio Ministério, alijado do processo, naturalmente vem trazendo indignação aos educadores do nosso País, face a uma gestão que o que menos conhece ali é a área de educação. No entanto, estão diante de uma das políticas mais difíceis, mais complexas do País, que é a educação.

Eu lamento que a um político que está atrás de voto seja entregue um Ministério dessa importância e dessa envergadura. Lamento a falta de criatividade do Presidente não eleito, Temer, com relação ao tipo de profissionais que coloca à frente de um ministério tão importante do nosso país, pessoas que não têm o menor

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
1ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	4

vínculo com a área da educação. É deplorável para todos nós da sociedade civil que esperamos uma educação de qualidade. Muito obrigado.

(Assume a Presidência o Deputado Delmasso.)

PRESIDENTE (DEPUTADO DELMASSO) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Concedo a palavra ao Deputado Wellington Luiz. (Pausa.)

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (Bloco Amor por Brasília. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Boa tarde a todos. Eu gostaria de cumprimentar os alunos, os professores e todos os presentes.

O que me traz aqui, mais uma vez, é a segurança pública do Distrito Federal. No início da semana, nós tivemos uma reunião – eu, o Deputado Wasny de Roure e o Deputado Cláudio Abrantes – com entidades de classe da Polícia Civil e a Direção Geral, e ficamos, mais uma vez, extremamente preocupados e estarrecidos, Deputado Wasny de Roure, com a postura do Governo do Distrito Federal, que vem, durante todo esse tempo, comprometendo-se em manter a isonomia histórica entre essas categorias, a Polícia Federal e a Polícia Civil. Estranhamente, naquela reunião, parece que o Governador esqueceu tudo o que tinha dito. S.Exa. começou a fabricar obstáculos e a criar dificuldade sob argumentos inaceitáveis, como um processo que tramita no Tribunal de Contas da União. Nós não vamos admitir isso. Nós policiais civis não somos imbecis; nós policiais civis sabemos como funciona o processo e jamais admitiremos ser enganados por esse governo.

Então, podem ter certeza absoluta de que, se houver um movimento paredista, Sr. Presidente, o Governador do Distrito Federal será o grande responsável por, mais uma vez, mentir para as categorias.

Eu quero aproveitar este momento, até em solidariedade à Polícia Militar e ao Corpo de Bombeiros, e dizer que, no início da semana, também na segunda-feira, eu tive uma reunião com a Polícia Militar e com o Corpo de Bombeiros, categorias extremamente importantes, que têm sofrido também com as falsas promessas do Sr. Governador. Eu gostaria de ler aqui uma nota pública do Fórum das Associações Representativas dos Policiais Militares e dos Bombeiros Militares do Distrito Federal.

Nota Pública:

"No dia 17 de junho de 2016, protocolamos uma solicitação de audiência com o Exmo. Senhor Governador, Rodrigo Sobral Rollemberg, para tratar da nossa pauta reivindicatória, contendo nossas postulações de recomposição salarial (Polícia Militar do Distrito Federal e Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal).

Antes disso, em 19 de fevereiro de 2016, nos reunimos com a Secretária de Segurança Pública e Defesa Social, Márcia Alencar, e entregamos a nossa pauta de demandas.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29/06/2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	5

No dia 19 de abril de 2016, tivemos uma audiência com o Senhor Comandante-Geral da Polícia Militar e com o Senhor Chefe da Casa Militar para a entrega de uma correspondência oficial com a nossa proposta de recomposição salarial.

Continuando o processo negocial, fizemos uma reunião com o Deputado Federal Alberto Fraga na Câmara dos Deputados sobre a nossa proposta salarial. Posteriormente, nos reunimos com Dr. Tadeu Filippelli, Assessor Especial do Presidente da República para Assuntos do Distrito Federal, para tratar do mesmo assunto.

Continuando o processo de diálogo acerca da nossa recomposição salarial, nos reunimos com o Deputado Distrital Wellington Luiz e, na próxima quarta-feira, nos reuniremos com o Deputado Distrital Roosevelt Vilela.

Até o momento da confecção desta nota, não fomos contatados por nenhuma das autoridades do Governo do Distrito Federal, que, por dever de ofício, deveriam se preocupar com a questão salarial das nossas forças de segurança pública. Nos causa espécie o silêncio das autoridades do GDF em responder às nossas demandas de recomposição salarial.

Sabemos da difícil e delicada situação que o Brasil atravessa na área fiscal e econômica, mas o silêncio das autoridades do GDF sobre tão importante questão nos faz pensar que existe uma insensibilidade ou certo descaso com a remuneração dos profissionais da segurança pública. Por que não sentarmos à mesa e discutirmos uma solução? Por que não colocarmos fim a qualsquer especulações com o governo sendo franco e tentando uma solução a várias mãos? Entendemos até uma sinalização para janeiro do próximo ano, mas a falta de uma resposta é preocupante e nos causa aflição para planejarmos nossa vida juntamente com nossas famílias, pois além de profissionais, somos cidadãos, pais e mães de família.

Esse silêncio, além de expor uma estranha insensibilidade do GDF com profissionais que são capazes de doarem suas próprias vidas para defenderem a sociedade do Distrito Federal, nos causa insegurança e nos faz sentir desamparados pelo mesmo governo que deveria nos proteger e nos incentivar.

Sr. Governador, a Constituição Federal diz no seu artigo 21, inciso XIV, que compete à União manter e organizar a Polícia Militar, a Polícia Civil e o Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal. Portanto, as despesas com a folha de pagamento dos profissionais da segurança pública do Distrito Federal não entram no cálculo das despesas com pessoal do Governo do Distrito Federal no tocante aos limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

As polícias militares dos antigos territórios que são regidos pela nossa lei de remuneração tiveram aumento salarial aprovado recentemente pela Câmara dos Deputados. Por que não fomos contemplados de forma igual? Vamos buscar um processo de união jamais visto no nosso segmento profissional e nos reunir com os

sindicatos da Polícia Civil para colocarmos nossas demandas na mesma mesa para, de forma justa e transparente, negociar de forma global nossas demandas de recomposição salarial respeitando as peculiaridades de cada instituição.

Sr. Governador, esperamos que, em respeito à nossa história e à nossa condição de servidores de Estado, o senhor nos chame para dialogarmos e para acharmos uma solução que atenda as partes envolvidas de forma equânime, pois não podemos aceitar que sejamos os únicos responsáveis pelo desequilíbrio das finanças públicas do Distrito Federal. Vamos dialogar nos respeitando, mutuamente, na busca do consenso e assim poderemos até entender as dificuldades do governo em atender já, em 2016, nossas demandas. Porém, é imprescindível que V.Exa. assuma o compromisso de fazê-lo a partir de janeiro de 2017, assim como a União fará com a Polícia Federal.

Respeitosamente, Fórum das Associações da PMDF e do CBMDF".

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Permite-me V.Exa. um aparte?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Ouço o aparte de V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Deputado Wellington Luiz, Líder do PMDB, se V.Exa. me autoriza, eu gostaria de me associar a V.Exa.

Ainda não tinha conhecimento desta nota, mas creio que é bastante oportuna. Quero dizer que tanto a Polícia Militar quanto o Corpo de Bombeiros têm de aprofundar esse debate, que não pode ser protelado nem desconhecido. Tenho a compreensão de que no ano passado, no mês de setembro, tivemos a última etapa da questão referente ao auxílio-alimentação e ao auxílio-moradia, que foi decisão do governo anterior, a qual foi bastante criticada pelos policiais e pelo Ministério Público, que entendeu que precisaria ter cobertura do Congresso Nacional com relação à legislação. No entanto, essa questão está mal resolvida porque há um anseio na tropa, tanto do Corpo de Bombeiros quanto da Polícia Militar, da reestruturação da sua carreira. Foi muito mal resolvido o problema, principalmente no que diz respeito às promoções no governo do ex-governador Arruda, quando a matéria transitou no Congresso Nacional. V.Exa. é conhecedor, porque é da segurança pública. Acho que não teria pessoa mais adequada até mesmo para ler essa nota. V.Exa., ao mesmo tempo, acompanhou a audiência de segunda-feira do Governador com os representantes do Sindicato da Polícia Civil do Distrito Federal – SINPOL, bem como com os dos delegados da Polícia Civil do Distrito Federal.

V.Exa. estava presente, bem como eu e o Deputado Cláudio Abrantes, e qual não foi a nossa surpresa! Extremamente incompreensível, porque o Governador alega que, em função da apreciação do relatório no Tribunal de Contas da União sobre a questão previdenciária, o assunto da remuneração não pode ser tocado. Ora, uma coisa é o direito proveniente das necessárias reposições de perdas inflacionárias.

Vou ser muito transparente, Deputado Wellington Luiz. Ontem eu cobrava aqui da Presidenta Celina Leão em relação à reposição dos servidores desta Casa. Não é moralmente correto eu não cobrar do Governo do Distrito Federal em relação a uma categoria que, nos últimos quatro anos, praticamente não teve nada – quatro não, cinco anos, se não me falha a memória.

Então, nós precisamos estar focados. É bem verdade, não posso deixar de reconhecer que o governo fez a nomeação de 155 policiais, escrivães e agentes, um anseio da sociedade, um anseio das unidades da Polícia Civil do Distrito Federal.

Portanto, eu faço um apelo aqui para que o governo trate este assunto tanto do ponto de vista político como do ponto de vista formal. O que não pode é transmitir para o segmento uma indiferença.

Eu quero fazer, nas palavras de V.Exa., um apelo ao Governador Rodrigo Rollemberg pela maneira sempre responsável na condução da coisa pública do Distrito Federal. Nós não podemos apenas pensar na responsabilidade com a União. Nós temos que pensar na responsabilidade com as famílias. Há vários colegas Parlamentares desta Casa que têm defendido a família. Esse é o momento para defender a família, porque, muitas vezes, ameaçado pela insuficiência remuneratória, o servidor vai buscar de forma, muitas vezes – não posso dizer todas –, não tão transparente nem tão lícita, porque a necessidade, às vezes, é maior.

Cumprimento V.Exa. e agradeço pela oportunidade deste aparte.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Agradeço as palavras do Deputado Wasny de Roure.

Mais uma vez, também usando suas palavras, Deputado, espero que o Governador se sensibilize. Volto a dizer: se algum movimento acontecer nas forças de segurança pública do Distrito Federal, seja antes, durante ou seja depois das Olimpíadas, o grande responsável será o Sr. Governador, pela falta de sensibilidade e pela falta de compromisso com os trabalhadores e, infelizmente, por ter feito tantos compromissos e não ter o mínimo de responsabilidade em cumpri-los.

Muito obrigado.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputados, eu queria fazer um encaminhamento. Eu gostaria de saber se todos podem abrir mão dos comunicados para já entrarmos em votação. É um apelo que faço a V.Exas. Eu sei que, se V.Exas. quiserem falar, têm legitimidade para isso.

A pauta tem o que foi pedido por V.Exas. Eu incluí ontem. Então, para quem recebeu a pauta pode acompanhar, está mais ou menos a partir do Item nº 151 e a extrapauta são os projetos do Executivo que foram acordados no Colégio de Líderes.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de chamar a atenção dos Deputados, por gentileza, Deputado Prof. Reginaldo Veras, Deputada Luzia de Paula, Deputado Delmasso. Chegou o projeto de autoria do Poder Executivo que "dispõe sobre o pagamento da taxa de inscrição dos estudantes de ensino médio da rede pública do Distrito Federal do Programa de Avaliação Seriada – PAS, nas etapas I e II, na Universidade de Brasília e dá outras providências".

Eu, o Deputado Prof. Reginaldo Veras, o Deputado Prof. Israel, o Deputado Delmasso e mais outras pessoas envolvidas com o tema já fizemos várias audiências. É importante demais que votemos isso hoje, para que possamos aprová-lo, mesmo porque é preciso assinar emendas – não é isso, Deputado Prof. Reginaldo Veras? – para que esses alunos continuem pleiteando aquilo que é o sonho deles, que é o ingresso na UnB. E, se não aprovarmos isso agora, dificilmente isso vai acontecer ainda este ano. Para as próximas inscrições, é claro.

Esse debate tem sido levado às escolas por nós: o Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu, o Deputado Delmasso e o Deputado Prof. Israel. Eu sei que há mais um Deputado, mas eu esqueci quem é.

Então, Sra. Presidente, eu gostaria muito de fazer essa solicitação a V.Exa. se for possível, em nome da comunidade de estudantes do Distrito Federal que pleiteiam o ingresso na UnB: votemos isso aqui. Isso está acima de qualquer iniciativa de qualquer Deputado. Isso é realmente em favor daqueles que querem ingressar na UnB.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, somente para contribuir com a fala do Deputado Bispo Renato Andrade. Seria meu pronunciamento nos Comunicados de Parlamentares, mas sem problema, faço agora.

Eu já havia conversado ontem com o Deputado Julio Cesar para que tentasse sensibilizar V.Exa. para que votássemos esse projeto hoje. É tranquilo, é consensual. Existe um grupo de oito Parlamentares não somente envolvidos nesse debate, mas que também estão disponibilizando remanejamentos orçamentários para que tal projeto seja concretizado já agora no mês de agosto. Não precisa nem falar do mérito e da importância disso.

Então, conto com a sensibilidade de V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputados, eu vou passar a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro, mas eu quero reafirmar aqui algumas coisas que nós temos falado.

É um desrespeito com esta Casa o Governo do Distrito Federal, três dias antes do encerramento, protocolar tantos projetos importantes, que já deveriam ter sido protocolados, pelo menos, em fevereiro, março ou abril. Eu já vi os Deputados Bispo Renato Andrade e o Prof. Reginaldo Veras falarem sobre isso aqui há três meses. Chegar na última hora colocando em cima da Câmara Legislativa toda a responsabilidade de aprovar ou de não aprovar, como foi feito na Lei dos Puxadinhos e está sendo feito agora, é uma prática nefasta que acaba, inclusive, com a condição de um Poder Legislativo como o nosso. É claro que esta Casa sempre será responsável, Deputado Prof. Israel, em votar projetos com temas como este, que é um pedido do Deputado Bispo Renato Andrade e de V.Exa.. É um desrespeito, sim, com esta Casa esse projeto ter sido protocolado. Ele nem foi distribuído ainda às comissões. Foi protocolado praticamente hoje.

Não devemos cobrar quando não damos o exemplo, mas nós demos exemplo. Na semana passada, nós já havíamos terminado, praticamente finalizado a pauta dos Deputados. Os projetos dos Deputados que serão votados hoje são inclusive um *plus*, porque nós já terminamos a pauta dos Deputados.

É algo que denuncia realmente a falta de respeito com este poder. Era o momento de talvez o Deputado Prof. Reginaldo Veras fazer uma audiência pública sobre este tema na sua comissão, discutir com os alunos, melhorar o texto, colocar isso em um programa continuado. Mas este poder é simplesmente atropelado. Assim tem sido feito.

Por isso, eu achei muito correta a atitude da Deputada Telma Rufino de não estar aprovando um texto do Executivo, mas estar prorrogando para fazer uma lei decente, porque não dá para construir uma lei decente em três dias. Porque, por mais que nós tenhamos técnicos competentes no Poder Executivo, sempre esta Casa tem de fazer ajustes nos textos que vêm do Poder Executivo. Melhorando, claro.

Então, Deputada Telma Rufino, eu quero parabenizar V.Exa., que vai construir uma lei definitiva. Há seis anos que eu estou aqui e há seis anos que eu voto a Lei dos Puxadinhos. Este ano é mais uma prorrogação. É como se a gente desse um tapa na cara da população. É como se a gente ou o governo não conseguisse produzir leis eficientes. Não é possível que não tenhamos condições de finalizar isso.

Estou falando, porque reafirmei na semana passada. Têm chegado legislações de última hora, e colocam essa responsabilidade na gente. A irresponsabilidade, se a gente não aprovar isso, é do Executivo, porque eu avisei. Eu

avisei, há duas semanas, que a gente não iria aceitar pauta de última hora. Este poder está realmente sendo colocado no limbo.

Fica o aviso: que a gente possa discutir isso com antecedência. Se não houver objeção de nenhum dos Líderes, eu acato a solicitação do Deputado Bispo Renato Andrade, pois não vamos prejudicar os alunos que já começam o PAS – Programa de Avaliação Seriada agora em agosto. Isso é tirar a oportunidade de os Deputados debaterem nas comissões, onde se melhoram os projetos. Isso é algo muito negativo.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só quero mostrar que a fala de V.Exa. é muito importante. Estamos, no *hall* de entrada, com um grupo de alunos do Sigma justamente pleiteando...

O projeto de lei traz atendimento a uma renda *per capita* de um salário mínimo e meio por família, o que vai contemplar cerca de trinta mil alunos. Se ampliássemos a renda *per capita* para dois, atenderíamos cerca de cinquenta mil. Claro que haveria um impacto orçamentário de três milhões a mais, mas, se tivéssemos tempo hábil para debater, certamente angariaríamos isso.

O Deputado Raimundo Ribeiro acabou de se prontificar, junto com a Deputada Telma Rufino, a contribuir também para a execução desse projeto por meio de emendas. Será muito bem-vindo. Se iríamos atender a trinta mil, certamente poderemos atender agora a uns 38 mil. Quanto mais, melhor, nesse caso.

Parabéns ao Deputado Raimundo Ribeiro e à Deputada Telma Rufino, que também estão contribuindo para esse projeto! Mas fica a prova de que, se vem um pouco antes, a gente sempre consegue melhorar e alcançar uma parcela maior da sociedade.

Obrigado, Presidente.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Sem Partido. Sem revisão da oradora.) – Deputado Raimundo Ribeiro, eu queria colaborar com a sua fala, porque esse projeto dos puxadinhos não chegou agora, nós o pedimos desde abril de 2015. Ele chegou a esta Casa na sexta-feira. Não temos condições nenhuma de reanalisá-lo. Por isso que eu pedi, junto com os demais Deputados, para prorrogarem isso aí por um prazo de 120 dias.

Era isso, Sra. Presidente.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero agradecer a deferência e fazer um pequeno acréscimo. Na verdade, discute-se puxadinho no Distrito Federal há nove anos. Eu era Secretário de Justiça, Direitos Humanos e Cidadania quando fiz a primeira reunião.

Se não me engano – o Deputado Rôney Nemer está ali –, já naquela época, no Governo Arruda, a gente começou a discutir esse assunto. Lembra-se dos puxadinhos? De lá para cá, adotou-se uma pequena medida. De lá para cá, o que vem acontecendo é apenas a prorrogação.

Estamos há um ano e meio aí e, lamentavelmente, o governo não apresenta nenhuma proposta, a não ser uma ou outra alteração, e nos manda a matéria no final do semestre, para que esta Casa aprove no afogadilho.

Eu queria entrar, Deputada Celina Leão, naquilo que a senhora disse. Veja só: o governo, sistematicamente, encaminha-nos projetos quando faltam um ou dois dias para o encerramento dos trabalhos legislativos.

Isso é uma demonstração clara de que ou é incompetente ou usa de má-fé, porque, quando encaminha o projeto para não ser analisado, ele quer passar o trator por cima. Esta Casa não pode se vergar diante disso. Esta Casa tem muito a contribuir. Aliás, para este governo que aí está, esta Casa já contribuiu demais.

Quantas vezes o governo mandou projetos imprestáveis para esta Casa, que praticamente fez substitutivos? Inúmeras vezes. Mas a prática do governo é sempre a mesma, e não dá para a gente ficar sempre calado, ouvindo e atendendo a essas coisas.

Ontem tive a oportunidade de, em uma conversa com o representante do governo e com a Deputada Telma Rufino, falar acerca desse Projeto dos Puxadinhos. A Deputada Telma Rufino, generosamente, inclusive, empresta o prazo de noventa dias. A minha sugestão é de que fosse de sessenta dias, porque eles já estão há um ano e meio e não fizeram.

É necessário que trabalhem de manhã, de tarde e de noite e façam. Tem-se que fazer alguma coisa. Tem-se que regularizar essa situação, que já dura nove anos. E não dá para a gente ficar aqui...

O Governo manda como se fosse apenas uma prorrogação, mas há alterações no meio dessa situação. E, dentro daquilo que ficou acordado, nós não iremos endossar nenhuma dessas alterações. Vamos apenas conceder o prazo de mais noventa dias, para que o governo possa mandar o projeto com prazo suficiente para ser analisado por esta Casa, que o aprovará ou não.

Com relação à questão do PAS, eu gostaria de dizer o seguinte: como é que o governo encaminha ontem um projeto para o PAS, que acontecerá já no mês de agosto, e sob um discurso que me parece extremamente falacioso quando diz que a renda é de até um salário mínimo e meio? Não vou cair nessa bobagem de ficar discutindo a renda, até porque o que queremos é valorizar a escola pública. É o estudante de escola pública que deve ter os mecanismos necessários para se submeter a essa avaliação.

Então, essa história de fixar em um salário mínimo e meio ou dois me parece que é irrelevante. O que temos de fazer é o seguinte: todos os estudantes que prestigiam a escola pública devem ter o direito de se submeter à avaliação. E, se houver alguma taxa a pagar, que se pague ou que o GDF faça um convênio com a instituição de ensino superior, afinal de contas eles têm mecanismos que possibilitam fazer trocas. O que nós não podemos aqui é querer agora criar cotas ou castas, porque realmente vai ficar muito ruim para o nosso ensino. Isso demonstra, inclusive, a falta de preocupação com a educação pública do Distrito Federal.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Faremos a votação dos projetos já acordados.

Começaremos pelo Item nº 151.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, muita gente falou e eu quero falar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – V.Exa. vai usar a palavra nos Comunicados de Parlamentares?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Vou.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Tudo bem.

Eu perguntei se havia acordo e todos ficaram em silêncio. Ok.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero apenas cumprimentar os inspetores fiscais de limpeza pública que estão aguardando o projeto deles, de nível superior.

E a gente espera que o governador mande o mais rápido possível. Sei da sensibilidade de V.Exa. para colocá-lo em votação, e ele será aprovado, porque é um direito legítimo, é um direito líquido e certo.

Lembro que esse é um pleito trazido pelo Deputado Rôney Nemer, e o Deputado Rafael Prudente tem nos ajudado, bem como todos os Deputados.

Contem com a gente! Esta Casa entende o pleito como justo, e vocês vão contar com todos nós.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Obrigada, Deputado Wellington Luiz.

Fiquei sabendo que o Rafael, do nosso gabinete, atendeu vocês hoje pela manhã. Podem contar conosco! O Deputado Rôney Nemer é um grande amigo, e esperamos que o governo faça o dever de casa, encaminhando o projeto.

Passa-se aos

Comunicados de Parlamentares.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Para breve comunicação. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia deixar, em hipótese alguma, de no dia de hoje tratar dessa maldita ideia que o governo encaminhou para a Câmara Legislativa, que é o chamado projeto das OS – Organizações Sociais. Fiz questão de pontuar por escrito qual é a minha opinião com relação às OS, Organizações sociais, a privatização da saúde pública.

O Governo Rodrigo Rollemberg, rompendo definitivamente com a ideologia de esquerda, protocolou nesta Casa o projeto de lei que trata da atuação das Organizações Sociais na educação, pesquisa científica, desenvolvimento tecnológico, proteção do meio ambiente, cultura e saúde. Portanto, é um leque muito amplo de discussão.

Trata-se, na verdade, da tentativa do atual Governo de dar início à privatização da saúde pública do Distrito Federal. Essa é uma iniciativa infeliz, com a qual não podemos concordar em hipótese alguma, pois a saúde pública tem de ser prestada pelo próprio Poder Público e não por instituições privadas, ainda que se apresentem sob o rótulo de sem fins lucrativos.

Essa é uma questão de princípio, mas, não bastasse a afronta ao princípio de que a saúde pública tem de ser sempre pública, o projeto agride regras elementares da Administração Pública e escancara as portas para toda sorte de problemas, como os seguintes, a título de exemplo.

O primeiro deles é que as cláusulas contratuais não serão pré-elaboradas pelo Poder Público, mas negociadas com a organização social. Isso vai de encontro à transparência e subordina o interesse público à vontade privada, invalidando por completo o processo seletivo previsto no próprio projeto de lei. Se tem processo seletivo, as condições são previamente impostas pela Administração Pública e não negociadas com o poder particular.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
1ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	14

O segundo grande problema da proposta do Governador é que ela só exige conselho fiscal das organizações sociais se o contrato de gestão tiver montante acima de 5 milhões anuais. Ora, se a instituição é sem fins lucrativos, nada mais natural do que ela ter um conselho fiscal para acompanhar o dia a dia da gestão, apontar os erros e excessos e solicitar a devida correção.

O terceiro problema seríssimo, para parar por aqui, é a cessão de servidor público, inclusive da área de saúde da Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, para as organizações sociais. Servidor público só pode ser cedido para exercício em outro órgão público. Jamais para a iniciativa privada. Mais estranho ainda é que o salário do servidor cedido vai continuar sendo pago pelo Poder Público. Com isso, as organizações ganham duas vezes, pois recebem os recursos do contrato de gestão, e o Poder Público ainda paga o pessoal para trabalhar para elas.

Evidentemente não se pode aceitar tamanho desmando nas coisas públicas. Se o atual Governo não tem competência para gerir a saúde e, por isso, quer entregá-la a iniciativa privada, tem de pedir desculpas à população, pois não foi isso que ele defendeu na campanha eleitoral de 2014. Exigimos seriedade.

Por isso, entendemos que o Projeto de Lei de privatização da saúde pública do Distrito Federal é descabido, inconveniente e inoportuno e deve ser rejeitado pela

Câmara Legislativa do Distrito Federal.

Brasília-DF, 29 de junho de 2016.

Deputado CHICO VIGILANTE - PT/DF.

Essa é a minha posição. Já estamos propondo aqui uma frente parlamentar para combater essas organizações sociais que, por onde passaram, deixaram um rastro de destruição na saúde pública.

Por último, Sra. Presidente, quero me associar aos trabalhadores do SLU e o pessoal da fiscalização que estão aqui em legítimo pleito. Vocês terão todo o meu apoio no pleito aqui colocado por vocês.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Dá-se início à

ORDEM DO DIA

Item nº 152:

Discussão e Votação, em 2º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2016, de autoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que "altera dispositivos da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, que 'dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências'".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 | 06 | 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	15

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2016

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 68/2016 DATA: 29/06/2016
AUTORIA: TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
TURNO: 1º ( ) 2º (x) RED. FINAL (x)

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
7	DELMASSO	PTN	1					
8	JUAREZÃO	PSB				1		
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PTB				1		
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PPS	1					
	RESULTADO		19	0	0	5	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
19	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
5	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
19	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	16

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) - A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

O projeto está aprovado.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei Complementar nº 68, de 2016, de autoria do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que "altera dispositivos da Lei Complementar nº 1, de 9 de maio de 1994, que 'dispõe sobre a Lei Orgânica do Tribunal de Contas do Distrito Federal e dá outras providências'".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 153:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 338, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "dispõe sobre a transparência dos gastos com cartão corporativo".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Lembro aos colegas que quem não estiver em plenário não terá os projetos de sua autoria apreciados. Foi o acordo de líderes só apreciarmos os projetos de quem estiver em plenário.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	17

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 338, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "dispõe sobre a transparência dos gastos com cartão corporativo".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, até mesmo para dar ciência aos Deputados, vou fazer o pedido para incluir como itens extrapauta os projetos de lei de autoria do Executivo que queremos apreciar hoje, conforme combinado no Colégio de Líderes.

Então, peço que sejam incluídos na pauta: Projeto de Lei nº 1.166, da CEB; Projeto de Lei nº 1.108, da Caixa Econômica; Projeto de Lei Complementar nº 71, a respeito dos puxadinhos; Projeto de Lei nº 1.119, da Procuradoria; Projeto de Decreto Legislativo nº 17, que trata de homologação de ICMS; Projeto de Decreto Legislativo nº 18, que também é homologação de ICMS; Projeto de Lei nº 1.107, que é a Lei de Diretrizes Orçamentárias; e também o Projeto de Lei nº 470.

Aproveito, Sra. Presidente, para pedir que também seja colocado como extrapauta e ao mesmo tempo pedir aos líderes que a gente possa votar o Projeto de Lei nº 820, que é sobre o DER. Fazemos essa consulta aos líderes para votarmos hoje. Também o Projeto de Lei nº 1.165, sobre o Simples Candango; e o Projeto de Lei nº 1.179, sobre o PAS – Programa de Avaliação Seriada, que já foi até pedido pelo Deputado Bispo Renato Andrade. Principalmente o do DER e o que trata do Simples Candango, o Projeto de Lei nº 1.165.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
1ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	18

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Quero só reafirmar aos colegas o que ficou acordado no Colégio de Líderes: somente até o Item nº 8, que é a homologação da Lei nº 470. O projeto do DER não está acordado ainda, o Simples Candango não está acordado ainda, e o do PAS não está acordado ainda. Então, nós dependemos da aprovação dos líderes para aprovarmos esses outros três projetos.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só confirmando, então: Projeto de Lei nº 1.166, Projeto de Lei nº 1.108...

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Olha só: o Projeto de Lei nº 1.166 é o projeto da CEB, o de 525 milhões da CEB. Ele não está na pauta. O segundo item é o do Projeto de Lei nº 1.108, que é o da Caixa Econômica.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – O projeto nº 1.166 teve acordo no Colégio de Líderes?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Exatamente. O Projeto de Lei nº 1.108 é o da Caixa Econômica. O item nº 3, da extrapauta que nós estamos tentando montar, é o dos puxadinhos, que é o acordo para a gente fazer somente a prorrogação da lei. O item nº 4 é o da Procuradoria. O item nº 5...

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – É o 1.119 o da Procuradoria, não é isso?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É, o Projeto de Lei nº 1.119.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Ok.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O item nº 5 é a homologação do convênio do ICMS.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Que é o Projeto de Decreto Legislativo nº 17?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Projeto de Decreto Legislativo nº 17.

E o nº 18 também. O 17 e o 18, são duas homologações de ICMS.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – E tem a LDO?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É. E o outro é a LDO.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Só peço a V.Exa. no sentido de seguir o acordo e não ultrapassar o limite das comissões.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não, não, não. Inclusive...

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Porque senão fica expondo aqui no plenário. O Líder de Governo fica demandando e expõe aqui os colegas que não conseguiram ir à reunião.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É por isso que fiz questão de fazer o seguinte, até porque o Deputado Julio Cesar falou o que tinha sido acordado, pontuou, falou até o que foi acordado e fez pedido de mais três projetos.

Essa aqui foi acordada, Deputado Julio Cesar? O 470? Qual que é esse, Deputado? Mas esse não foi acordado.

Então, vamos fazer o seguinte...

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só para alertar o meu Líder Deputado Bispo Renato Andrade... Primeiro, só para alertar, seguir na mesma linha do Deputado Cristiano Araújo: muitos desses projetos aqui não passam em comissão nenhuma, passam apenas na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. E nós temos um projeto aqui específico que o Deputado Julio Cesar pediu para colocar na pauta, o do Simples Candango, que é um projeto complexo, é um projeto de aumento de tributos. Então, faço aqui só esse alerta ao Líder do meu bloco, Deputado Bispo Renato Andrade, que tem toda autonomia para falar por nós.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Mas já que V.Exa. falou, peço até a compreensão do meu bloco, porque eu também não concordo que seja votado hoje exatamente pela complexidade, e a gente gostaria de chamar o setor produtivo para que a gente possa discutir o tema. Sem votar no açodamento.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Então olha só, pessoal, só para ratificar então o que está realmente acordado. O que foi acordado no último Colégio de Líderes ou de outros pleitos que foram feitos aqui, os que estão acordados são o projeto da CEB, o projeto da Caixa Econômica, o projeto do puxadinho, o projeto da procuradoria...

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Na verdade é só homologação, não é isso? A apreciação do projeto fica para o semestre que vem?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Exatamente. Em noventa dias.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – É um projeto da Deputada Telma Rufino?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – É, exatamente. O projeto da procuradoria, os dois PDLs, que são o Projeto de Decreto Legislativo nº 17 e o Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2015, e a LDO. Só. Só esses são do acordo do Colégio de Líderes. Aí os outros itens são os pedidos que vocês, Líderes, decidam e depois a gente vai retornar a falar.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Quero apenas registrar, não sei se já o fizeram, a presença aqui do nobre Deputado Rôney Nemer. E atendendo à solicitação de S.Exa., eu liguei para a Casa Civil para pedir prioridade ao projeto de lei de nível superior dos inspetores fiscais de limpeza urbana que, inclusive, já está aprovado pela Secretaria de Planejamento, só precisando que a Casa Civil mande o projeto de lei, já que não tem impacto financeiro nenhum. Era isso o que eu tinha a falar, Sra. Presidente. (Palmas.).

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a minha solicitação é simples. Verificando, eu tinha um projeto que está tramitando desde 2012, que é o projeto que regulamenta o plebiscito, entretanto por uma falha minha, da minha assessoria, mas também da Câmara Legislativa, o Deputado Ricardo Vale apresentou um projeto depois que tramitou na frente quando o normal teria sido que fossem apensados, não é? O meu estava há mais tempo, portanto teria que ter sido apensado. Tendo em vista isso, peço a V.Exa. que tire de tramitação o item nº 157, que eu substituo pelo item nº 250, previsto para agosto, que é o Projeto de Lei nº 1.014. Estou colocando o Projeto de Lei nº 1.014 no lugar do Projeto de Lei nº 478.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Qual o item da pauta, Deputado?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Item nº 157, estou substituindo-o pelo item nº 250 da pauta. Está tudo na pauta, ok?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, a Deputada Liliane Roriz me ligou aqui e pediu que eu falasse em nome dela. S.Exa. pede desculpa a todos os Parlamentares, o pessoal da imprensa, mas

ela continua enferma. Ontem, ela disse que acabou se excedendo e está impedida pelo seu médico de comparecer hoje a essas importantes votações.

Então, S.Exa. pediu que fizéssemos esse comunicado aqui. Agradeço V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Inclusive, Deputado Prof. Reginaldo Veras, eu vou colocar para votar todos os projetos da Deputada Liliane Roriz porque ela está afastada por motivos médicos.

Então, acho que é de bom senso nosso, se houver algum projeto da Deputada Liliane Roriz, que votemos. Solicito à assessoria da Deputada Liliane Roriz que veja quais são os itens. Ok?

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidenta, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu já notifiquei por escrito à assessoria três sugestões, apesar de só ter direto a duas, porque apenas um projeto meu foi votado em segundo turno, e em substituição, inclusive, a um dos itens colocados aqui, um projeto da minha autoria.

Então, já é de conhecimento do Marcelo, são dois projetos de lei que estamos pedindo para que sejam apreciados pelo Plenário. Na realidade, eu só tive um projeto apreciado. V.Exa., inclusive, é testemunha, porque entendeu que colidia com um projeto já anterior de autoria de V.Exa. Eu entendo, às vezes, essas coisas acabam sendo repetitivas.

A segunda questão, Sra. Presidenta, eu não posso deixar aqui de cumprimentar os servidores da Agefis, da carreira de fiscais. Eles estiveram hoje conosco reportando, Sra. Presidenta, inclusive, uma conversa que tiveram com V.Exa. anteriormente. Um fato muito importante é que o Governo do Distrito Federal já tem um projeto de lei para ser encaminhado a esta Casa, está ao nível do Secretário da Casa Civil, e nós então queremos fazer um apelo.

O Deputado Cristiano Araújo fez uma moção que já foi votada aqui, portanto, é dispensável. Faço um apelo ao Governo do Distrito Federal que encaminhe uma propositura permitindo o reconhecimento desse direito a esses servidores da fiscalização, da auditoria, das atividades urbanas do Distrito Federal.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o acordado é que cada Parlamentar indicasse três projetos. Pergunto a

V.Exa. se, considerando que só indiquei um para ser votado, V.Exa. me autorizaria a indicar dois projetos do Deputado Joe Valle para que entrem na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Sem problemas, Deputado.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Muito obrigado, Sra. Presidente. Já levo à Mesa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu vou suspender a sessão porque acho importante o Deputado Rôney Nemer dar a palavra e ele não pode fazer durante a fala do plenário.

Está suspensa a sessão.

(Suspensa às 17h08min, a sessão é reaberta às 17h10min.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está reaberta a sessão.

O Deputado Raimundo Ribeiro está aqui e disse que nunca viu isso. Regimentalmente, suspendemos a sessão para ouvirmos o Deputado Rôney Nemer, e depois reabrimos, pelo mérito de S.Exas. que já foram Deputados. O Deputado Rôney Nemer ficou aqui por tantos mandatos, durante 12 anos. O mínimo de respeito que podemos ter é suspender a nossa sessão para ouvir um colega, e já retornamos à presente sessão.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero dizer aos servidores do SLU que eles têm nosso total apoio, estamos imbuídos na causa deles. Eu apresentei uma moção há alguns meses, à qual o Deputado Wasny de Roure fez referência, e aguardamos a decisão do Governador Rollemberg para enviar o projeto dos servidores aqui para a Casa. É muito importante, justo, devido, e não vai gerar nenhum aumento salarial para eles, Deputado Chico Leite. Então não há despesa.

Aos inspetores de limpeza pública, quero consignar aqui o apoio do PSD, tanto do Deputado Federal Rogério Rosso quanto do Vice-Governador Renato Santana. O Vice-Governador já havia me ligado na semana passada pedindo que eu os atendesse e somasse esforços junto a eles, a fim de que fosse enviado esse projeto de lei para cá. Então, eu quero dizer do total apoio do PSD, do Vice-Governador Renato Santana, como também do Deputado Federal Rogério Rosso, nessa causa de vocês, da Agefis. (Palmas.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 154:

Discussão e votação, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 376, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "dispõe sobre a afixação nas salas de aulas dos estabelecimentos públicos e particulares de ensino do Distrito Federal de aviso

contendo o número do telefone do Disque Denúncia contra qualquer tipo de violência, abuso ou assédio sexual cometido contra menores de idade".

Aprovado em primeiro turno.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 15 Deputados.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Lei nº 376, de 2015, de autoria da Deputada Luzia de Paula, que "dispõe sobre a afixação nas salas de aulas dos estabelecimentos públicos e particulares de ensino do Distrito Federal de aviso contendo o número do telefone do disque denúncia contra qualquer tipo de violência, abuso ou assédio sexual cometido contra menores de idade".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à sanção.

Item nº 155:

Discussão e votação, em 1º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 24, de 2011, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "dá nova redação ao art. 123 da Lei Orgânica do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL.
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	24

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando a proposta; os que votarem "não" estarão rejeitando-a.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2016

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 24/2011 DATA: 29/06/2016
AUTORIA: ( ) PODER EXECUTIVO ( )DEPUTADO WELLINGTON LUIZ
TURNO: 1º (X) 2º ( ) RED. FINAL ( )

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CHICO LEITE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
7	DELMASSO	PTN	1					
8	JUAREZÃO	PSB	1					
9	JULIO CESAR	PRB				1		
10	LILIANE RORIZ	PTB				1		
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB				1		
19	ROOSEVELT VILELA	PSB				1		
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PPS	1					
RESULTADO			18	0	0	6	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
18	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
6	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
18	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA SANDRA FARAJ

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	25

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 18 votos favoráveis. Houve 6 ausências.

Está aprovada.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 156:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.814, de 2014, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "inclui o Festival do Japão no calendário oficial de eventos do Distrito Federal".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18.

A matéria segue a tramitação regimental.

O próximo item a ser apreciado seria o de nº 157, mas ele foi trocado pelo item nº 250. Foi a troca do Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu estou apresentando um requerimento com outros Deputados requerendo a realização de comissão geral para debater o projeto de lei do Poder Executivo que dispõe sobre as organizações sociais no âmbito do Distrito Federal. Já está protocolado. Eu peço a V.Exa. a leitura e a apreciação na sessão de hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Chico Vigilante, acato a solicitação de V.Exa. Vamos votar em bloco, com as moções e os requerimentos.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 250:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.014, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "dispõe sobre a restituição proporcional do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, referente a roubo ou furto de veículos no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

A matéria não foi aprovada pelas comissões. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço a V.Exa. que inclua o PL nº 678, de 2015. Foi acordado que cada um poderia incluir mais um projeto de lei. Não é isso?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Nem todos poderiam incluir. A meta é de, pelo menos, no máximo três para cada Deputado.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, eu só tive dois.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Então, V.Exa. tem direito a mais um. Qual é o item?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Ele não está na pauta ainda. Peço que V.Exa. inclua o Projeto de Lei nº 761, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, fiquei sabendo pelo nobre colega Deputado Chico Vigilante que eu só tive um projeto aprovado. Então, peço a V.Exa. que inclua o Projeto de Lei nº 678, de 2015.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Deputado Chico Vigilante está de olho nessas coisas. Deputado Cristiano Araújo, o projeto está com o prazo vencido nas comissões?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Está.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. É o Projeto de Lei nº 678, de 2015, e o Projeto de Lei nº 761, de 2015.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.014, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, peço a V.Exa. cinco ou dez minutos. Preciso colher uma informação importante e conversar com o próprio autor do projeto. É possível, Sra. Presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Sim, Deputado Wasny de Roure.

Passaremos ao próximo item.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29/06/2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	27

Item nº 158:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 718, de 2015, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "dispõe sobre a prevenção do desperdício de alimentos nos supermercados e hipermercados no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sra. Presidente, designo o Deputado Raimundo Ribeiro.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 718, de 2015, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "dispõe sobre a prevenção do desperdício de alimentos nos supermercados e hipermercados no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Analisando-se o projeto à luz daquelas responsabilidades que são afetas à Comissão de Constituição e Justiça, verifica-se que inexistem quaisquer óbices ao seu prosseguimento, razão pela qual votamos pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 159:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	28

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 123, de 2015, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "dispõe sobre a publicidade, por parte dos estabelecimentos que comercializam passagens aéreas, sobre o direito das pessoas com deficiência garantido pelo art. 48 da Resolução ANAC nº 9, de 5 de junho de 2007, e dá outras providências", em tramitação conjunta com Projeto de Lei nº 179, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "torna obrigatória a afixação de cartaz em todos os estabelecimentos de comercialização de passagens aéreas situados no Distrito Federal, informando sobre o inteiro teor dos artigos 47 e 48 da Resolução da ANAC nº 9, de 5 de junho de 2007, e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de fazer uma saudação ao pessoal das academias, que está aqui conosco aguardando a votação Projeto de Lei nº 1.016, de 2016. É um projeto de autoria nossa e do Deputado Wellington Luiz.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado. Sejam muito bem-vindos os nossos dois atletas aqui da Câmara Legislativa.

Item nº 160:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 859, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "dispõe sobre os procedimentos a serem tomados para a adoção de medidas de vigilância sanitária e epidemiológica sempre que se verificar situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor da dengue, zika vírus e da febre Chikungunya".

A Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	29

Projeto de Lei nº 859, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "dispõe sobre os procedimentos a serem tomados para a adoção de medidas de vigilância sanitária e epidemiológica sempre que se verificar situação de iminente perigo à saúde pública pela presença do mosquito transmissor da dengue, zika vírus e da febre Chikungunya".

Cabe a esta Comissão de Constituição e Justiça verificar a admissibilidade das proposições nos aspectos afetos à constitucionalidade, legalidade, técnica legislativa, regimentalidade, juridicidade e redação. Da análise do referido projeto, verifica-se que inexiste qualquer óbice ao seu prosseguimento, razão pela qual nosso voto é pela admissibilidade dele.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito que sejam incluídos na pauta, como já havia pedido a V.Exa., o Projeto de Lei nº 1.094, de 2016, e PL nº 1.374, de 2013.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Prof. Reginaldo Veras, os projetos já tramitaram nas comissões?

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sim. Um é de autoria do Deputado Joe Valle, o outro é de minha autoria. Acho que um tem uma pendência, mas vamos ver lá. Se tiver, nós substituímos.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 161:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	30

Discussão e Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 858, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "concede prioridade no atendimento aos usuários portadores de diabetes nos casos de realização de exames médicos em jejum total".

Solicito à Assessoria de Plenário a tramitação do Projeto de Lei nº 858, de 2016. A matéria não foi apreciada pelas comissões. A CESC e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Juarezão, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

Esta Presidência informa que o projeto já foi aprovado na Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 858, de 2016, de autoria da Deputada Liliane Roriz, que "concede prioridade no atendimento aos usuários portadores de diabetes nos casos de realização de exames médicos em jejum total".

Após análise daquilo que é dever desta Comissão de Constituição e Justiça analisar, verifica-se que inexiste óbice ao seu prosseguimento, razão pela qual nosso voto é pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 858, de 2016, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	31

Item nº 162:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 863, de 2012, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que "dispõe sobre o fornecimento de energia elétrica pela Companhia Energética de Brasília – CEB, em caráter provisório, a unidades habitacionais em processo de regularização, localizadas em áreas de regularização de interesse social e de baixa renda no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 163:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.538, de 2013, de autoria do Deputado Wasny de Roure, que "dispõe sobre a realização do Circuito de Quadrilhas Juninas no Distrito Federal e dá outras providências".

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, acabamos de passar pelo item nº 162, um projeto de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, mas, se não estou equivocado, ele tem emendas para serem analisadas.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Não tinha nenhuma, só se foi emenda de plenário. Deem uma olhada.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Dê uma conferida, por favor, Sra. Presidente, só para não passarmos batido.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Vou pular os itens nº 163 e nº 164, porque o Deputado Wasny de Roure pediu a substituição.

Item nº 165:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 513, de 2015, de autoria do Deputado Agaciel Maia, que "institui a campanha permanente de

informação, prevenção e combate à depressão no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 250:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.014, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "dispõe sobre a restituição proporcional do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, referente a roubo ou furto de veículos no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

A matéria não foi apreciada pelas comissões.

Solicito ao Relator, Deputado Wasny de Roure, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.014, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "dispõe sobre a restituição proporcional do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, referente a roubo ou furto de veículos no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Eu quero apenas esclarecer os colegas Deputados que esta matéria foi legislada no final do ano passado, no entanto ela se reporta ao ano subsequente. O Deputado Chico Vigilante, identificando propositura semelhante no Estado de São Paulo, verificou que o contribuinte poderia ser beneficiado de imediato. Portanto, o nosso parecer é favorável. Quero destacar aos colegas que eu apenas alerto a necessidade de explicitar se é preciso se reportar à Lei de Responsabilidade Fiscal, porque, querendo ou não, o contribuinte que é detentor de um veículo e pagou o IPVA, se seu veículo vier a ser roubado, tem o direito à diferença pelo tempo em que não utilizou o veículo.

O projeto é meritório, e o nosso parecer é favorável. Entendo apenas a necessidade da assessoria da nossa comissão e desta Casa, antes de votar o texto final, apreciar se há, de fato, a necessidade das informações pertinentes à Lei Complementar nº 101, já que normalmente matéria de benefício fiscal é uma exigência que a lei determina quando aprecia matéria dessa natureza.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.014, de 2016, de autoria do Deputado Chico Vigilante, que "dispõe sobre a restituição proporcional do Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores – IPVA, referente a roubo ou furto de veículos no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências".

Analisando a propositura à luz daquilo que é pertinente à CCJ, verifica-se que inexistem quaisquer óbices ao prosseguimento da análise, razão pela qual somos pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.014, de 2016. (Pausa.)

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 162:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 863, de 2012, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que "dispõe sobre o fornecimento de energia elétrica pela Companhia Energética de Brasília – CEB, em caráter provisório, a unidades habitacionais em processo de regularização, localizadas em áreas de regularização de interesse social e de baixa renda no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências".

Foi apresentado um substitutivo de Plenário.

A Presidência designa o Deputado Delmasso para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Delmasso, que emita o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei nº 863, de 2012, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que "dispõe sobre o fornecimento de energia elétrica pela Companhia Energética de Brasília – CEB, em caráter provisório, a unidades habitacionais em processo de regularização, localizadas em áreas de regularização de interesse social e de baixa renda no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências".

A Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo foi instada a apresentar parecer quanto ao mérito. Com base no art. 69 do Regimento Interno desta Casa, não vemos nenhum óbice com relação ao substitutivo apresentado pelo autor. Declaro o voto pela aprovação do Substitutivo nº 1 ao Projeto de Lei nº 863, de 2012.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Telma Rufino, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Sem Partido. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Fundiários ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 863, de 2012, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que "dispõe sobre o fornecimento de energia elétrica pela Companhia Energética de Brasília – CEB, em caráter provisório, a unidades habitacionais em processo de regularização, localizadas em áreas de regularização de interesse social e de baixa renda no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Assuntos Fundiários, na apreciação do mérito, manifestamo-nos pela aprovação do substitutivo.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 863, de 2012, de autoria do Deputado Claudio Abrantes, que "dispõe sobre o fornecimento de energia elétrica pela Companhia Energética de Brasília – CEB, em caráter provisório, a unidades habitacionais em processo de regularização, localizadas em áreas de regularização de interesse social e de baixa renda no âmbito do Distrito Federal, e dá outras providências".

O projeto chega a esta CCJ para ser analisado sob aqueles aspectos que lhe são pertinentes. Da análise, verifica-se que inexiste qualquer óbice ao seu prosseguimento, razão pela qual somos pela admissibilidade do substitutivo ao Projeto de Lei nº 863, de 2012.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	36

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Ratifico a votação, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 863, de 2012, aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 166:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 530, de 2015, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, que "institui medidas de prevenção e combate ao uso indevido de drogas e ao tráfico de drogas ilícitas nas escolas integrantes das redes pública e privada de ensino do Distrito Federal".

Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Prof. Reginaldo Veras.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, o projeto de lei do Deputado Bispo Renato Andrade é extremamente meritório. V.Exas. lembram que, desde o início do ano passado, venho lutando nesta Casa, para que se melhore a segurança dentro das escolas e no perímetro delas. Hoje, por incrível que pareça, principalmente nas escolas de ensino fundamental, Deputado Bispo Renato Andrade, da molecada entre doze e quatorze anos, é onde o tráfico mais cresce. A criança é mais vulnerável; logo, fica mais fácil de ser aliciada.

Precisamos que esse projeto de lei do Deputado Bispo Renato Andrade não só seja aprovado, mas executado. Entre as medidas para que haja execução ferrenha e resultados práticos estão o aumento do efetivo do batalhão escolar, o melhoramento do sistema de monitoramento de câmaras na parte externa das escolas e, principalmente, o fornecimento de condições de trabalho à Polícia Militar, no combate aos traficantes no perímetro das escolas. Então, é mais que meritório, e esta deve ser uma luta de toda a sociedade. Deixo aqui os parabéns ao Deputado Bispo Renato Andrade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Bispo Renato Andrade.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero agradecer, em primeiro lugar, os elogios do Deputado Prof. Reginaldo Veras. Temos ido, eu, o Deputado Prof. Reginaldo Veras e V.Exa. às escolas discutir com os alunos, com a comunidade escolar como um todo. A última visita foi no Cento de Ensino Médio nº 2, de Ceilândia Norte, onde há pouco

tempo houve até um assassinato. O tráfico de drogas e a violência correm soltos no perímetro das escolas, e um dos pedidos mais insistentes dos alunos foi exatamente que a Polícia Militar, o Batalhão Escolar estivesse mais presente. E mais ainda: eles acham que é necessária essa orientação. Os professores têm dado essa orientação. O Prof. Wilson, do Centro de Ensino Médio nº 2, é um cara fantástico! Ele conversa, interage, entra nas salas de aulas e chama os alunos para discussão.

Quanto àquele assassinato, eles conseguiram virar a página, juntamente com os estudantes, e melhorou a segurança na escola. Nós só queremos fazer com que isso se estenda, Deputado Prof. Reginaldo Veras, por todas as escolas do Distrito Federal. E essa parceria de V.Exa., essa intransigente luta de V.Exa. pela educação e também pelo que interessa à comunidade escolar é muito importante.

Agradeço a V.Exa. Estamos na luta, e tenho certeza de que juntos vamos mudar a história daquilo que está acontecendo, especialmente nas cidades do Distrito Federal e acabar com essa violência. Que o Governo do Distrito Federal esteja sensível aos pleitos! É claro que não dá para colocarmos policiais em todas as escolas, mas que se faça uma ronda mais permanente, um atendimento mais de perto!

Era isso, Sra. Presidente.

DEPUTADO JUAREZÃO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JUAREZÃO (PSB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, hoje a Câmara Legislativa está em festa. O Itamar, talvez o servidor mais antigo aqui da Câmara Legislativa, está fazendo aniversário, e quero aqui parabenizá-lo.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o Projeto de Lei nº 530, de 2015, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 167:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 217, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "dispõe sobre o Programa Distrital de Prevenção ao Aborto, Abandono de Incapaz e administração das casas de apoio à vida".

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	38

A Presidência designa o Deputado Wellington Luiz para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Wellington Luiz, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito a inclusão na pauta do Projeto de Lei nº 1.187, sob o argumento de que estamos aqui e não conseguimos aprovar nenhum projeto. Peço a misericórdia de V.Exa. O projeto só necessita do parecer da CEOF, e o Deputado Agaciel Maia se comprometeu a lê-lo e aprová-lo em plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Roosevelt Vilela, esse projeto foi protocolado hoje?

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Não, Sra. Presidente. Ele foi protocolado ontem e já foi lido.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Trata-se do Refiz, de financiamento?

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – É o que dá um desconto a dívidas não tributáveis.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – V.Exa. não tem nenhum projeto que foi aprovado?

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Não. Nenhum. Até agora, não foi aprovado nenhum projeto meu.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa., já que não houve nenhum projeto lido. Mas lembro que esta é uma exceção da exceção, porque o que estamos usando como regra é o vencimento do prazo nas comissões, Deputado.

DEPUTADO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, quero apenas explicar esse projeto. Ele, entres aspas, é os Refis das dívidas não tributáveis. O Tribunal de Contas tem imputado algumas multas referentes aos policiais militares e bombeiros militares, e esse projeto abre espaço para que haja o refinanciamento dessa dívida.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok, Deputado.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	39

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 217, de 2015, de autoria do Deputado Rafael Prudente, que "dispõe sobre o Programa Distrital de Prevenção ao Aborto, Abandono de Incapaz e administração das casas de apoio à vida".

Já é consolidado que a proposição, tal como ora analisada, com objetivo de fixar diretrizes e parâmetros mínimos a serem seguidos em políticas públicas, planos e programas governamentais, não apresenta afrontas a princípios constitucionais, seja vício de iniciativa ou criação de atribuições a outro Poder.

Justamente por essa interpretação, propõe-se substitutivo a fim de suprimir qualquer usurpação de competência do Governador, para deflagração do processo legislativo, para instituição de diretriz para o programa governamental.

Diante do exposto, somos, no âmbito desta Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 217, de 2015, na forma do substitutivo em anexo.

É assim que nos manifestamos, nobre Presidente Deputada Celina Leão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, contabilize o meu voto como abstenção, por favor.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Será contabilizado.

DEPUTADO CHICO LEITE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu só quero fazer uma observação. Eu até conversei com o Deputado Rafael Prudente e, na CCJ, também pude me posicionar. A matéria é federal, não é possível dispormos sobre ela. Eu queria me manifestar contrariamente em razão disso. Eu até já conversei com o Deputado Rafael Prudente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. Abstenção ou contrário?

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Houve 1 abstenção e 1 voto contrário.

DEPUTADO CHICO LEITE – É contrário, fazendo a observação de que a matéria é inconstitucional.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Ok. Estamos discutindo o parecer, ainda nem entramos na votação do projeto em primeiro turno.

DEPUTADO CHICO LEITE – Ah! Desculpe-me, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 2 votos contrários.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero agradecer aos colegas que votaram a favor desse projeto. Eu acho que o Deputado Chico Leite, com todo respeito, está equivocado. Não se trata de uma matéria federal, até porque não estou alterando o art. 128 do Código Penal. O que estamos criando, no âmbito do Distrito Federal, é que essas mulheres, essas pacientes tenham um apoio do estado maior do que têm hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 168:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 801, de 2015, de autoria do Deputado Julio César, que "torna obrigatória a instalação de sistemas de monitoramento de áudio e vídeo em estabelecimentos comerciais destinados à exibição, tratamento, higiene e estética de animais domésticos, como *pet shops*, clínicas veterinárias e similares e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	41

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 17 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 251:

Discussão e Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 988, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, que "altera a Lei nº 3.893 de 10 julho de 2006, que 'autoriza o funcionamento do comércio aos domingos e feriados no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências'".

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – A matéria ainda não foi apreciada pelas comissões. A CDESCTMAT e a CCJ deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que profira parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo Projeto de Lei nº 988, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, que "altera a Lei nº 3.893 de 10 julho de 2006, que 'autoriza o funcionamento do comércio aos domingos e feriados no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências'".

Sr. Presidente, trata-se de uma adequação à legislação. No âmbito desta Comissão, não vemos óbice a sua tramitação.

Somos, portanto, pela aprovação do projeto.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputada Sandra Faraj, que designe relator para a matéria ou avoque a relatoria.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	42

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, designo o Deputado Bispo Renato Andrade.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que profira parecer pela Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 988, de 2016, de autoria da Deputada Celina Leão, que "altera a Lei nº 3.893 de 10 julho de 2006, que 'autoriza o funcionamento do comércio aos domingos e feriados no âmbito do Distrito Federal e dá outras providências'".

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do projeto visto que ele está dentro das normas que são exigidas para que ele possa vir ao plenário e ser votado.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Em discussão.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero um esclarecimento a respeito desse projeto. Ele altera o funcionamento dos comércios aos domingos em que sentido?

DEPUTADA CELINA LEÃO – Deputado Chico Vigilante, nós recebemos essa demanda porque nós teremos uma demissão em massa de mais ou menos 5 mil trabalhadores se esse projeto não for aprovado porque eles querem fechar os comércios em dias de feriado e no dia de domingo, em cima de um acordo sindical, em vez de um acordo entre trabalhadores e funcionários. Então, haveria uma demissão em massa de mais ou menos 5 mil pessoas. Quem me procurou foram os presidentes da Federação do Comércio e do Sindivarejista, que me pediram a aprovação desse projeto.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sra. Deputada, mas não seria o caso de ter chamado os trabalhadores? Porque, se existe um acordo sindical, nós estamos indo contra essa história de livre negociação.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Não, mas não houve o acordo sindical, porque, se houvesse, essas pessoas já teriam sido demitidas. Isso vai ficar flexibilizado entre patrão e comerciantes. Entendeu?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	43

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Isso me parece ser uma faculdade, não uma obrigatoriedade.

DEPUTADA CELINA LEÃO – É uma faculdade, não uma obrigação. A lei é omissa nesse ponto.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Esclarecida a questão de ordem, Deputado Chico Vigilante?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Esclarecida. No mérito voto contrariamente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados. Houve 2 votos contrários.

Em discussão em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 170:

Discussão e Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 100, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "institui o programa de acompanhamento, aconselhamento e assistência social às pessoas com anemia/doença falciforme no Distrito Federal".

Aprovado o parecer favorável na Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Foi apresentada uma emenda de Plenário. A Comissão de Educação, Saúde e Cultura deverá se manifestar sobre a emenda e a Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto e a emenda.

DEPUTADO DELMASSO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
1ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29/06/2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	44

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, sei que ainda vai ser lida a emenda apresentada, mas quero parabenizar o Deputado Robério Negreiros pelo referido projeto de lei. Acredito que hoje as pessoas que têm anemia encontram muita dificuldade na rede pública para receber o atendimento necessário.

Quero, Deputado Robério, parabenizá-lo pelo excelente projeto que V.Exa. apresentou.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, primeiramente eu gostaria de agradecer as considerações do nobre colega Deputado Delmasso.

Quero dizer que apresentei dois projetos - um de 2015 e outro de 2016 - que atendem a demanda das famílias que têm os descendentes com anemia falciforme. Para considerar a demanda mais antiga, a de 2015, fiz um substitutivo aglutinando as duas proposições.

Portanto, vou abrir mão do projeto de 2016 para dar uma resposta a essas pessoas que tanto sofrem com essa doença. O Distrito Federal ainda tem que aprender muito sobre a anemia falciforme. Obrigado, Delmasso.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, trata-se de parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 100, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "institui o programa de acompanhamento, aconselhamento e assistência social às pessoas com anemia/doença falciforme no Distrito Federal".

Foi apresentado um substitutivo a essa comissão do mesmo Deputado autor da proposta original. O tema em questão é de inevitável apreciação do mérito na Comissão de Educação, Saúde e Cultura, e estabelece algumas diretrizes por meio de política distrital para o Poder Executivo.

Creio que no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça pode haver algum óbice, mas a minha função aqui tem caráter meritório. É inevitável que o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura seja no sentido de o projeto prosperar e seguir adiante.

Então, voto pela aprovação da matéria na forma do substitutivo, Sra. Presidente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29/06/2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	45

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 100, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, é bem verdade que eu apresentei meu requerimento no dia de hoje, mas eu sou um dos Deputados desta Casa mais presentes em plenário.

Eu teria direito, pelo critério que V.Exa. disse, a mais dois projetos. Eu não tive nenhum ainda apreciado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O que eu tinha pedido, Deputado... Como V.Exa. fez a solicitação agora, a Assessoria de Plenário está descendo com os projetos. Alguns projetos ainda não estão aqui.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – É. Eu mandei por escrito para a Assessoria de Plenário. De toda maneira, são os seguintes projetos: Projeto de Lei nº 1.390, de 2013, e o Projeto de Lei nº 610, de 2011. Como V.Exa. pode ver, são todos projetos antigos que estão aí, em algumas gavetas desta Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Os projetos já foram solicitados. Só que o memorando chegou hoje aqui. Já estamos organizando.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – É verdade, Sra. Presidente. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Chico Leite, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao substitutivo ao Projeto de Lei nº 100, de 2015, de autoria do Deputado Robério Negreiros, que "institui o programa de acompanhamento, aconselhamento e assistência social às pessoas com anemia/doença falciforme no Distrito Federal".

Na verdade, o projeto trata de políticas gerais, não chegando a impor nenhuma obrigação ao Poder Executivo, de maneira que, com essa linha, ele é admissível na forma do substitutivo.

É o parecer, Sra. Presidente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29/06/2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	46

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 100, de 2015, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 171:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 166, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "institui o Selo Empresa Sustentável no âmbito do Distrito Federal".

Aprovado o parecer favorável da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, foi apresentada emenda de plenário. A CDESCTMAT deverá se manifestar sobre a emenda e a Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto e a emenda.

Solicito ao Relator, Deputado Cristiano Araújo, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a Emenda de Plenário nº 01, de 2016, ao Projeto de Lei nº 166, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "institui o Selo Empresa Sustentável no âmbito do Distrito Federal".

A referida emenda dá nova redação ao artigo 3º do projeto de lei: insira-se o novo artigo 6º, renumerando-se os demais.

Portanto, no âmbito desta Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo, somos favoráveis à Emenda de Plenário nº 01, de 2016.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 166, de 2015, de autoria do Deputado Rodrigo Delmasso, que "institui o Selo Empresa Sustentável no âmbito do Distrito Federal".

Trata-se de parecer sobre a Emenda de Plenário nº 1, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso e do Deputado Chico Leite, dando nova redação ao art. 3º do projeto de lei, e está inserindo um novo artigo, o art. 6º, renumerando os demais. O art. 3º - Os requisitos de que trata o art. 2º e o prazo de validade do selo serão estabelecidos em regulamentação. O art. 6º - Esta lei será regulamentada pelo Poder Executivo no prazo de 180 dias.

No âmbito desta comissão, como não há nenhuma afronta à Lei Orgânica do Distrito Federal, à Constituição Federal, à técnica legislativa e à questão da legalidade, o meu voto é pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29/06/2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	48

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu gostaria de corrigir meu voto ao Projeto de Lei nº 251, por sinal até de V.Exa., pois entendo que enfraquece a representação sindical. Eu gostaria de fazer o meu voto contrário. Eu gostaria que fosse registrado o meu voto contrário ao referido projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa. e peço a retificação do registro do Deputado Wasny de Roure para voto contrário.

Em discussão o Projeto de Lei nº 166, de 2015, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado em primeiro turno com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 172:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 303, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que "altera a Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o Passe Livre Estudantil nas modalidades de transporte público coletivo".

Aprovado o parecer favorável na CEOF na forma da emenda do relator. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto e a emenda.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

O parecer será sobre o projeto e a emenda.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 303, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que "altera a Lei nº 4.462, de 13 de janeiro de 2010, que dispõe sobre o Passe Livre Estudantil nas modalidades de transporte público coletivo".

O projeto de lei em análise visa assegurar gratuidade nas linhas de serviço básico de transporte público coletivo de passageiros aos estudantes que tenham concluído o ensino médio durante o prazo de um ano, a partir da conclusão, para trajetos a curso preparatório para ingresso em instituições de nível superior por meio da alteração da Lei nº 4.462, de 2010.

Consideramos que os ingressos no ensino médio necessitam de efetivo apoio para custeio de trajetos necessários à continuidade dos estudos de forma que não haja óbices para acesso à instituição de nível superior. O projeto é de autoria do nobre Deputado Prof. Israel, a quem eu parabenizo pela propositura.

No âmbito desta comissão, como não há nenhuma afronta à Lei Orgânica do Distrito Federal, à Constituição Federal e à técnica legislativa, o meu voto é pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, só retificando o parecer, eu não tinha visto, peço escusas porque eu não tinha visto a Emenda nº 1 Modificativa aprovada na CEOF. Eu também sou pela admissibilidade da presente emenda, porque ela apenas estabelece a vigência da norma a partir de 1º de janeiro de 2017 para não gerar nenhum impacto orçamentário que não esteja previsto na legislação específica do corrente exercício.

É o meu voto, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer sobre o projeto e sobre a emenda. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 303 em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Retificando, a pedido do Deputado Wasny de Roure, o Projeto de Lei nº 988 foi aprovado com 20 votos favoráveis e 1 voto contrário.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
2ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	50

Item nº 173:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.055, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "prioriza a matrícula de estudante com deficiência locomotora nas escolas da rede pública de ensino básico do Distrito Federal, quando localizada mais próxima de sua residência".

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu quero elogiar V.Exa. por ter se planejado, a gente já vem votando os projetos dos Deputados. Então, há uma grande possibilidade de concluirmos todas as votações hoje. Seria bom. A LDO está praticamente pacificada, é a última matéria, existe acordo para votar alguns projetos, os Deputados escolheram o projeto de cada um.

Então, eu queria fazer essa solicitação, se V.Exa. pudesse votar todos os projetos hoje seria bom para a nossa atividade parlamentar.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu acato a solicitação de V.Exa., até porque nós só temos mais dez projetos de Deputados, já estamos terminando a pauta, tem cinco projetos do Executivo e terminamos a pauta.

Então, assim, estou tentando fazer o mais rápido...

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, exatamente nesse sentido quero fazer um apelo para que a gente possa limpar essa pauta hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Acato a solicitação de V.Exa.

Item nº 249:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.085, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "altera e acrescenta artigos à Lei nº 3.585, de 12 de abril de 2005, que 'dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com aparelhos desfibriladores cardíacos semiautomáticos externos os locais que menciona e dá outras providências'".

Consulto o Deputado Raimundo Ribeiro e o Deputado Wellington Luiz, nós temos... Eu vou pular esse item.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	51

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só para confirmar se o item nº 151, que é uma Pelo de nossa autoria, a Pelo nº 31, de 2015, que estava na nossa lista apresentada, está tudo certo aí na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Está tudo certo, está na Ordem do Dia. Eu vou colocá-lo no final da votação dessa primeira rodada, antes do segundo turno.

Item nº 174:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.086, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "dispõe sobre notificação sobre o vencimento de carteira de habilitação, e dá outras providências".

A matéria não foi apreciada pelas comissões. A Comissão de Assuntos Sociais e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Roosevelt Vilela, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria. (Pausa.)

A Presidência designa a Deputada Luzia de Paula para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.086, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "dispõe sobre notificação sobre o vencimento de carteira de habilitação, e dá outras providências".

No mérito, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, somos pela aprovação do referido projeto.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
1ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	52

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.086, de 2016, de autoria do Deputado Wellington Luiz, que "dispõe sobre notificação sobre o vencimento de carteira de habilitação, e dá outras providências".

Cotejando o projeto com as obrigações pertinentes a esta Comissão de Constituição e Justiça, verifica-se que ele atende aos princípios de constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade, inexistindo qualquer óbice à sua aprovação, razão pela qual, no âmbito desta CCJ, somos pela admissibilidade do referido projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 21 Deputados.

Em discussão o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação, em primeiro turno.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 21 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu gostaria de chamar a atenção do Líder de Governo, bem como da Assessoria do Governo. Nós temos previsão de dois projetos para entrar na pauta hoje ou amanhã. Sobre o Projeto de Lei nº 1.119, de 2016, aquele da Procuradoria, para ficar mais fácil compreender, nós fizemos um pedido de informações ao Poder Executivo, mais especificamente para a SEPLAG – Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão. O outro é o projeto da CEB. São informações importantes que não chegaram até o momento.

Nós queremos votar, mas são importantes essas informações. Eu recebi há pouco, e quero agradecer à Secretaria de Educação, que mandou as informações, nós as estamos examinando, sobre o projeto de lei que trata da ampliação das vagas

em creches, fundamental para o Distrito Federal. É importante que o governo leve em conta nossas solicitações de informações. Eu garanto a V.Exa. que não são para colocar em gaveta; essas informações são para serem lidas e apreciadas, a fim de nos deixar mais bem informados o suficiente e termos tranquilidade na votação.

São importantes, Sra. Presidente. Pedimos informações sobre o projeto da CEB e o da Procuradoria, Projeto de Lei nº 1.119.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Deputado Wasny de Roure, Deputada Celina Leão, eu gostaria de informar que, não obstante o que tratamos no Colégio de Líderes sobre esse projeto da CEB, conversando com o nosso bloco parlamentar, não há consenso nesse sentido. Então, eu gostaria de nos desobrigar com relação ao bloco parlamentar.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Deputado Raimundo Ribeiro, com todo o respeito à posição política do bloco e de V.Exa., eu acho que é um direito nosso de Parlamentar, principalmente em matéria econômica, de ter as informações.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Deputado Wasny de Roure, eu acho que ele está falando a mesma coisa que V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu não estou pedindo para incluir na pauta ou retirar, Presidente. Como o projeto está tramitando aqui, há informações importantes. Se vai votar, ótimo; se não vai votar, é uma decisão que cabe à Mesa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – É o que eu coloquei, Deputado Wasny de Roure. Na verdade, claro que a informação é importante. Tendo em vista que na segunda-feira nós tivemos reunião do Colégio de Líderes e foi tocado esse assunto, quando o submeti ao bloco parlamentar, houve uma divergência muito grande, razão pela qual estou pedindo que o Colégio me desobrigue dessa concordância.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, realmente nós fizemos um apelo ao nobre Líder para revermos com mais paciência esse projeto. Peço que V.Exa. o retire da pauta de votação, para fazermos uma avaliação melhor. Eu conversei com alguns Líderes: com o Deputado Bispo Renato Andrade, o Deputado Rafael Prudente e o Deputado Wellington Luiz.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Eu não fiz a leitura da extrapauta. Não entramos nela ainda, mas vou ouvir os Líderes.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, conversando com a maioria do nosso bloco, há concordância que não se vote hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – O Deputado Raimundo Ribeiro é Líder, o Deputado Bispo Renato Andrade também não quer.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu participei dessa discussão na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças. O Deputado Bispo Renato Andrade, Líder do nosso bloco, fez a mim um questionamento sobre a urgência desse projeto. Esse projeto não tem problema. Respondendo à pergunta que ele me fez, nós não temos essa urgência toda. Trata-se de um crédito de 500 milhões para já deixar pré-autorizado, Deputado Raimundo Ribeiro, a ser utilizado depois que for feita a possível venda. Não há prejuízo nenhum de essa venda ser realizada com calma, depois apurar esse valor, o crédito ser encaminhado à Câmara Legislativa e a gente votar um a um, se os demais membros concordarem.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, como Líder do PSDB, eu concordo que seja apreciado depois do recesso o Projeto de Lei nº 1.166, até mesmo porque não houve tempo hábil para análise.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidenta, eu tive o cuidado – a minha assessoria – de ir ao GDF conversar com a pessoa responsável pelo acompanhamento das relações CEB/Governo do Distrito Federal. Inclusive, Sra. Presidente, a nota técnica que eu tenho em mão traz uma série de informações que será extremamente interessante ao conhecimento de todos os Parlamentares. Um volume de recursos desse, nós estamos pedindo que seja acertado com o GDF. Por exemplo, eles pedem nessa nota técnica, Deputado Raimundo Ribeiro, o pagamento de quase 76 milhões de reais do ponto de vista de receita tributária, devidos ao Governo do Distrito Federal. É bem verdade que há dívida.

Enfim, eu não quero polemizar. No momento certo a gente vai aprofundar, mas é imperioso que essas informações cheguem à Câmara Legislativa. Naturalmente as informações chegando a nós, coletivizaremos a todos os colegas Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Com a manifestação da maioria do Colégio de Líderes, o projeto da CEB foi retirado da votação de hoje.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, mesmo assim, eu gostaria de acrescer. Não bastasse a inexistência do consenso, ainda existe essa inadimplência do Poder Executivo de não prestar as informações devidas, nem mesmo sobre aquilo que é do seu interesse. Isso serve para fundamentar, para alicerçar esse pedido e postergarmos para o mês de agosto, tão logo tenhamos retornado do recesso.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 175:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 890, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que "dispõe sobre a parada obrigatória dos guinchos em barreiras e postos policiais instalados nas rodovias do Distrito Federal".

A matéria não foi apreciada pelas comissões. A Comissão de Segurança e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto.

Solicito ao Relator, Deputado Roosevelt Vilela, que emita parecer da Comissão de Segurança sobre a matéria.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Segurança ao Projeto de Lei nº 890, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que "dispõe sobre a parada obrigatória dos guinchos em barreiras e postos policiais instalados nas rodovias do Distrito Federal".

No âmbito da Comissão de Segurança, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 890, de 2016.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
1ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

A Presidência designa o Deputado Bispo Renato Andrade para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 890, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que "dispõe sobre a parada obrigatória dos guinchos em barreiras e postos policiais instalados nas rodovias do Distrito Federal".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não há óbice para que esse projeto seja votado em plenário, pois somos pela admissibilidade do referido projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 176:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.090, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que "altera a Lei nº 3.939, de 2 de janeiro de 2007".

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 1.090, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que "altera a Lei nº 3.939, de 2 de janeiro de 2007".

No âmbito da Comissão de Assuntos Sociais, no mérito, somos pela aprovação do referido projeto. É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Bispo Renato Andrade para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Bispo Renato Andrade, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.090, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que "altera a Lei nº 3.939, de 2 de janeiro de 2007".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, não há óbice a que esse projeto seja votado em plenário, pois somos pela admissibilidade do referido projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 177:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	58

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.091, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que "dispõe sobre presença de profissional de Educação Física na supervisão dos Pontos de Encontro Comunitários – PECs – do Distrito Federal".

Foi aprovado parecer favorável na Comissão de Educação, Saúde e Cultura. Foi apresentada uma emenda de plenário. A Comissão de Educação, Saúde e Cultura deverá se manifestar sobre a emenda. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre o projeto e a emenda.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura à emenda ao Projeto de Lei nº 1.091, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que "dispõe sobre presença de profissional de educação física na supervisão dos Pontos de Encontro Comunitários – PECs – do Distrito Federal".

O projeto já tinha sido analisado no âmbito da comissão. Eu mesmo fui o Relator. E a emenda em tela foi até orientada pela própria comissão. Logo, não havendo nenhum óbice à aprovação do projeto, acatada a emenda apresentada.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.091, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que "dispõe sobre presença de profissional de educação física na supervisão dos Pontos de encontro Comunitários – PECs do Distrito Federal".

A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nos termos do art. 64 do Regimento Interno desta Casa, é de parecer favorável à admissibilidade e à aprovação tanto do projeto, como da emenda apresentada pelo Deputado Juarezão.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	59

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.091, de 2016, de autoria do Deputado Juarezão, que "dispõe sobre presença de profissional de educação física na supervisão dos Pontos de encontro Comunitários – PECs do Distrito Federal".

O projeto não afronta a Lei Orgânica, a nossa Constituição Federal e a técnica legislativa. Portanto, o meu parecer é pela admissibilidade do presente projeto, com o acatamento da Emenda Modificativa nº 1, de Plenário, que apenas altera a redação do art. 1º do referido projeto de lei, que diz que o Poder Executivo do Distrito Federal disponibilizará um profissional de Educação Física, dos quadros da Administração Pública do Distrito Federal, na implantação e na supervisão setorizada dos Pontos de Encontros Comunitários PECs, em seu território. A emenda foi assinada pelo próprio autor do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o projeto. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 178:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	60

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 45, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que "altera a Lei 4.949, de 15 de outubro de 2012, que estabelece normas gerais para a realização de concurso público pela administração distrital".

Aprovado os pareceres favoráveis da Comissão de Assuntos Sociais e da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças na forma da emenda do Relator. A Comissão de Assuntos Sociais deverá se manifestar sobre a emenda do Relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, e a Comissão de Constituição e Justiça deverá se manifestar sobre o projeto e a emenda.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Israel, que emita parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a emenda da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais à emenda ao Projeto de Lei nº 45, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que "altera a Lei 4.949, de 15 de outubro de 2012, que 'estabelece normas gerais para a realização de concurso público pela administração distrital'".

A presente emenda tem a intenção de realizar pequenos ajustes na proposição. Entre os ajustes, a alteração se entende devida, no sentido de permitir à banca examinadora, ao se referir ao conteúdo da Lei Orgânica do DF e da Lei do Regime Jurídico dos Servidores do DF a ser cobrado nas provas de concurso, indicar os capítulos ou títulos dos mencionados diplomas legais e não necessariamente os números dos artigos, evitando-se a referência exaustiva de todos os dispositivos que compõem um determinado título ou capítulo.

O parecer é, portanto, favorável à Emenda nº 1 deste projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Assuntos Sociais. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e a emenda.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	61

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 45, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que "altera a Lei 4.949, de 15 de outubro de 2012, que 'estabelece normas gerais para a realização de concurso público pela administração distrital'".

O projeto vem com uma emenda. Cotejando o projeto com a respectiva emenda acerca daquilo que é pertinente à Comissão de Constituição e Justiça, verifica-se a inexistência de qualquer óbice, razão pela qual somos pela admissibilidade do projeto com a respectiva emenda.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da Comissão de Constituição e Justiça. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 45, de 2015, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 179:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 557, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que "institui a Semana Distrital do Samba no Distrito Federal".

Aprovado parecer favorável na CESC. A CCJ deverá se manifestar sobre o projeto.

A Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	62

Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 557, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que "Institui a Semana Distrital do Samba no Distrito Federal".

Analisando o projeto acerca daquilo que é pertinente à CCJ, verifica-se a inexistência de quaisquer óbices ao seu prosseguimento, razão pela qual votamos pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 557, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 180:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 644, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que "Institui o Dia de Combate à Intolerância Religiosa no âmbito do Distrito Federal".

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita o parecer da Comissão de Assuntos Sociais sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Assuntos Sociais ao Projeto de Lei nº 644, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que "Institui o Dia de Combate à Intolerância Religiosa no âmbito do Distrito Federal".

Sra. Presidente, no âmbito da CAS, somos favoráveis à aprovação do referido projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CAS. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	63

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 644, de 2015, de autoria do Deputado Lira, que "institui o Dia de Combate à Intolerância Religiosa no âmbito do Distrito Federal".

Sra. Presidente, somos pela admissibilidade do Projeto de Lei nº 644, de 2015.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 644, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 181:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 781, de 2015, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "institui a semana da democracia nas

instituições públicas e privadas de ensino do Distrito Federal e dá outras providências".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 182:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.019, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "inclui no Calendário do Distrito Federal a Bienal do Livro de Brasília".

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.019, de 2016, de autoria do Deputado Ricardo Vale, que "inclui no Calendário do Distrito Federal a Bienal do Livro de Brasília".

Analisando o projeto à luz daquilo que é pertinente à Comissão de Constituição e Justiça, verifica-se a inexistência de qualquer óbice, razão pela qual somos pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 184:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 779, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "cria o Programa de Identificação Assistencial dos beneficiários dos programas assistenciais, mantidos pelo Governo do Distrito Federal – GDF".

Solicito ao Relator, Deputado Ricardo Vale, que emita parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar sobre a matéria.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar ao Projeto de Lei nº 779, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "cria o Programa de Identificação Assistencial dos beneficiários dos programas assistenciais, mantidos pelo Governo do Distrito Federal – GDF".

No âmbito da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, somos pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 779, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "cria o Programa de Identificação Assistencial dos beneficiários dos programas assistenciais, mantidos pelo Governo do Distrito Federal – GDF".

Sra. Presidente, no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, tendo em vista que o projeto está de acordo com o art. 64 do Regimento Interno, sou de parecer favorável à admissibilidade e aprovação do Projeto de Lei nº 779, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 779, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "cria o Programa de Identificação Assistencial dos beneficiários dos programas assistenciais, mantidos pelo Governo do Distrito Federal – GDF".

Sra. Presidente, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, somos pela admissibilidade do Projeto de Projeto de Lei nº 779, de 2015.

Esse é o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Discussão, em primeiro turno, do Projeto de Lei nº 779, de 2016. (Pausa.)

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 185:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	67

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 35, de 2015, de autoria do Deputado Chico Leite, que "altera o *caput* dos arts. 1º e 4º da Lei nº 4.770, de 2012, que 'dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de obras e serviços pelo Distrito Federal'".

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item nº 186:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 108, de 2011, de autoria do Deputado Chico Leite, que "altera a Lei nº 961, de 30 de novembro de 1995, que 'dispõe sobre o fornecimento de merenda diferenciada aos portadores de diabetes, nos estabelecimentos de ensino da Rede Oficial do Distrito Federal e dá outras providências'".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.187, de 2016, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que "institui o Programa Incentivo de Regulamentação de Débitos Não Tributáveis do Distrito Federal e dá outras providências".

Solicito ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, que designe Relator para a matéria ou avoque a relatoria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sra. Presidente, designo o Deputado Rafael Prudente.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	68

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.187, de 2016, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que "institui o Programa Incentivo de Regulamentação de Débitos Não Tributáveis do Distrito Federal e dá outras providências".

Quero parabenizá-lo aqui, Deputado Roosevelt Vilela, pela proposição. Essa é uma demanda antiga dos profissionais, inclusive da categoria de V.Exa.

Então, Sra. Presidente, no âmbito desta Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, o projeto está aprovado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Raimundo Ribeiro para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Raimundo Ribeiro, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.187, de 2016, do Deputado Roosevelt Vilela, que "institui o Programa de Incentivo de Regularização de Débitos não Tributários do Distrito Federal e dá outras providências".

Verificando-se o projeto à luz daquilo que é pertinente a esta Comissão de Constituição e Justiça, verifica-se a inexistência de quaisquer óbices, razão pela qual somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu dialogava com o Deputado Roosevelt Vilela e com o Secretário de Fazenda, que havia me informado, e entendo que esse projeto, diferentemente de outros Refis, é um caso que nós precisamos entender que não se trata de negligência no recolhimento tributário, mas é necessário, Deputada Celina Leão – e eu quero chamar a atenção do Deputado Roosevelt Vilela.

Eu acho que é um belíssimo projeto que vem equacionar vários problemas, mas, Deputado Roosevelt Vilela, temos que fazer um esforço para poder dimensionar e saber de fato qual é a renúncia fiscal. Se esse projeto for aprovado sem dimensionarmos a previsão da Lei de Responsabilidade Fiscal, pode virar uma promessa que não será paga, porque o Ministério Público pode arguir.

Eu pediria, Deputado Raimundo Ribeiro, que nós o votássemos amanhã. Enquanto isso, teríamos condições de dar o dimensionamento da renúncia fiscal. Se o projeto for aprovado sem as definições de renúncia fiscal e da receita prevista para suplementar isso, nós vamos dar todas as condições para o Ministério Público arguir a posição da Casa.

Eu alerto os colegas. De hoje para amanhã, não faz diferença. Enquanto isso, as assessorias com o governo dão um dimensionamento para nós, e nós votaremos com tranquilidade. Eu peço a colaboração do Presidente da minha comissão, o Deputado Agaciel Maia, se houver concordância, Deputado Raimundo Ribeiro. Porque eu quero aprovar o projeto, mas eu quero aprovar um projeto que seja de verdade. Do contrário, aprovo uma coisa e lá vou ser cobrado por negligência na instrução dela.

Não é porque expõe a Câmara, é porque esse é um projeto que vai resolver a vida de muitos. V.Exa. sabe, por exemplo, daquele processo que os policiais militares e bombeiros estão respondendo por terem recebido, no momento da sua aposentadoria, um auxílio moradia. Assumiram o compromisso de que não estariam morando no Distrito Federal, mas eles não se mudaram. Identificado, o Tribunal de Contas foi em cima deles, porque eles assinaram uma declaração em falso. Eu estou dizendo isso porque eu tenho recebido no meu gabinete alguns policias que estão com as suas vidas destruídas.

Então, eu quero ajudar a resolver isso agora, Deputado Roosevelt Vilela, por quem tenho todo carinho e respeito, que é um Deputado que está entrando na Casa agora e a gente quer que ele renove o seu mandato. Para ele e para os Colegas

Deputados, é uma propositura importantíssima, mas ela tem de ser adequadamente instruída para que possamos votá-la com a tranquilidade necessária.

Eu peço compreensão do Deputado Roosevelt Vilela para que a gente postergue essa votação, Deputado Bispo Renato Andrade, até amanhã para instruir e complementar o projeto e poder votá-lo com tranquilidade. É possível?

(Assume a Presidência o Deputado Raimundo Ribeiro.)

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também me somo às considerações com a proficiência do nobre economista e Deputado Wasny de Roure, justamente para ajudar o colega. Eu também já tive esse tipo de problema e fui alertado por S.Exa., sempre na CEOF, com muita proficiência.

Eu acho que, sem essa questão da renúncia, o projeto não tem como prosperar, porque seria um projeto que daria uma falsa realidade para quem ele quer atingir, apesar de que o projeto é altamente meritório para a questão da classe de onde vem o nobre Deputado Roosevelt Vilela.

Eu me coaduno com isso para nós tentarmos ver uma forma de resolvê-lo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho uma dúvida aqui na assessoria: taxa é tributária, e o projeto está falando dos não tributários.

Foi assinalada aqui também a renúncia de receita de um bilhão. Nesse momento, não foi apontada a fonte desse um bilhão do qual, teoricamente, está se abrindo mão.

Quero me coadunar com o Deputado Wasny de Roure para que a gente dê uma olhadinha nesse projeto, que é bom, e eu acho que vai perdoar muita gente, sobretudo multas da Agefis, ou ODIR — Outorga Onerosa do Direito de Construir, ONALT — Outorga Onerosa de Alteração de Uso, ITBI — Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis e outras taxas não tributárias. Não sei se são taxas.

Eu acho que temos que dar uma olhada melhor para a gente poder sanar essas dúvidas que pairam aqui no momento.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
2ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	71

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu darei aqui uma sugestão e vou retificar o meu parecer. Nós temos aqui uma renúncia de um bilhão, e há um item aqui que o Deputado Cristiano Araújo já comentou.

Para não dar prejudicialidade ao projeto e para não dar nenhum tipo de questionamento, eu vou preparar algumas emendas para que possamos deixar o processo apto para apreciarmos.

Então, eu peço que a gente avance em outros projetos enquanto a gente conserta esse assunto aqui.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Perfeito. O Deputado Roosevelt Vilela, autor do projeto, também está de acordo?

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sr. Presidente, estou de acordo e eu acho que houve sabedoria por parte do Deputado Rafael Prudente.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Acato a questão de ordem levantada pelo Deputado Wasny de Roure, naturalmente acompanhada por quase todo o plenário.

Item nº 151:

Discussão e Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 31, de 2015, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "acrescenta o §12 ao art. 119 da Lei Orgânica do Distrito Federal".

A matéria foi aprovada em primeiro turno.

Em discussão, em segundo turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando a proposta de emenda à Lei Orgânica do DF; os que votarem "não" estarão rejeitando-a.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2016

PROPOSTA DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 31/2015 DATA: 29/06/2016
AUTORIA: DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES E OUTROS
TURNO: 1º ( ) 2º (X) RED. FINAL (X)

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
7	DELMASSO	PTN	1					
8	JUAREZÃO	PSB	1					
9	JULIO CESAR	PRB				1		
10	LILIANE RORIZ	PTB				1		
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB				1		
24	CELINA LEÃO	PPS	1					
RESULTADO			20	0	0	4	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
20	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
4	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
20	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
1ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	72

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovada.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final da Proposta de Emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal nº 31, de 2015, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "acrescenta o § 12 ao art. 119 da Lei Orgânica do Distrito Federal".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

A proposta de emenda à Lei Orgânica do Distrito Federal vai à promulgação.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero primeiro parabenizar o Deputado Cláudio Abrantes pela belíssima proposta de emenda à Lei Orgânica. Ela possibilita, como dito por S.Exa., o concurso de remoção dentro da Polícia Civil, que provavelmente vai estabelecer alguns critérios para a remoção e lotação dos policiais. Espero que aconteça da mesma forma na Saúde, como disse o Deputado Prof. Reginaldo Veras. Quando estive na Secretaria de Estado de Educação, há pouco tempo, fazia-se o concurso de remoção.

Quero parabenizar S.Exa. pela propositura.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Item nº 183:

Discussão e Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.016, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "altera a Lei nº 3.585, de 12 de abril de

2005, que dispõe sobre de equipar com desfibriladores cardíacos semiautomáticos externos, os locais que menciona e dá outras providências".

Tramitação concluída. Apresentada uma emenda de Plenário. A Comissão de Educação, Saúde e Cultura e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre a emenda.

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura do substitutivo ao Projeto de Lei nº 1.016, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "altera a Lei nº 3.585, de 12 de abril de 2005, que 'dispõe sobre de equipar com desfibriladores cardíacos semiautomáticos externos, os locais que menciona e dá outras providências'".

Nesta Comissão eu tinha sido o relator original desse projeto. O substitutivo trata apenas de algumas adequações textuais e correção de órgãos fiscalizadores. Portanto, no âmbito da nossa Comissão, o parecer é pela aprovação do projeto.

O Regimento determina que sejam ditos os nomes dos autores do substitutivo: Deputado Raimundo Ribeiro e Deputado Wellington Luiz.

É o parecer ao substitutivo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre o projeto e a emenda.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a emenda ao Projeto de Lei nº 1.016, de 2016, de autoria do Deputado Raimundo Ribeiro, que "altera a Lei nº 3.585, de 12 de abril de 2005, que 'dispõe sobre de equipar com desfibriladores cardíacos semiautomáticos externos, os locais que menciona e dá outras providências'".

Já tive oportunidade de relatar o projeto na Comissão de Constituição e Justiça e agora apresento parecer ao substitutivo, Emenda nº 2, de autoria dos Srs. Deputados Raimundo Ribeiro e Wellington Luiz.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	74

Como não há nada que afronta a técnica legislativa, a Lei Orgânica do Distrito Federal e a Constituição Federal, o meu voto é pela admissibilidade da Emenda nº 2.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão o Projeto de Lei nº 1.016, de 2016, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito a palavra para declaração de voto.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra ao Deputado Raimundo Ribeiro para declaração de voto.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Para declaração de voto. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero agradecer a deferência da Mesa e dos Deputados pelo apoio. Esclareço que foi feito um substitutivo porque o nobre Deputado Wellington Luiz também tinha um projeto de natureza semelhante. Evidentemente, procurou-se acoplar uma e outra às situações e, por isso, o projeto, com muita satisfação da nossa parte, passou a ter como coautores o Deputado Raimundo Ribeiro e Deputado Wellington Luiz.

Quero agradecer a presença dos nobres trabalhadores que estão na galeria e vieram acompanhar a votação, como deve ser feito sempre pela sociedade.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Passaremos ao próximo item de pauta.

Quero dizer que o nobilíssimo advogado e quase canonizado Sacha Reck foi preso. Isso demonstra, mais uma vez, que a nossa CPI estava no caminho certo. Está descanonizado, está preso o Sacha Reck.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Boa notícia, Deputado Bispo Renato Andrade. Boa notícia essa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Convido a Deputada Sandra Faraj a secretariar os trabalhos da Mesa.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.390, de 2013, de autoria do Deputado Wasny de Roure e outros que "dispõe sobre a vinculação para a educação no Distrito Federal das receitas provenientes de *royalties* e participações especiais devidos em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos".

Solicito à Relatora, Deputada Luzia de Paula, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, trata-se dos Projetos de Lei nº 1.390 e 1.482, de 2013, e, no âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, sobre o substitutivo ao projeto de lei desta Relatora, que "dispõe sobre aplicação exclusiva nas áreas de educação e saúde dos recursos destinados ao Distrito Federal pela Lei Federal nº 12.858, nº 09, de setembro de 2013".

Sr. Presidente, no âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura somos pela admissibilidade do substitutivo aos Projetos de Lei nº 1.390 e 1.482, de 2013.

E também sobre o projeto de lei.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Rafael Prudente para emitir parecer sobre a matéria.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	76

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria. (Pausa.)

Informo que o presente projeto está tramitando conjuntamente com o Projeto de Lei nº 1.482, de 2013.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.390, de 2013, de autoria do Deputado Wasny de Roure e outros que "dispõe sobre a vinculação para a educação no Distrito Federal das receitas provenientes de *royalties* e participações especiais devidos em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos" e ao Projeto de Lei nº 1.482, de 2013, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "dispõe sobre a aplicação dos recursos oriundos dos *royalties* do petróleo da camada pré-sal, e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, os projetos de lei estão aprovados de acordo com o substitutivo apresentado pela Relatora, Deputada Luzia de Paula, na Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.390, de 2013, de autoria do Deputado Wasny de Roure e outros, que "dispõe sobre a vinculação para a educação no Distrito Federal das receitas provenientes de *royalties* e participações especiais devidos em função da produção de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos", em tramitação conjunta com o Projeto de Lei nº 1.482, de 2013, de autoria do Deputado Cláudio Abrantes, que "dispõe sobre a aplicação dos recursos oriundos dos *royalties* do petróleo da camada pré-sal, e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Constituição e Justiça, meu parecer é pela admissibilidade na forma do substitutivo aprovado na Comissão de Educação, Saúde e Cultura.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam os projetos permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

Os projetos estão aprovados com a presença de 16 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 761, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que dispõe "sobre a transparência de leitos de UTI no Distrito Federal".

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 761, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "dispõe sobre a transparência de leitos de UTI no Distrito Federal".

Tendo em vista que o projeto está em conformidade com as normas e a legislação vigente, sou pela admissibilidade e aprovação do referido projeto, Sr. Presidente.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	78

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 761, de 2015, de autoria do Deputado Cristiano Araújo, que "dispõe sobre a transparência de leitos de UTI no Distrito Federal".

O voto é pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.094, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que "Institui o selo Empresa Amiga da Escola no Distrito Federal".

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.094, de 2016, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, que "institui o selo Empresa Amiga da Escola no Distrito Federal".

Como não há nenhum óbice que afronte a Lei Orgânica e a Constituição Federal, o voto é pela admissibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 18 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Vou fazer um encaminhamento. A Deputada Telma Rufino não teve nenhum projeto aprovado. Então, a sugestão – o pedido dela foi acatado pela Presidente – é que seja derrubado o veto, somente ao projeto da Deputada Telma Rufino. Logo em seguida, a gente entra na votação dos projetos do Executivo. Enquanto isso, a Deputada Celina Leão chega ao plenário. Estão na pauta, sim, e são os itens nºs 77, 78, 130 e 143.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a Deputada Celina Leão acatou nossa solicitação para inserção na Ordem

do Dia do Projeto de Lei nº 1.374, de 2013, de autoria do Deputado Joe Valle, e não acompanhamos a votação dele.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Nós confirmamos o acatamento do pedido de V.Exa., mas o projeto físico até agora não chegou ao plenário.

DEPUTADO JUAREZÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JUAREZÃO (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também concordo que derrubemos os vetos aos projetos da Deputada Telma Rufino.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Juarezão.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como ficou acordado de aprovarmos dois projetos, eu tinha solicitado a inclusão do item nº 187 da pauta, já fora do acordo, porque só foi aprovado um projeto. Então, eu solicito que a votação continue, porque é o próximo item da pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Se foi acatado pela Presidente, quem sou eu para não manter o acatamento da Presidente?

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também sou favorável à derrubada dos vetos aos projetos da Deputada Telma Rufino.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Item nº 77:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 290, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "estabelece percentual de vagas para nomeação de mulheres nos órgãos da administração direta, indireta e fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal".

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir relatório.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

RELATÓRIO Nº 01 , DE 2015 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 290/2015, que estabelece percentual de vagas para nomeação de mulheres nos órgãos da administração direta, indireta e fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal.

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 185/2015-GAG, de 28 de agosto de 2015, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 290/2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que estabelece percentual de vagas para nomeação de mulheres nos órgãos da administração direta, indireta e fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal.

A proposição em comento foi aprovada sem alterações, ficando a redação final conforme fl. 16.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que o referido projeto apresenta vício de inconstitucionalidade do ponto de vista formal ao estabelecer requisitos para o provimento de cargos públicos, estendendo-se indevidamente sobre competência do Chefe do Poder Executivo Distrital, conforme art. 61 da Constituição Federal e art. 71 da Lei Orgânica do Distrito Federal.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

CCJ
PL Nº 290 / 2015
FOLHA 23 RUBRICA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
2ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	81

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

O acordo é para a derrubada do veto. Portanto, votem "não".

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, nós entramos na pauta acertada, na qual cada Parlamentar indica um veto a ser derrubado? É isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Não, Deputado Agaciel Maia. Como a Deputada Telma Rufino não teve nenhum projeto aprovado, S.Exa. solicitou que, em vez de apresentar um projeto para ser aprovado, que fossem derrubados os vetos. Somente da Deputada Telma Rufino.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Quanto a esse veto, trata-se de quê, Sr. Presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 290, de 2015, de autoria do Deputado Telma Rufino, que "estabelece percentual de vagas para nomeação de mulheres nos órgãos da administração direta, indireta e fundacional dos Poderes Executivo e Legislativo do Distrito Federal".

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, eu agradeço o esclarecimento prestado por V.Exa. e pelo Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria perguntar a V.Exa. – ouvi a respeito do veto ao projeto da Deputada Telma Rufino – se após a apreciação do veto, a gente vai votar os projetos do Executivo. É isso?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
1ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	82

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Deputado Julio Cesar, há mais três vetos, e uma questão do Deputado Prof. Israel, acatada pela Presidente, para votação de um projeto.

DEPUTADO JULIO CESAR – É veto também?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Não é veto, é projeto.

DEPUTADO JULIO CESAR – Ok. Após a apreciação do projeto do Deputado Prof. Israel, a gente entrará na pauta do Executivo?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Exatamente.

DEPUTAD ROOSEVELT VILELA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, quero fazer uma ressalva com relação ao nosso projeto. O Deputado Rafael Prudente está fazendo a emenda para corrigir. No decorrer, eu gostaria de solicitar que ele voltasse à pauta, por gentileza.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Sim. Deputado Prof. Israel, qual é o projeto de V.Exa.?

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – É o item nº 187, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Vamos retomar à votação.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

O acordo é que votem "não", pela derrubada do veto ao projeto da Deputada Telma Rufino.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	83

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, o projeto vetado estabelece que 50% dos cargos comissionados sejam ocupados por mulheres. Eu tenho dificuldade para votar. Não quero votar contra a orientação da Deputada Telma Rufino, mas acho um pouco elevado esse número, que estabelece metade dos cargos. Muita gente vai ter que ser exonerada. Então, eu gostaria de me abster. Eu não tenho condições de votar. Eu me abstenho dessa votação.

DEPUTADA TELMA RUFINO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Sem Partido. Sem revisão da oradora.) – Eu quero dizer às Sras. e aos Srs. Deputados que isso foi feito com base em um planejamento, pois nós somos mais mulheres do que homens neste planeta. Entendam isso.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero aproveitar a oportunidade para trazer uma informação a este Plenário. Quero, diante dessa informação, novamente reafirmar o meu compromisso e a minha admiração pelos Deputados que compuseram a CPI do Transporte nesta Casa. Estes Deputados fizeram aquele trabalho com muita seriedade, porque foram presos hoje, em Curitiba, com uma prisão preventiva, o advogado Sacha Reck; o pai dele, Garrone Reck; Alex Reck, irmão do Sacha; e mais dois advogados. O Gulin também foi levado em prisão coercitiva, e mais um membro aqui de Brasília, também servidor das empresas Gulin, foi levado coercitivamente. São pessoas que foram indiciadas por V.Exa. nesse edital e certame criminoso, que, infelizmente, ainda continua operando no Distrito Federal. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Vamos iniciar o processo de votação. Nós vamos concluí-lo. Depois, eu abro para uso da palavra.

Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	84

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2016

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 290/2015 DATA: 29/06/2016

AUTORIA: DEPUTADA TELMA RUFINO
RELATOR: DEPUTADA SANDRA FARAJ

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR			1			
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT		1				
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE				1		
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1				
7	DELMASSO	PTN		1				
8	JUAREZÃO	PSB		1				
9	JULIO CESAR	PRB		1				
10	LILIANE RORIZ	PTB				1		
11	LIRA	PHS		1				
12	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT			1			
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1				
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
17	RICARDO VALE	PT		1				
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB		1				
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	CELINA LEÃO	PPS		1				
	RESULTADO		2	17	2	3	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO
MANTIDO ( ) REJEITADO (X)

2	VOTOS SIM
17	VOTOS NÃO
2	ABSTENÇÕES
3	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
21	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADO CHICO VIGILANTE

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
1ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	85

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 2 votos favoráveis, 18 votos contrários e 2 abstenções. Houve 2 ausências.

Total de votantes: 20.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

(Assume a Presidência a Deputada Celina Leão.)

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, eu queria fazer uma ponderação e vou precisar da sua atenção.

Na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, nós fizemos uma série de pedidos de informações ao governo sobre o Projeto de Lei nº 1.177, de 2016, que "Institui o Programa Bolsa Educação Infantil". Sra. Presidente, vou precisar de capacidade para convencê-la. O artigo nº 208, inciso I, da Constituição Federal, atendendo à Emenda Constitucional nº 59, de 2009, prevê que, até o ano de 2016, Deputado Chico Leite, as creches, a educação infantil para as crianças de 4 a 5 anos já deverão estar funcionando na sua plenitude. O Governo do Distrito Federal encaminhou esse projeto para poder cumprir essa nova exigência da Constituição. Eu ainda estou trabalhando com as informações de natureza econômica. Se alguém aqui entende de creche é a Deputada Luzia de Paula, essa mulher guerreira.

A aprovação deste projeto no encerramento deste semestre é de fundamental importância, senão nós vamos deixar a cidade desassistida para a matrícula no segundo semestre. Então, eu pediria a compreensão dos colegas. Eu mesmo estou trabalhando para ver se as informações que o governo enviou convencem e esclarecem para podermos então dar o parecer aqui no plenário.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, eu quero aqui me somar ao Deputado Wasny de Roure. Nós sabemos do compromisso que este País tem com as nossas crianças e a falha que ele tem cometido. O Estado não tem devolvido aquilo que é de direito das nossas crianças. Então, eu quero aqui também fazer um apelo para que essa matéria seja votada neste semestre.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Item nº 78:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	86

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 306, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "determina prazos para atendimento médico nos órgãos públicos de saúde do Distrito Federal e dá outras providências".

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir relatório.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

RELATÓRIO Nº 01 , DE 2015 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 306/2015, que determina prazos para atendimento médico nos órgãos públicos de saúde do Distrito Federal e dá outras providências.

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 183/2015-GAG, de 28 de agosto de 2015, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 306/2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que determina prazos para atendimento médico nos órgãos públicos de saúde do Distrito Federal e dá outras providências. .

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fl. 16.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que o projeto traz dispositivos que incidem sobre atribuições das Secretarias de Estado do Distrito Federal, Órgãos e entidades da administração pública, o que está reservado à iniciativa do Governador (LODF, art.71). Além disso, a atuação determinada pela proposição caracteriza-se como obrigação continuada com aumento de despesa, o que ensejaria o cumprimento dos arts. 16 e 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal, sob pena de a despesa gerada ser considerada não autorizada, irregular e lesiva ao patrimônio público (LRF, art.15). Nos documentos que instruem o Projeto de Lei não houve a demonstração de que essa exigência tenha sido cumprida.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

CCJ
PL Nº 306/2015
FOLHA 24 RUBRICA

Praça Municipal – Quadra 2 – Lote 5 – Gabinete 18 - CEP 70094-902 — Brasília-DF – Tel. (61) 3348-8182

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
1ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	87

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, solicito que, após esse item, coloque na pauta o Projeto de Lei nº 1.187, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, porque eu vou refazer o meu parecer e já estarei apto.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito ao Sr. Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2016

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 306/2015 DATA: 29/06/2016

AUTORIA: DEPUTADA TELMA RUFINO
RELATOR: DEPUTADA SANDRA FARAJ

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT		1				
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1				
7	DELMASSO	PTN		1				
8	JUAREZÃO	PSB		1				
9	JULIO CESAR	PRB				1		
10	LILIANE RORIZ	PTB				1		
11	LIRA	PHS		1				
12	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
13	PROF. ISRAEL	PV		1				
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT			1			
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1				
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
17	RICARDO VALE	PT		1				
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB		1				
19	ROOSEVELT VILELA	PSB		1				
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	CELINA LEÃO	PPS		1				
	RESULTADO		1	19	1	3	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO
MANTIDO ( ) REJEITADO ( )

1	VOTOS SIM
19	VOTOS NÃO
1	ABSTENÇÕES
3	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
21	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA SANDRA FARAJ

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	88

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 1 voto favorável, 20 votos contrários e 1 abstenção.

Total de votantes: 22.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 143:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 724, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "altera e acrescenta dispositivos à lei nº 4.848, de 1 de junho de 2012, que 'dispõe sobre a destinação de espaços exclusivos para mulheres e portadores de necessidades especiais no sistema metroviário do Distrito Federal'".

Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir relatório.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL

RELATÓRIO Nº 01 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 724/2015, que "Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.848, de 01 de junho de 2012, que dispõe sobre a destinação de espaços exclusivos para mulheres e portadores de necessidades especiais no sistema metroviário do Distrito Federal".

Relatora: Deputada SANDRA FARAJ

Com a Mensagem nº 80/2016-GAG, de 05 de abril de 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 724/2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.848, de 01 de junho de 2012, que dispõe sobre a destinação de espaços exclusivos para mulheres e portadores de necessidades especiais no sistema metroviário do Distrito Federal".

A proposição em comento foi aprovada com alteração, ficando a redação final conforme fls. 24.

Em sua exposição de motivos, o Governador elencou que o art. 2º da proposição estabelece multas pelo descumprimento da função fiscalizadora sem estipular o agente que aplica a sansão. Ademais, o art. 3º, embora não expressamente, atribui ao Metrô-DF o dever de multar o usuário que contrariar a norma, o que decorreria de poder de polícia e está em desacordo com sua natureza jurídica. Por fim, o parágrafo único do mesmo artigo determina que o usuário infrator que se recusar a sair do vagão seja conduzido pelo serviço de segurança do Metrô-DF à Delegacia de Polícia, o que não se mostra razoável.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

CCJ
PL Nº 724 /2015
FOLHA 31 RUBRICA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DEVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	89

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2016

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 724/2015 — DATA: 29/06/2016

AUTORIA: DEPUTADA TELMA RUFINO
RELATOR: DEPUTADA SANDRA FARAJ

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR		1				
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR				1		
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT		1				
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE		1				
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
7	DELMASSO	PTN		1				
8	JUAREZÃO	PSB		1				
9	JULIO CESAR	PRB		1				
10	LILIANE RORIZ	PTB				1		
11	LIRA	PHS		1				
12	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
13	PROF. ISRAEL	PV		1				
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT		1				
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1				
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
17	RICARDO VALE	PT		1				
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB		1				
19	ROOSEVELT VILELA	PSB		1				
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1				
22	WASNY DE ROURE	PT		1				
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	CELINA LEÃO	PPS		1				
	RESULTADO		1	20	0	3	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO (✓)
1	VOTOS SIM
20	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
3	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
21	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA SANDRA FARAJ

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 1 voto favorável, 20 votos contrários e 2 abstenções.

Total de votantes: 21.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 139:

Apreciação do veto total ao Projeto de Lei nº 380, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "estabelece garantia de reassentamento às famílias removidas, por estarem em situação de risco ou em decorrência de remoção em função da execução de obras públicas e de urbanização ou regularização fundiária no Distrito Federal".

Pessoal, quero explicar esse projeto da Deputada Telma Rufino. Houve um substitutivo no final. Ele altera a Lei nº 3.877 e, no artigo, consta que "será conferida prioridade no atendimento às famílias, mulheres responsáveis pela unidade familiar com pessoas de mais de sessenta anos, e com pessoas com deficiência."

A Deputada Telma Rufino só inclui famílias removidas das áreas de risco. Dou essa informação somente para acalmar V.Exas., porque a emenda ficou ruim, parecendo que é outro projeto.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, só vão ser votados os vetos da Deputada Telma Rufino?

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Só, Deputado, porque ela não teve nenhum projeto votado.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Entendi, Sra. Presidente. Estou perguntando porque, como tenho um pedido de derrubada de veto... Está certo. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Concedo a palavra à Deputada Sandra Faraj, para emitir o relatório da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir relatório. Sem revisão da oradora.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o relatório:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
Gabinete da Deputada Sandra Faraj

RELATÓRIO Nº 1 , DE 2016 - CCJ

Da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA sobre o VETO TOTAL oposto ao Projeto de Lei nº 380/2015, que "Estabelece garantia de reassentamento às famílias removidas por estarem em situação de risco ou em decorrência de remoção em função da execução de obras públicas e de urbanização ou regularização fundiária no Distrito Federal ".

Relatora: Deputada Sandra Faraj

Com a Mensagem nº 70/2016-GAG, de 22 de março 2016, o Governador do Distrito Federal comunicou à Presidência desta Casa os motivos de veto total oposto ao Projeto de Lei nº 380/2015, de autoria da Deputada Telma Rufino, que "estabelece garantia de reassentamento às famílias removidas por estarem em situação de risco ou em decorrência de remoção em função da execução de obras públicas e de urbanização ou regularização fundiária no Distrito Federal".

A proposição em comento foi aprovada com alterações, ficando a redação final conforme fl. 24.

Em sua exposição de motivos, o Governador asseverou que a proposição em análise apresenta inconstitucionalidade material, uma vez que atenta contra o princípio da isonomia, disposto no art.5º da Constituição Federal, na medida em que cria regime de favorecimento a parcela da população em detrimento de tantas outras, sem fundamento jurídico para tanto.

São essas as informações que reputamos necessárias à apreciação da matéria no âmbito desta Casa Legislativa.

Sala das Sessões, em

Deputado
Presidente

Deputada SANDRA FARAJ
Relatora

CCJ
fl. nº 310 / 2015
FOLHA 32 RUBRICA

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
1ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	91

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão o relatório. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Passa-se à apreciação do veto.

O veto exige, para a sua rejeição, o voto contrário da maioria absoluta dos membros da Casa, em votação pelo processo nominal.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o veto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2016

VETO TOTAL AO PROJETO DE LEI Nº 380/2015 DATA: 29/06/2016

AUTORIA: DEPUTADA TELMA RUFINO
RELATOR: DEPUTADA SANDRA FARAJ

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR		1				
3	CHICO LEITE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD		1				
7	DELMASSO	PTN		1				
8	JUAREZÃO	PSB		1				
9	JULIO CESAR	PRB		1				
10	LILIANE RORIZ	PTB				1		
11	LIRA	PHS		1				
12	LUZIA DE PAULA	PSB		1				
13	PROF. ISRAEL	PV		1				
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB		1				
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1				
17	RICARDO VALE	PT		1				
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB		1				
19	ROOSEVELT VILELA	PSB		1				
20	SANDRA FARAJ	SD		1				
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1				
22	WASNY DE ROURE	PT				1		
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1				
24	CELINA LEÃO	PPS		1				
	RESULTADO		5	17	0	2	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
MANTIDO ( )	REJEITADO (X)
5	VOTOS SIM
17	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
2	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
22	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA SANDRA FARAJ

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	92

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 17 votos contrários, 5 votos favoráveis e 2 ausências.

Total de votantes: 22.

Foi rejeitado o veto.

A Presidência determinará as providências necessárias para comunicar o resultado ao Sr. Governador do Distrito Federal.

Item nº 187:

Discussão e Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 463, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que "dispõe sobre número de telefone específico, denominado Disque-Denúncia Escolar, e formulário eletrônico específico no sistema público de recebimento de denúncias em casos de atos ocorridos em unidades de ensino".

Não é esse. É o seguinte:

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.187, de 2016, do Deputado Roosevelt Vilela, que "Institui o Programa de Incentivo de Regularização de Débitos não Tributários do Distrito Federal e dá outras providências".

Solicito ao Relator, Deputado Rafael Prudente, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.187, de 2016, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que "institui o Programa de Incentivo de Regularização de Débitos não Tributários do Distrito Federal e dá outras providências".

Sra. Presidente, corrigido o projeto por nossa assessoria, pelo Deputado Wasny de Roure, que também fez algumas colocações juntamente com o Deputado Cristiano Araújo, eu fiz uma subemenda de Relator que muda o art. 1º, retirando as taxas decorrentes do exercício do poder de polícia e os débitos decorrentes do exercício do poder de polícia.

Então, para adequar o projeto e não perdemos a proposição, Deputado Roosevelt Vilela, eu aprovo o projeto no âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças com a aprovação da Subemenda de Relator nº 1.

É o parecer, Sra. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria parabenizar o Deputado Rafael Prudente e a assessoria de S.Exa., porque os débitos não tributáveis não precisam ser submetidos à Lei de Responsabilidade Fiscal, à Lei Complementar nº 101. Entretanto, na versão original, o projeto estava fazendo o Refis para as taxas decorrentes do exercício do poder de polícia. Taxa é tributo, portanto tem que se aplicar a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, ao retirar do texto, conforme a emenda do Deputado Rafael Prudente, emenda de Relator – tem que se destacar isso aqui –, suprime-se essa dívida fiscal para que então o projeto de lei não precise responder às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Portanto, Deputado Roosevelt Vilela, a outra matéria deverá ser abordada por ocasião de eventual REFIS — Programa de Recuperação Fiscal. Eu tenho me posicionado contra os Refis tributários, por ter o entendimento de que Refis é altamente deseducativo à população e é um ônus para quem é honesto e procura recolher em dia.

Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADA CELINA LEÃO) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

(Assume a Presidência o Deputado Bispo Renato Andrade)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Solicito à Relatora, Deputada Sandra Faraj, que profira parecer pela Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.187, de 2016, de autoria do Deputado Roosevelt Vilela, que "Institui o Programa de Incentivo de Regularização de Débitos não Tributários do Distrito Federal e dá outras providências".

Sr. Presidente, somos pela admissibilidade do projeto na forma da emenda apresentada.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	94

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão o projeto em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Passaremos, neste momento, à votação dos projetos do Executivo.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu havia pedido o acréscimo do Item nº 187, mas, quando a presidente permitiu que fosse feito o acréscimo e iniciou a leitura, ela pediu para parar e colocou outro projeto em votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu quero dizer para V.Exa. que repararei esse erro e vamos votá-lo.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Muito obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Item nº 187:

Discussão e Votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 463, de 2015, de autoria do Deputado Prof. Israel, que "dispõe sobre número de telefone específico, denominado Disque-Denúncia Escolar, e formulário eletrônico específico no sistema público de recebimento de denúncias em casos de atos ocorridos em unidades de ensino".

A matéria tem tramitação concluída.

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
1ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	95

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Deputado Bispo Renato Andrade, quais são os projetos do Poder Executivo? Só para saber o que está na pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Vou citá-los, Deputado.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Srs. Deputados, recebemos uma recomendação do Ministério Público assinada pela Promotoria de Direitos do Cidadão, que pede alguns ajustes no Orçamento que veio do Governo do Distrito Federal.

Não sei se foi ajustado e se há condição de atendermos esse pedido. São ajustes mais técnicos, Deputado Bispo Renato Andrade, termos, referências direcionadas a pessoas com deficiência, para não colocar pessoas com necessidades, sim com deficiência. Menciona também a questão das emendas parlamentares quando não há ainda a rubrica específica. Outra coisa que eles dizem é que não há no projeto do Executivo sítios, dada a transparência orçamentária. Colocam também a importância de não se contingenciar os orçamentos das crianças e dos adolescentes. Então eles fazem algumas observações que não sei se estão sendo cumpridas.

Eu vou pedir cópia e encaminhar a recomendação ao Presidente da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Agaciel Maia, para ver se há condição de ajustarmos esses pedidos, essas sugestões do Ministério Público. Esse é o meu encaminhamento. Muito obrigada.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Só quero retificar a votação do veto total ao Projeto de Lei nº 724, de 2015, de autoria da Deputada Telma Rufino. O projeto foi rejeitado com 20 votos contrários, 1 voto favorável e 3 ausências. Bem como a votação do veto total ao Projeto de Lei nº 306, de 2015, também de autoria da Deputada Telma Rufino, também foi rejeitado com 19 votos contrários, 1 voto favorável, 1 abstenção e 3 ausências.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Deputado Bispo Renato Andrade, há ainda o último item, talvez o mais importante de ser observado. É sobre uma notificação feita pelo Ministério Público. O anteprojeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias do ano de 2017 estava na Câmara, foi disponibilizado pelo Poder Executivo para o público geral objetivando subsidiar as audiências públicas no dia 27 de abril de 2016. Mas o projeto estava datado de 3 de agosto de 2015, revelando que poucos foram os cuidados do anteprojeto à disposição da população do Distrito Federal. Ou seja, o mesmo projeto que foi mandado em 2015 era o mesmo projeto disponibilizado para análise da população do Distrito Federal, e não apresentava nenhum anexo, o que é uma ofensa aos comandos do Orçamento Participativo e da Lei Complementar nº 101, de 2000, art. 4º, parágrafo 1º.

Então, é importante que o Poder Legislativo siga os comandos legais para observação das leis orçamentárias, que cobre do Executivo a integral disponibilização do próximo orçamento, que não pode estar desatualizado, para que as pessoas possam acompanhá-lo.

Essa é minha questão de ordem, Deputado.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria indagar à Mesa se há acordo para votação de PDLs, requerimentos e moções nesta sessão. Pedi a inclusão de dois PDLs, itens nºs 274 e 275, na Ordem do Dia.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Bem, se há consenso dos Líderes, não há dificuldade em colocar em votação essas matérias. Mas, atendendo a questão de ordem agora solicitada sobre os itens extrapauta do Poder Executivo, passo a ler as proposições:

- Projeto de Lei nº 1.108, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 3.874, de 20 de junho de 2006, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à União, por meio da Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências";

- Projeto de Lei Complementar nº 71, de 2016, de autoria do Poder Executivo que "altera a Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul, do Setor Habitações Coletivas Sul - SHCS, na Região Administrativa do Plano Piloto - RA I, e dá outras providências" – são os puxadinhos;

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	97

- Projeto de Lei nº 1.119, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 8.287.109,00";

- Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2015, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "homologa os Convênios ICMS nº10/2014; 11/2014; e 32/2014";

- Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2015, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "Homologa o Convênio ICMS nº 163/2013"; e

- Projeto de Lei nº 1.107, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências".

O apelo que a gente faz aos Srs. Deputados é que permaneçam em plenário para que a gente conclua a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias hoje em primeiro e segundo turnos.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu fiz uma solicitação à Presidenta Deputada Celina Leão.

Sr. Presidente, eu vou pedir atenção. Se a assessoria puder me ajudar... Eu preciso de sua atenção, Sr. Presidente, permita-me.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Sim, senhor. Desculpe-me.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Eu fiz uma solicitação à Presidente Deputada Celina Leão em função da Emenda Constitucional nº 59, de 2009, que introduziu o inciso I do artigo 208, que prevê que a educação infantil, em 2016, esteja plenamente atendida.

Há um julgado no Tribunal de Justiça cobrando do Governo do Distrito Federal e há um acordo prevendo que a partir do segundo semestre a educação infantil tem que ser universalizada, Sr. Presidente.

O governo encaminhou o projeto de lei. Eu fiz, na Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, a arguição de vários pedidos de informação, os quais já recebi.

Portanto, eu quero fazer um apelo a V.Exa. para que inclua a matéria na Ordem do Dia porque é uma exigência de decisão do Tribunal de Justiça. É mais emergencial do que o próprio projeto do governo. Além de dar o direito de acesso à população que tem crianças, poderá começar o seu uso a partir do segundo

semestre. Se votarmos no mês de agosto ou em setembro, nós só estaremos prejudicando a população.

Eu faço um apelo a V.Exa. que inclua a matéria na Ordem do Dia.

Eu já havia feito essa solicitação à Deputada Celina Leão. A Deputada Luzia de Paula corroborou conosco. Eu espero que o Presidente da Comissão de Educação e Saúde também se manifeste. Eu não sou da base do Governador Rollemberg, mas entendo, como cidadão desta cidade, ser essa uma matéria de extrema importância para a nossa população.

Eu peço o apoio dos colegas com relação a essa solicitação.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Deputado Wasny de Roure, vou ouvir os demais colegas.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente; Deputado Wasny de Roure, já me manifestei. Já temos o compromisso ainda não oficial da Presidente Deputada Celina Leão. S.Exa. já confirmou, de maneira gestual, que o projeto entrará na pauta.

Fiz um pedido ao Líder do Governo para que ratifique o nosso pedido.

Deputada Celina Leão, estamos justamente falando de V.Exa., para que autorize que entre na pauta o projeto das creches, por favor.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA CELINA LEÃO (PPS. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu não tenho dificuldade de colocar esse projeto em pauta, pela relevância da matéria, mas eu gostaria que todos os Líderes fossem consultados, porque é um projeto importante.

Que dia ele foi protocolado, Deputado Wasny de Roure?

DEPUTADO JULIO CESAR – Quinta-feira passada.

DEPUTADA CELINA LEÃO – Quinta-feira passada. E, novamente, é o atropelo de um tema importante como esse ser votado em plenário.

Mas, diante do apelo dos colegas, se não houver objeção dos Líderes... Não há objeção da minha parte, Sr. Presidente Deputado Bispo Renato Andrade.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
1ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	99

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiramente muito obrigado por ter repassado conosco quais são os itens de pauta que nós estaríamos votando hoje. Além desse Projeto de Lei nº 1.177, de 2016, que fala sobre as creches e que o Deputado Wasny de Roure relatou, assim como o Deputado Prof. Reginaldo Veras e a própria Deputada Celina Leão, também tem o Projeto de Lei nº 1.179, que foi até V.Exa. que falou no início, que é em relação ao PAS, que o senhor também não relatou.

Eu também gostaria de colocar a discussão entre os Líderes para que a gente pudesse ver se há acordo para votar isso porque o senhor não leu e foi o que V.Exa. falou no início, e percebi que o da CEB foi retirado da pauta, e eu gostaria de fazer um apelo a todos os Deputados para que se fizesse a consulta aos Líderes de cada bloco sobre a possibilidade de a gente votar, até porque o da CEB a gente entende que é um projeto muito importante. O presidente teve a oportunidade de conversar com alguns Líderes e explicar sua necessidade.

E, por fim, Sr. Presidente, também peço a gentileza de que seja incluído o Projeto de Lei nº 1.133, de 2016, que é um crédito da FAP, e, só a título de informação, nós temos nesse crédito 97 emendas de parlamentares que estão apensadas nesse projeto, o qual nós gostaríamos que fosse submetido, além de o crédito ser importante para a FAP porque fala sobre o Parque Tecnológico.

Então, peço a V.Exa. que faça uma consulta aos Líderes para ver se a gente tem acordo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Só um minutinho, gente. Concedo a palavra aqui, primeiro, ao Deputado Raimundo Ribeiro, depois ao Deputado Delmasso, em seguida à Deputada Luzia de Paula, depois ao Deputado Cristiano Araújo e por fim ao Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAIMUNDO RIBEIRO (PPS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, minha solicitação é no sentido de que a gente pudesse colocar em pauta para votar ainda hoje dois projetos da Procuradoria do Distrito Federal e o projeto da Defensoria Pública e, após, a gente verificar os outros que estão na pauta.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para reforçar o pedido do Líder do Governo em relação à CEB, porque o que me deixa preocupado em relação à não votação desse projeto é porque esse projeto abre um crédito suplementar que autoriza a CEB a receber os recursos da alienação da venda das suas subsidiárias que nós votamos o ano passado, e esse projeto é extremamente importante porque existe autorização da venda.

Bem, se a CEB vender as ações, ela não tem como receber isso orçamentariamente. Só vai poder receber orçamentariamente se nós aprovarmos esse projeto, e tenho certeza de que todos os Deputados, todos os Parlamentares aqui defendem a recuperação financeira da CEB. O presidente da CEB, a atual gestão da CEB tem feito um esforço tremendo para recuperar a companhia, então quero pedir a sensibilidade dos nobres Parlamentares, dos Líderes, para que a gente possa votar esse crédito da CEB que é justamente o crédito orçamentário que autoriza o recebimento das vendas das ações no orçamento da CEB.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Gente, vocês me perdoem, mas vou me atentar a um minuto para cada uso da palavra senão a gente não vai sair daqui hoje. Então, um minuto e o microfone será cortado logo em seguida. Que me perdoem, senão a gente não sai daqui hoje.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero parabenizá-lo por regulamentar o tempo, mas eu queria fazer um apelo aos Líderes para que nós pudéssemos votar o projeto que se refere às creches, levando também em conta que em 2015 eu apresentei um projeto com o mesmo sentido e a mesma matéria. Então, desde 2015 nós temos a matéria nesta Casa, e agora fiz também um requerimento de apensamento do meu projeto ao projeto do Executivo e tive o apoio também do Deputado Prof. Reginaldo Veras e dos outros Deputados nas comissões, que apoiaram o apensamento do meu projeto junto ao projeto do Executivo. O meu projeto está na Casa desde 2015, e o Executivo agora traz este e nós precisamos dar apoio às nossas crianças.

Então, eu quero aqui fazer esse apelo aos Líderes para que possamos votar esse projeto em relação às creches.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	101

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a propósito desse PL com relação às creches, eu apresentei um projeto de lei substitutivo, o qual ficou acertado com os técnicos da Secretaria de Educação de verem as nossas alterações no sentido de melhorar o projeto. Porque o projeto do governo, puro e simplesmente, prevê a matrícula em escolas particulares das crianças de 4 e 5 anos, mas ele não descreve uma outra série de questões: os custos de 2017 e 2018; não prevê o custo com os uniformes, com os materiais escolares. Tudo isso tem que ser previsto porque se a criança está naquela faixa D e E, conforme foi colocado, é necessário que se façam esses ajustes.

Então, o governo ficou de dar as respostas... Não, não, mas eu fiz agora. O governo ficou de dar a resposta para que nós possamos encaminhar. Inclusive, o Deputado Julio Cesar, Líder do Governo, subscreve o projeto comigo. Vamos aguardar essa possibilidade.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O projeto é de quem?

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – O projeto é do Executivo, mas nós apresentamos um substitutivo.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, para dar celeridade aos trabalhos, eu gostaria que V.Exa. acatasse a solicitação para colocar os projetos de governo que já têm acordo na reunião de Líderes e depois discutíssemos a inclusão dos demais, após discussão com os Líderes.

Portanto, eu quero fazer essa solicitação a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu vou dar as duas últimas palavras e depois vou pronunciar nossa posição.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, também faço consulta aos Líderes sobre a possibilidade da inclusão do 1.164, de 2016, na pauta.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	102

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para ratificar os projetos incluídos no acordo de Líderes: 1.108; 71 de 2006; 1.119, da Procuradoria; PDL 17; PDL 18; PDL 1.107. São esses os itens que foram acordados no Colégio de Líderes.

Peço a V.Exa. que mantenha o acordo do Colégio de Líderes.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, se for para manter o que está no Colégio de Líderes, está faltando o da CEB, que foi acordado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Foi retirado o da CEB pela maioria dos Líderes.

Vou acatar a sugestão do Deputado Agaciel Maia, nós vamos votar os projetos que estão incluídos extrapauta e, antes da LDO, suspenderemos uns cinco minutinhos e voltaremos a discutir se acrescentamos ou não algum à pauta. Para que a gente ganhe tempo e dê celeridade ao processo.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só ficou uma dúvida na fala do Deputado Raimundo Ribeiro quando ele disse que pediu para colocar dois projetos, que se votasse dois projetos da Procuradoria. Um eu até identifiquei, que era esse que o Deputado Cristiano Araújo falou, que já está até na pauta. O outro eu não identifiquei. Era bom, depois, o Deputado Raimundo Ribeiro passar para nós.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O outro foi da Defensoria Pública...

DEPUTADO JULIO CESAR – Não, ele falou dois da Procuradoria e um da Defensoria. Depois só para consultarmos.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Ok. Vamos pegar os itens extrapauta, vamos agora passar para os projetos do Executivo, logo em seguida, antes de votarmos a LDO, nós nos reuniremos uns cinco minutinhos para ouvir os Líderes, e a pauta que for decidida pelos Líderes tocaremos para frente.

Vamos tocar aquilo que já está em consenso até o momento. Combinado?

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	103

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, são dois pedidos: um é a inclusão do Projeto de Lei nº 1.189, de 2016, da Mesa Diretora; e outro é que a gente possa dar início à votação dos projetos do Executivo neste momento.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Vamos começar com os itens extrapauta do Poder Executivo.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.108, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 3.874, de 20 de junho de 2006, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à União, por meio da Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente financeiro, a oferecer garantias e dá outras providências".

Tramitação concluída. Apresentada emenda de Plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças e a Comissão de Constituição e Justiça deverão se manifestar sobre as emendas.

A Presidência designa o Deputado Prof. Israel para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, Deputado Prof. Israel, que emita parecer sobre a emenda de Plenário ao projeto.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda Modificativa nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.108, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 3.874, de 20 de junho de 2006, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à União, por meio da Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente financeiro, a oferecer garantias, e dá outras providências".

O parecer é favorável à Emenda Modificativa nº 1. Somos pela admissibilidade, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	104

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer sobre a emenda de Plenário ao projeto.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça à Emenda Modificativa nº 1 ao Projeto de Lei nº 1.108, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei nº 3.874, de 20 de junho de 2006, que autoriza o Poder Executivo a contratar financiamento junto à União, por meio da Caixa Econômica Federal, na qualidade de agente financeiro, a oferecer garantias, e dá outras providências".

O voto é pela admissibilidade da Emenda Modificativa nº 1.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 13 Deputados.

Em discussão o projeto, em primeiro turno. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 13 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Para não incorrermos em nenhuma ilegalidade, solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados para verificação de *quorum*.

(Procede-se à verificação de *quorum*.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2016

VERIFICAÇÃO DE QUÓRUM	DATA: 29/06/2016

LISTA DE VERIFICAÇÃO DE PRESENÇA DOS DEPUTADOS

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	PRESENTE	AUSENTE
1	AGACIEL MAIA	PR		1
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1	
3	CHICO LEITE	REDE		1
4	CHICO VIGILANTE	PT		1
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1	
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1	
7	DELMASSO	PTN	1	
8	JUAREZÃO	PSB		1
9	JULIO CESAR	PRB	1	
10	LILIANE RORIZ	PTB		1
11	LIRA	PHS	1	
12	LUZIA DE PAULA	PSB	1	
13	PROF. ISRAEL	PV	1	
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1	
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1	
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS		1
17	RICARDO VALE	PT	1	
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB		1
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1	
20	SANDRA FARAJ	SD	1	
21	TELMA RUFINO	S/ PART		1
22	WASNY DE ROURE	PT	1	
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB		1
24	CELINA LEÃO	PPS		1
RESULTADO			14	10

QUÓRUM	
14	PRESENTES
10	AUSENTES
24	SOMATÓRIO

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA SANDRA FARAJ

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	105

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Estão presentes 14 Deputados.

Eu faço um apelo aos Srs. Deputados que se encontram na Casa que retornem ao plenário, porque precisamos da presença de todos.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 71, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul, do Setor Habitações Coletivas Sul - SHCS, na Região Administrativa do Plano Piloto - RA I, e dá outras providências".

A proposição não recebeu parecer das comissões.

Foi apresentado requerimento de destaque ao art. 8º do projeto de lei para constituição de projeto em separado, nos termos do art. 173 do Regimento Interno. Nesse sentido, coloco em discussão o requerimento de destaque, conforme disposto no art. 174, inciso IV, do Regimento Interno.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de uma explicação sobre o destaque. É em que sentido?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Faremos a leitura do art. 8º, para que todos tenham ciência do artigo destacado.

"Art. 8º O art. 24 da Lei Complementar nº 766, de 2008, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 24. Os estabelecimentos que já ocupam área pública prevista nesta Lei Complementar devem protocolizar pedido de regularização junto à Administração Regional do Plano Piloto até 30 de outubro de 2016.

Parágrafo único. Os procedimentos de fiscalização ficam suspensos após o protocolo de regularização de que trata o *caput* deste artigo até a manifestação do Poder Público, desde que sejam observados os prazos para o cumprimento de exigências do respectivo processo de licenciamento".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o requerimento permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O requerimento está aprovado com a presença de 15 Deputados.

Aprovado o requerimento, solicito a leitura do novo projeto de lei complementar. Informo que a matéria tramitará na Comissão de Assuntos Fundiários e na Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo para análise de mérito, e na Comissão de Constituição e Justiça para análise de admissibilidade.

Antes, porém, solicito à Secretária, Deputada Sandra Faraj, que proceda à leitura do item.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2016, de autoria de vários deputados, que "altera o art. 24 da Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que 'dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul, do Setor Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa do Plano Piloto – RA I, e dá outras providências'".

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – A Presidência designa a Deputada Telma Rufino para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito à Relatora, Deputada Telma Rufino, que emita parecer da Comissão de Assuntos Fundiários sobre a matéria.

DEPUTADA TELMA RUFINO (Sem Partido. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é o seguinte o parecer:

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
COMISSÃO DE ASUNTOS FUNDIÁRIOS

PARECER Nº 1 , de 2016 - CAF

DA COMISSÃO DE ASSUNTOS FUNDIÁRIOS AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 72 /2016

AUTORIA: De vários deputados
RELATORA: Deputada TELMA RUFINO

VOTO DO RELATOR

Nos termos do art. 68, do Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal, compete à Comissão de Assuntos Fundiários emitir parecer de mérito de matérias que tratem de parcelamento do solo, normas gerais de construção e mudança de destinação de áreas, propaganda ou publicidade em logradouros públicos, política fundiária, habitação, utilização e desafetação de bens, direito urbanístico e política de combate à erosão.

O presente PLC visa a adequar à Lei Complementar nº 766/2008 tão somente à extensão do prazo para adequação, e as demais tratativas de alteração de legislação serão debatidas com a comunidade e entidades em momento oportuno. A apresentação do PLC 71/2016 pelo Poder Executivo na última semana de votação não proporciona a devida leitura e análise das comissões permanentes, nem das assessorias dos deputados, considerando a complexidade e alcance do projeto.

No mérito, manifestamos o voto pela **aprovação** do Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2016, no âmbito desta Comissão de Assuntos Fundiários.

Deputada **TELMA RUFINO**

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
1ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	107

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 16 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Delmasso, que emita parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo sobre a matéria.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico Sustentável, Ciência, Tecnologia, Meio Ambiente e Turismo ao Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2016, que "altera o art. 24 da Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que 'dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul do Setor Habitações Coletivas Sul – SHCS –, na Região Administrativa do Plano Piloto - RA I, e dá outras providências'".

Esta comissão foi instada a dar parecer no que se refere ao mérito do Projeto de Lei Complementar nº 71, de 2016, que altera o art. 24 da Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local do Setor de Habitações Coletivas Sul – SHCS, na Região Administrativa de Brasília - RA I, e dá outras providências.

Pelo art. 69-b, alínea j, esta comissão deve emitir parecer de mérito em matérias que tratem de assuntos referentes à defesa do solo.

O presente projeto de lei complementar visa adequar à Lei Complementar nº 766, de 2008, tão somente a extensão do prazo para a adequação e as demais tratativas de alteração de legislação, que serão debatidas com a comunidade e entidades em um momento oportuno.

A apresentação do referido projeto de lei pelo Poder Executivo, na última semana de votação, não proporciona a devida leitura da análise das comissões nem das assessorias dos Deputados, considerando a complexidade do referido projeto.

Mas, tendo em vista a relevância e a importância do referido projeto, no mérito, nós nos manifestamos pela aprovação do referido projeto de lei complementar no âmbito desta comissão.

É o parecer.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	108

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para retificar: não é o Projeto de Lei Complementar nº 71, o referido projeto em votação é o Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2016.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 17 Deputados.

Solicito à Presidente da Comissão de Constituição e Justiça que designe relator para a matéria, ou avoque a relatoria.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, designo o Deputado Robério Negreiros.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "altera a Lei Complementar nº 766, de 19 de junho de 2008, que 'dispõe sobre o uso e a ocupação do solo no Comércio Local Sul, do Setor Habitações Coletivas Sul - SHCS, na Região Administrativa do Plano Piloto - RA I, e dá outras providências".

Meu parecer é pela admissibilidade do projeto, seguindo o parecer que foi aprovado na CEDESCTMAT.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 18 Deputados.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	109

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei Complementar nº 72, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2016

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 72/2016 DATA: 29/06/2016
AUTORIA: VÁRIOS DEPUTADOS
TURNO: 1º (X) 2º ( ) RED. FINAL ( )

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE	1					
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
7	DELMASSO	PTN	1					
8	JUAREZÃO	PSB	1					
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PTB				1		
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS	1					
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PPS	1					
	RESULTADO		23	0	0	1	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADO	
23	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
1	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
23	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA SANDRA FARAJ

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	110

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 23 votos favoráveis. Houve 1 ausência.

Está aprovado.

A matéria segue a tramitação regimental.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o projeto que trata da Companhia Energética de Brasília está na pauta para ser votado hoje?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Não.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu peço a V.Exa. que o inclua.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em função das solicitações feitas, acordamos que vamos votar os projetos que estão em pauta, com exceção da LDO. Os Líderes vão se reunir, e nós discutiremos. Se houver a aquiescência da maioria dos Líderes, ele será votado.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Temos a possibilidade de votá-lo ainda hoje?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Claro que sim.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Fora isso, sabendo da eficiência de V.Exa. na Mesa, queria dizer que temos um lanche quentinho esperando-o.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu agradeço a V.Exa. Vamos suspender a sessão assim que completarmos a pauta, para ganharmos tempo.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.119, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 8.287.109,00 (oito milhões, duzentos e oitenta e sete mil, cento e nove reais)".

Tramitação concluída. Apresentada uma emenda de plenário. A Comissão de Economia, Orçamento e Finanças deverá se manifestar sobre a emenda.

A Presidência designa o Deputado Agaciel Maia para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a emenda de plenário.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças à Emenda Aditiva nº 1, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, ao Projeto de Lei nº 1.119, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "abre crédito adicional à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor de R$ 8.287.109,00 (oito milhões, duzentos e oitenta e sete mil, cento e nove reais)".

A emenda faz dois cancelamentos: um no valor de R$1.000.000,00 (um milhão de reais), e outro no valor de R$180.000,00 (cento e oitenta mil reais). E faz quatro acréscimos: um no valor de R$500.000,00 (quinhentos mil reais), outro no valor de R$300.000,00 (trezentos mil reais), outro no valor de R$300.000,00 (trezentos mil reais), e outro no valor de R$80.000,00 (oitenta mil reais).

Estando a emenda de acordo com os termos regimentais, sou pela admissibilidade e aprovação da referida emenda apresentada em plenário.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.119, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Item extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2015, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "homologa os Convênios ICMS nºs 10/2014, 11/2014 e 32/2014".

Foi apresentada uma emenda de plenário. As comissões deverão se manifestar sobre a emenda.

A Presidência designa o Deputado Júlio César para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Julio Cesar, que emita o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a Emenda Modificativa de Plenário nº 2, de autoria da Deputada Sandra Faraj, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2015, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "homologa os Convênios ICMS nºs 10/2014, 11/2014 e 32/2014".

Sr. Presidente, somos pela admissibilidade da presente emenda.

É o parecer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer da CEOF. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A Presidência designa o Deputado Robério Negreiros para emitir parecer sobre a matéria.

Solicito ao Relator, Deputado Robério Negreiros, que emita o parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a matéria.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça sobre a Emenda Modificativa de Plenário nº 2, de autoria da Deputada Sandra Faraj, ao Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2015, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "homologa os Convênios ICMS nºs 10/2014, 11/2014 e 32/2014".

Meu voto é pela admissibilidade da Emenda Modificativa nº 2 de plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	113

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em turno único, o Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2015. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Esta Presidência informa que a proposição necessita de 16 votos favoráveis para sua aprovação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2016

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 17/2015 DATA: 29/06/2016
AUTORIA: COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS
TURNO ÚNICO REDAÇÃO FINAL APROVADA [X]

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	DV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
7	DELMASSO	PTN	1					
8	JUAREZÃO	PSB	1					
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PTB				1		
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PPS				1		
RESULTADO			20	0	0	4	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO	
APROVADO	
20	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
4	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
20	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA SANDRA FARAJ

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 17, de 2015, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "homologa os Convênios ICMS nº 10/2014, nº 11/2014 e nº 32/2014".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

Item Extrapauta:

Discussão e votação, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2015, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "homologa o Convênio ICMS nº 163/2013".

Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Esta Presidência informa que a proposição necessita de dezesseis votos favoráveis para a sua aprovação.

Em votação.

Os Deputados que votarem "sim" estarão aprovando o projeto; os que votarem "não" estarão rejeitando-o.

Solicito à Sra. Secretária que proceda à chamada nominal dos Deputados.

(Procede-se à votação nominal.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
PRESIDÊNCIA
SECRETARIA LEGISLATIVA
7ª LEGISLATURA - 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 2016

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 18/2015 DATA: 29/06/2016
AUTORIA: COMISSÃO DE ECONOMIA, ORÇAMENTO E FINANÇAS
TURNO ÚNICO REDAÇÃO FINAL APROVADA (X)

QTD	DEPUTADOS	PARTIDO	SIM	NÃO	ABS.	AUS.	OBST.	OV.
1	AGACIEL MAIA	PR	1					
2	BISPO RENATO ANDRADE	PR	1					
3	CHICO LEITE	REDE				1		
4	CHICO VIGILANTE	PT	1					
5	CLÁUDIO ABRANTES	REDE	1					
6	CRISTIANO ARAÚJO	PSD	1					
7	DELMASSO	PTN	1					
8	JUAREZÃO	PSB	1					
9	JULIO CESAR	PRB	1					
10	LILIANE RORIZ	PTB				1		
11	LIRA	PHS	1					
12	LUZIA DE PAULA	PSB	1					
13	PROF. ISRAEL	PV	1					
14	PROF. REGINALDO VERAS	PDT	1					
15	RAFAEL PRUDENTE	PMDB	1					
16	RAIMUNDO RIBEIRO	PPS				1		
17	RICARDO VALE	PT	1					
18	ROBÉRIO NEGREIROS	PSDB	1					
19	ROOSEVELT VILELA	PSB	1					
20	SANDRA FARAJ	SD	1					
21	TELMA RUFINO	S/ PART	1					
22	WASNY DE ROURE	PT	1					
23	WELLINGTON LUIZ	PMDB	1					
24	CELINA LEÃO	PPS				1		
RESULTADO			20	0	0	4	0	24

RESULTADO DA VOTAÇÃO APROVADO	
20	VOTOS SIM
0	VOTOS NÃO
0	ABSTENÇÕES
4	AUSÊNCIAS
0	OBSTRUÇÕES
20	QUÓRUM VOTANTE

SECRETÁRIO DA SESSÃO
DEPUTADA SANDRA FARAJ

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	115

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – A Presidência vai anunciar o resultado da votação: 20 votos favoráveis. Houve 4 ausências.

Está aprovado.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, solicito a dispensa do interstício regimental para a imediata apreciação da redação final.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Não havendo objeção do Plenário, a Presidência acata a solicitação de V.Exa. (Pausa.)

Passa-se à imediata apreciação da matéria.

Discussão da redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 2015, de autoria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, que "homologa o Convênio ICMS nº 163/2013".

Em discussão a redação final. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Encerrada a discussão, sem emendas ou retificações, a redação final é considerada definitivamente aprovada, dispensada a votação.

O projeto vai à promulgação.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Qual é o próximo item, Sr. Presidente?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – A LDO, em primeiro turno. Depois suspenderemos para discutir os pedidos solicitados.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, eu queria pedir a V.Exa. que pudéssemos, antes de votar a LDO, fazer uma consulta aos Líderes em relação aos projetos extrapauta. Aliás, um não é extrapauta. Estava na pauta e foi acordado no Colégio de Líderes. Refere-se à CEB, como já pedido.

Há o Projeto de Lei nº 1.177, de 2016, que é sobre a creche, solicitado pelo Deputado Wasny de Roure e que tem acordo da Deputada Luzia de Paula. Acho que é importante esse projeto. Tem também aquele pedido por V.Exa., o de nº 1.179, do PAS, e um que está causando uma dúvida em diversos Deputados que têm me

procurado, que é o Projeto de Lei nº 1.133, de 2016, da FAP – Fundação de Apoio à Pesquisa. Temos 97 emendas de Deputados que estão nesse crédito, e seria muito importante vencermos essas três pautas.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sra. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de alertar os colegas que nós temos o Projeto de Lei nº 1.180 e, se ele não for votado até o dia 3 de julho, vamos ter um conjunto enorme de demissões na Codhab. O órgão, como não tem concurso vigente, não tem ninguém para convocar, vai ficar em uma situação difícil para dar prosseguimento às suas atividades.

Eu alerto a Casa, alerto os colegas Deputados, para que não sejamos surpreendidos com uma convocação extraordinária.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, ratificando, então, além desses três projetos, o de nº 1.180, de 2016, da Codhab. Na verdade, o Deputado Wellington Luiz já havia até conversado comigo e, analisando o projeto, vi que temos uma dificuldade, porque realmente os cargos são necessários, em virtude da data de 3 de julho de 2016.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Projeto nº 1.180, nós não tivemos nem tempo de analisar. O Deputado Wasny de Roure está fazendo um apelo aqui, mas é um projeto que chegou hoje à Câmara Legislativa. Isso é um desrespeito com esta Casa, Deputado Bispo Renato Andrade. Estamos aqui, no penúltimo dia, e há um projeto atrás do outro, sem explicação, cheios de números. É muito complicado analisarmos projetos dessa forma.

Eu peço aqui, Sr. Presidente e demais Líderes, para não nos estendermos muito, para nos atermos ao acordo de Líderes. Se não nos ativermos ao acordo de Líderes e ficarmos colocando extrapauta, extrapauta, toda hora, é melhor cancelarmos esse Colégio de Líderes pelo menos para os próximos seis meses. Pelo menos é um tempo a menos de burocracia que teremos dentro desta Casa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, com todo o respeito ao apelo do Líder do Governo, ficou definida no Colégio de Líderes a votação dos Projetos de Lei nºs 1.108; 71; 1.119, da Procuradoria; os Projetos de Lei Complementar nºs 17 e 18, além do Projeto de Lei nº 1.107. Foram esses os itens acordados no Colégio de Líderes.

Além desses, temos aqui os Projetos de Lei nºs 1.180, 1.133, 1.179, 820 e 1.177. São mais sete projetos, de que não temos nem conhecimento. Nós nem lemos esses projetos. Isso quebra o acordo da tramitação deles nas comissões e também descredencia o Colégio de Líderes.

Então, faço um apelo a V.Exa., para que converse também com o Deputado Wellington Luiz, que é Líder do bloco. Falo pela Liderança do meu bloco. O Deputado Raimundo Ribeiro já havia manifestado a sua opinião, mas peço a V.Exa. que sigamos a pauta de votações e votemos, em primeiro turno, a LDO e, em segundo turno, os projetos que estão na pauta.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, tenho um aniversário em família e não passei bem o dia de ontem. Tive um prenúncio de desmaio, que se repetiu no dia de hoje, no horário do almoço. Portanto, vim aqui estabelecendo um horário para voltar. Estou aqui por um dever.

Deputado Cristiano Araújo, concordo com V.Exa. e com o Deputado Rafael Prudente no que diz respeito a projetos protocolados hoje. Entendo que é um quadro de desrespeito, mas fico preocupado com a situação e o cenário que vai viver uma instituição que tem o trabalho de conduzir a gestão da política habitacional do Distrito Federal.

Não faço parte da base deste Governo, mas estou aqui em prol de um interesse maior, que é o da sociedade. No entanto, realmente estou me sacrificando do ponto de vista físico. Não tenho mais 18 anos, mas eu estarei aqui para votar as matérias que os colegas entenderem ser necessárias.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Wasny de Roure.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria pedia a V.Exa. que, dentro da possibilidade, a gente pusesse em votação, no Colégio de Líderes, os projetos que foram colocados.

Eu quero defender mais uma vez o crédito da CEB, tendo em vista que ele já tinha sido acordado no Colégio de Líderes, era o Item nº 1 da extrapauta. O Deputado Wasny de Roure, com toda a vênia, pediu algumas informações, e eu não sei se foi contemplada essa questão. Em relação aos outros projetos, que chamem os Líderes relacionados no Colégio de Líderes e que eles possam expressar sua votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Ok.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu acho que, se a gente não respeitar o Colégio de Líderes no acordo que foi feito com relação à pauta, então não precisa mais de o Colégio de Líderes se reunir. Todos os anos, todo semestre, final de semestre é a mesma coisa. Com todo o respeito às necessidades, às angústias do governo, não há como. Acordo é acordo, tem que ser cumprido.

Houve tempo hábil para o governo encaminhar esse projeto. Se não mandou, infelizmente, eu acho que, neste momento, não há como mais apreciar esse projeto. Então, eu queria pedir a V.Exa. que não acate, de forma nenhuma, esse pedido.

DEPUTADO PROF. ISRAEL – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu faço coro ao pedido do Deputado Delmasso. Realmente havia um acordo prévio sobre o Item nº 1 da extrapauta, da CEB, e agora nós estamos prontos para fazer essa votação. Então, eu queria me somar nesse pedido a V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado Prof. Israel.

DEPUTADO LIRA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	119

DEPUTADO LIRA (PHS. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu também quero me somar aos colegas para votarmos o Item nº 1, da CEB. Eu estou aqui para votar, nem que seja até meia-noite, 1h.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Gente, olha, eu quero dizer uma coisa para vocês. Eu respeito todos vocês, vocês sabem disso. Eu havia acatado uma solicitação e vou cumpri-la. Vou votar a LDO no primeiro turno, logo em seguida, eu consulto os Líderes. Vocês estão fazendo com que a gente atrase mais a votação. Eu já tinha acatado a solicitação. Estamos repetindo a mesma coisa. Eu vou tentar aquilo que eu havia acatado e serei democrático. Vou ouvir os Líderes sim, podem ter certeza, não tomarei nenhuma decisão sem que seja ouvido o Colégio de Líderes.

Eu só gostaria de contar com o apoio de V.Exas. para que a gente passasse agora à votação do primeiro turno da LDO. Logo em seguida, eu ouço os Líderes, para que a gente continue naquilo que avançar, gente. Eu não vou tomar nenhuma decisão monocrática, podem ter certeza.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só queria me somar ao que foi falado pelo Deputado Rafael Prudente, pelo Deputado Cristiano Araújo e pelo Deputado Wellington Luiz: que seja respeitado o Colégio de Líderes. Senão, é aquilo que o Deputado Rafael Prudente falou: é melhor não termos Colégio de Líderes e tirarmos essa burocracia. Então eu acho que a gente tem que respeitá-lo, principalmente nesses projetos que chegam em cima da hora. Há projetos aqui que nem passaram no Protocolo. É bem complicado isso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu não sou do Colégio de Líderes, mas eu fiquei lá durante cinco anos, participei de todas as reuniões, não faltei a nenhuma reunião do Colégio de Líderes, e a gente tinha por norma respeitar o que era acertado no Colégio de Líderes.

Até onde eu sei, até consultei o Deputado Wellington Luiz, e S.Exa. disse que é verdade, esse projeto da CEB passou no Colégio de Líderes. O Colégio de Líderes apontou para a votação dele. Portanto, eu confio na palavra de V.Exa. Tenho certeza de que V.Exa. vai votar a LDO em primeiro turno. Em seguida, a gente vota esse projeto, porque ele foi aprovado pelo Colégio de Líderes.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29/06/2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	120

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Olha, sobre as três últimas questões de ordem, gente, vamos votar a LDO, depois V.Exas. têm toda a oportunidade de se manifestar. Nós estamos girando, girando e voltando ao mesmo tema.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, desculpe-me discordar de V.Exa., mas, em que pese a gente ter os Líderes, eu vejo que os Deputados querem se manifestar sobre essa temática. Nosso respeito a V.Exa. porque vejo que está tentando dar dinamismo à sessão, mas, embora o meu Líder já tenha se manifestado, eu acho importante também colocar minha opinião, caso seja possível.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Claro.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Então, vou na mesma linha já aventada inclusive pelo Deputado Chico Vigilante, no sentido de que esse projeto da CEB já estava colocado no Colégio de Líderes. Era o Item nº 1.

Nós temos também o crédito da FAP – Fundação de Apoio à Pesquisa, e eu inclusive falei com V.Exa. que, num primeiro momento, tive um posicionamento contrário a esse PL, mas depois me foi explicada a situação. É uma emenda extremamente necessária de um crédito suplementar, na verdade, para Ciência e Tecnologia, e, como ela não tem SUAG – Subsecretaria de Administração Geral, está sendo feito pela FAP.

Mas, além disso, Sr. Presidente, é preciso que se tenha uma construção porque, nesse crédito, existem, se não me engano, cerca de noventa emendas de Deputados. São 97. Então, se não houver acordo para votar isso, até os Deputados que têm emendas importantes, como é o meu caso – e talvez seja até o caso de V.Exa. –, precisam ser informados disso.

Então, o nosso posicionamento é tranquilo em relação tanto ao crédito da CEB, quanto ao crédito da FAP.

E eu agradeço V.Exa. por ter me ouvido.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu sempre ouvirei V.Exa. O que eu disse aqui é que não vou deixar de ouvir todos vocês. Eu só estou pedindo é que venhamos a ficar na primeira questão de ordem que eu já acatei: nós vamos votar aquilo que já estava pautado. A LDO é o próximo item de pauta. E vou ouvir. Havendo consenso, a gente vota tudo o que vocês quiserem. É como disse o Deputado Prof. Reginaldo Veras: "É liberação geral", mas precisa haver consenso. Combinado?

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o Deputado Rafael Prudente, na primeira fala, disse assim: se não se cumprir o que foi acordado no Colégio de Líderes, é melhor que a gente não faça mais reunião no mesmo. E aí eu quero apenas dizer que o da CEB foi acertado no dia de segunda-feira, quando nos reunimos na sala da Presidente e saímos de lá definido que estaríamos votando.

Então, eu faço das palavras do Deputado Rafael Prudente as minhas. Se nós não cumprirmos o que está estabelecido lá, fica muito difícil. E nós já vimos situações em que foram pedindo questão de ordem na Casa e foi votado. Então, eu acho que seria extremamente injusto se nós não votássemos.

O que eu queria pedir é que nós votássemos o item primeiro e depois a gente fosse para a LDO.

Obrigado.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro sobre o que o Deputado Cláudio Abrantes falou da questão da FAP, sobre a prejudicialidade das emendas. Se for consenso que não se coloque o projeto da FAP em pauta, nós temos outro crédito que já foi votado aqui, inclusive em primeiro turno, que é o crédito de 8 milhões da Procuradoria. Então, nada nos impede de gente transferir as emendas amanhã em Segundo Turno do projeto da FAP para o crédito que já tem consenso aqui e que já foi acordado em Colégio de Líderes.

Sobre o que o Deputado Julio Cesar falou, foram feitas algumas questões de ordem aqui para retirar o projeto da CEB de pauta. A própria Presidente Deputada Celina Leão votou favoravelmente, além do Deputado Bispo Renato Andrade, o Deputado Líder do seu partido, Deputado Robério Negreiros, o Deputado Cristiano Araújo e o seu Líder Deputado Raimundo Ribeiro, inclusive com a concordância do Deputado Wasny de Roure, que não se sentia confortável em votar, porque, no Colégio de Líderes, fez uma série de pedidos de informações à CEB – não só na CEOF, mas também no Colégio de Líderes –, e essas respostas até o momento não chegaram.

Então, foi por este motivo que esse projeto foi retirado de pauta, Deputado Julio, por falta de resposta do próprio Poder Executivo. Só para deixar claro. Muito obrigado, Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado.

DEPUTADO RICARDO VALE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RICARDO VALE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, rapidamente, mas eu também não poderia deixar de pedir a V.Exa. que fizéssemos um esforço para votar esse processo da CEB. Já recebi ligações aqui de trabalhadores, do pessoal do sindicato, porque a CEB está em uma situação muito difícil, felizmente a direção vem recuperando a CEB.

O Deputado Wasny levantou uma questão, estava com algumas dúvidas, e aqui vieram o presidente, os assessores. Sentaram, explicaram, conversaram. Percebo aqui, Sr. Presidente, que a maioria dos Deputados quer votar porque sabe da importância dessa matéria. Então, se a maioria dos Deputados que estão aqui no plenário acham importante votar esse projeto, mesmo havendo essa dúvida do Colégio de Líderes, poderíamos votá-lo. A CEB é uma empresa pública. A CEB é um patrimônio da nossa cidade. A CEB não é uma empresa de governo, independentemente dele essa empresa vai existir.

Portanto, peço que tenhamos bom senso. Se é da vontade da maioria dos Deputados que estão aqui neste plenário, votemos esse projeto hoje. Muito obrigado, Sr. Presidente.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vou me alongar.

Apenas quero dizer que, como sempre, sou um Parlamentar que entende a decisão da maioria. Quanto ao projeto da FAP especificamente, se não puder ser votado, tudo bem. Quero apenas esclarecer que não temos essa figura da transferência de emendas como disse o Deputado Rafael Prudente. Nós vamos ter que cancelar todas as 97 emendas e refazê-las no outro crédito. Então, temos que ver inclusive a logística disso do ponto de vista da Mesa.

Só queria fazer este esclarecimento: teremos que efetivamente cancelar e refazer todas as emendas.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estou me sentindo extremamente desconfortável com os colegas, e quero ser muito sincero com cada um deles. Quem fez o pedido de informações à CEB e ao Governo do Distrito Federal na Secretaria de Estado de Planejamento e Orçamento fui eu. É um projeto da maior importância para a empresa. Eu, quando era Presidente da Casa no governo anterior, ajudei o quanto pude e neste governo tenho procurado ajudar. Estive recentemente com a diretoria da CEB discutindo a recuperação da instituição. Quero tornar pública, porque tenho feito isso em outros locais, a gestão do Dr. Ari, que vem saneando aquela empresa.

Agora, é dever desta Casa, Deputado Chico Vigilante, em primeiro lugar saber qual é a dívida que a empresa tem em matéria de ICMS e em matéria da Contribuição de Iluminação Pública. Recebi a informação sobre a proposta que a CEB fez, a proposta que a CEB fez, para a Secretaria de Estado de Fazenda. Ouvi ali do Secretário Fleury que as negociações haviam fechado. Estou supondo, supondo, que a proposta da CEB é aquela que me foi apresentada, estou acreditando nisso! Este é o primeiro problema que temos: falta de formalização das informações para que conste no processo de maneira integral, que é o parecer do Governo do Distrito Federal sobre o reconhecimento da dívida da receita tributária que é devido a esse. Esse é o primeiro ponto.

Qual é o segundo ponto, Sr. Presidente? Às vezes parece que as coisas aqui não são faladas, que há Deputado negociando coisas etéreas, etc. A segunda questão é que nós temos um problema de dívida do Governo do Distrito Federal, da Secretaria de Estado de Saúde, da Secretaria de Estado da Educação, etc., com a CEB, com a CEB! E isso quem tem que dizer é a CEB, é verdade, ela diz que são 180 milhões.

Está aqui o Dr. Renato Brown, eu o vi aqui. Eu liguei para ele, adiantei a minha preocupação – qual era o reconhecimento de dívida que o Governo do Distrito Federal tinha com relação à CEB? Tanto é verdade que, ao adentrar neste plenário, eu indaguei o Dr. Renato. Ele me falou um número que também não está por escrito – mas é uma pessoa idônea, uma pessoa por quem todos nós temos o maior respeito. Ele me forneceu um número que é bastante díspar daquilo que foi informado da empresa.

Ora, eu estou entendendo que esta Casa quer votar de maneira séria. Eu quero saber se a Casa quer votar de maneira de séria. Não fui eu que pedi, Deputado Julio Cesar, a retirada do projeto. Não fui eu. Foi o Deputado Raimundo Ribeiro. Eu estava na minha comissão, debati com a maior atenção e

responsabilidade. Eu tenho procurado dar o melhor de mim. E não estou nem passando muito bem, Sr. Presidente, não estou mesmo.

Agora, se os colegas entendem... Eu quero votar, tenho a maior disposição. Para mim, a CEB é uma empresa inegociável, mas eu também quero a responsabilidade no trato das contas públicas.

Esses são os meus cuidados. Talvez eu seja exagerado ou, quem sabe, meio doido.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Obrigado, Deputado Wasny de Roure.

Em respeito ao Deputado Wasny de Roure, por tudo o que S.Exa. representa para nós, eu dei um tempo maior para ele. Mas aos demais, eu vou limitar, realmente, ao tempo que eu pedi, senão daqui a pouco a gente não consegue avançar. Vamos sair daqui hoje e acabamos não votando mais nada. Se deixarmos para amanhã, é pior. Aí é que não votaremos mesmo.

Então, se vocês ouvirem o meu conselho, eu acho que nós vamos ganhar com isso. Se nós pudermos ouvi-los... A questão do uso da palavra, eu não vou mudar, gente. Se vocês aquiescerem a ela, votaremos a LDO. Eu disse que suspenderia a sessão. Eu dei minha palavra para vocês e vou cumprir minha palavra, e logo em seguida nós voltaremos. Os Líderes decidem, e o que os Líderes decidirem... Eu estou aqui para cumprir a vontade da maioria, a vontade do Plenário.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, por obséquio, eu só gostaria de externar minha opinião, o meu desejo.

Eu estou confortável para votar a questão da CEB e gostaria que fosse colocada em votação.

Os colegas, a grande maioria já externou, já se posicionou que está à vontade para fazer a votação. Eu acho que já dá segurança à Presidência para colocar em votação a questão da CEB. E cada Deputado, dentro do seu entendimento, vota a favor ou contra. Eu acho que a gente tem que fazer esse enfrentamento. Perfeito?

Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Entendo. Mas todo mundo está falando a mesma coisa.

Eu já disse que vou ouvi-los. Vamos votar a LDO, vamos ganhar tempo.

Não, gente. Vocês é que estão atrasando a votação. Não sou eu, não. Se vocês deixassem ter votado, a gente já tinha resolvido essa questão. A gente já estaria votando o que vocês estão querendo. Agora, se vocês não me ajudarem, como é que nós vamos fazer? Vai ficar difícil fazer com que isso ande. Quem está atrasando a votação são os senhores mesmos!

Ora, se vocês não estão acreditando no que eu estou falando, o que adianta a gente estar aqui? É melhor encerrarmos a sessão e esperarmos a Deputada Celina Leão voltar amanhã. Eu quero fazer um acordo para a gente continuar. Agora, se vocês não ajudarem, não tem como continuar.

Então, vou deixar bem claro: não adianta pressão para cima de mim. Eu não aceito pressão! Eu estou acostumado com pressão e vivo muito bem. Vocês podem observar que estou muito calmo e vou continuar calmo, não adianta me pressionar. Se me pressionar é pior: eu estouro, eu espano, e aí a gente encerra esta sessão.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, quero fazer mais um apelo aos Deputados para que a gente cesse agora as falas, faça a votação em primeiro turno da LDO e, em seguida, consulte os Líderes para que a gente entre com os projetos extrapauta – a CEB e todos os outros projetos que ainda estão pendentes. Eu queria pedir a sensibilidade para a gente encerrar as falas e consultar os Líderes de bloco para ver o que a gente vai poder incluir.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro, conhecendo como eu conheço V.Exa., e sabendo do compromisso que tem com esta cidade, sei que V.Exa. jamais encerraria esta sessão sem resolver esse problema, tenho certeza absoluta disso. Portanto, a minha fala não vai no tom de pressioná-lo. Mas é que são ditas algumas coisas aqui que a gente precisa comentar.

Eu, Deputado Julio Cesar, teria todos os motivos hoje para estar tentando ganhar Deputados para não votar nada do governo, porque se tem alguém que está puto com esse governo, sou eu. Pelo número de trabalhadores que ele está demitindo, vigilantes, terceirizados, cortando na carne, demitindo seiscentos vigilantes. Mas estou aqui porque governo passa, a CEB fica. O governo vai passar, a CEB vai ficar.

Deputado Chico Leite, eu quero fortalecê-la como empresa pública e, por isso, com a ajuda dos senhores e das senhoras, eu agradeço, nós aprovamos uma emenda à Lei Orgânica em que as empresas públicas, CEB, Caesb, BRB e as demais não poderão ser vendidas sem passar por um plebiscito, porque eu acredito efetivamente na empresa pública. Que bom que nós estamos fazendo o questionamento de quanto que o GDF deve para a CEB. Porque, Deputado Wellington Luiz, no Maranhão é diferente. Lá privatizaram a Cemar. E agora nós estamos com cem prefeituras sem energia, hospitais públicos no Maranhão sem energia, prefeituras tiveram que mudar de sede e alugar uma salinha porque deviam dois, três milhões de energia.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Deputado Chico Vigilante, trinta segundos para terminar seu discurso.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Porque lá é privada. Portanto, quero o fortalecimento da empresa pública Companhia de Eletricidade de Brasília (*sic*), que é da população, não é da direção e nem do Governo Rollemberg, é do povo do Distrito Federal. Por isso quero votar esse projeto hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Item Extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.107, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências".

Tramitação concluída. Foram apresentadas 23 emendas de Plenário. A CEOF deverá se manifestar sobre as emendas.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças sobre a matéria.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.107, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências". Foram apresentadas emendas ao projeto.

Sr. Presidente, darei parecer sobre cada emenda.

Emenda nº 133, de autoria do Deputado Robério Negreiros, acatada pelo relator; Emenda nº 134, de autoria do relator, adaptação do texto da lei, acatada pelo relator; Emenda nº 135, supressiva, de autoria do relator, fazendo adaptação ao texto, acatada; Emenda nº 136, aditiva, de autoria do Deputado Bispo Renato Andrade, acatada pelo relator; Emenda nº 137, modificativa, de autoria do Deputado Lira, rejeitada pelo relator por não se tratar de matéria inerente à LDO; Emenda nº 138, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, acatada pelo relator; Emenda nº 139, de autoria da Deputada Celina Leão, acatada pelo relator; Emenda nº 140,

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	127

aditiva, de autoria da Deputada Celina Leão, acatada pelo relator; Emenda nº 141, retirada, de autoria da Deputada Sandra Faraj; Emenda nº 142, de autoria do Deputado Rafael Prudente, acatada pelo relator; Emenda nº 143, de autoria do Deputado Rafael Prudente, rejeitada pelo relator; Emenda nº 144, modificativa, de autoria do Deputado Rafael Prudente, rejeitada pelo relator; Emenda nº 145, aditiva, por se tratar de lei específica, também foi rejeitada pelo relator; Emenda nº 146, de autoria do Deputado Rafael Prudente, rejeitada pelo relator; Emenda de Plenário nº 147, de autoria do Deputado Rafael Prudente, também por se tratar de tema específico que não é inerente à LDO, foi rejeitada pelo relator; Emenda nº 148, modificativa, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Legislativa do Distrito Federal, acatada pelo relator.

A Emenda nº 149, aditiva, de autoria da Deputada Telma Rufino, que trata sobre endividamento de servidores do Banco Regional de Brasília. Por se tratar de matéria alheia à LDO, sou pela rejeição da referida emenda.

A Emenda nº 150, da Deputada Telma Rufino, é sobre pagamento a empresas privadas. Por se tratar de matéria tributária inerente a projeto de lei específico, também não tenho como acatar a Emenda de Plenário Aditiva nº 150, da Deputada Telma Rufino.

A Emenda de Plenário nº 151, aditiva, de autoria do Deputado Rafael Prudente, faz alteração na quantidade de conselheiros tutelares e foi acatada pelo relator. A Emenda de Plenário nº 152, aditiva, de autoria do Deputado Rafael Prudente, sobre especialista em saúde, nutricionista, foi acatada pelo relator. A Emenda Aditiva nº 153, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, sobre fisioterapeutas, foi acatada pelo relator. A Emenda Aditiva nº 154, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, sobre terapeutas, foi acatada pelo relator. A Emenda nº 155, de autoria do Deputado Prof. Reginaldo Veras, sobre especialista em saúde – nutricionista, foi acatada pelo relator.

Eu quero informar aos nobres Deputados que apresentaram emendas sobre aumento de quantidade de cargos que o relator acatou isso e vai incluir no texto da LDO, mas é condicionado à Lei de Responsabilidade Fiscal. Se há disponibilidade orçamentária, então o acolhimento dessas emendas, mesmo feitas aqui e encaminhadas pelo Executivo, caberá ao Poder Executivo vetá-las ou aguardar uma oportunidade, quando tiver condições de executar as contratações.

A Deputada Celina Leão, há alguns minutos, encaminhou um processo do Ministério Público fazendo recomendações na LDO. Uma série de procedimentos ficou inviável, pela exiguidade do tempo, para fazer uma adaptação ao texto. Portanto, eu quero encaminhar à secretaria da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, para que junto com os técnicos faça a análise. Ao mesmo tempo, solicito à Assessoria de Plenário que anexe ao projeto a ser encaminhado ao Executivo as recomendações feitas pelo Procurador-Geral do Distrito Federal, Dr. Leonardo Bessa.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Concedo a palavra ao Deputado Chico Leite.

DEPUTADO CHICO LEITE (REDE. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, faço uma consulta ao relator. S.Exa. já fez essa seleção preliminar. Com a permissão de V.Exa., Sr. Presidente, posso me dirigir direto ao relator?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Sim.

DEPUTADO CHICO LEITE – Deputado Agaciel Maia, quero sanar uma dúvida com relação às emendas acolhidas. Aquelas emendas que falam sobre ampliação de cargos especificam que são cargos efetivos para concursados?

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sim. Pela classificação do elemento de despesa, são cargos de carreira.

DEPUTADO CHICO LEITE – Cargos efetivos de concurso público?

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Exatamente.

DEPUTADO CHICO LEITE – Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero pedir destaque da Emenda nº 144 e vou justificar o porquê. Nós apresentamos um projeto. Isso aconteceu recentemente com o Deputado Julio Cesar e com o Deputado Prof. Israel. Cada um apresentou um projeto, como por exemplo, de aumento de custos para o governo. Esse projeto é encaminhado a um grupo de economistas da Câmara Legislativa, que faz o parecer e vê se isso está adequado à LDO ou não, se há orçamento ou não. E nós aprovamos ou não.

Essa emenda que foi rejeitada aqui...

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Essa eu acolhi.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Não acolheu, Deputado Agaciel Maia. Essa é a Emenda nº 144. V.Exa. acolheu outra. Isso prejudica muito a nossa atividade aqui dentro da Câmara porque, de acordo com a LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias –, esses projetos tiram o nosso poder de fazer análise orçamentária, e nós teremos que remeter os nossos projetos ao Poder Executivo para saber se nós podemos aprová-los ou não. Essa é uma luta de V.Exa., inclusive, que aprovou projeto de lei aqui junto com o Deputado Wasny de Roure.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	129

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Só um instante.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Ele está analisando o pedido do Deputado Rafael Prudente. Vamos aguardar um pouquinho para que o Deputado Agaciel Maia possa dar a sua resposta à questão.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Houve um problema de numeração aqui. Pode ser o cansaço. Eu quero fazer a correção. A Emenda nº 142, que trata da Lei nº 866, que não é tema de legislação federal, é a que eu estou rejeitando; e a Emenda nº 144 eu estou acatando. Portanto, eu queria fazer essa correção.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Então, Deputado Rafael Prudente, V.Exa. desiste do destaque, não é? (Pausa.)

Não precisa mais destacar.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria que o Deputado Agaciel Maia permanecesse ali pelo seguinte: acho que todo mundo sabe aqui do respeito profundo que eu tenho pelo Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e pelo Ministério Público no Brasil. Contudo, eu quero saber onde nós vamos parar, porque, até onde eu sei, o Ministério Público é o fiscal da lei; portanto, ele tem que verificar o que se cumpriu ou não depois da lei aprovada.

Eu acho isso uma interferência indevida aqui no Poder Legislativo. Se a gente continuar aceitando isso pacificamente, daqui a uns dias, não terá por que a gente existir. Nós temos a prerrogativa do voto popular e soberano. Nós fomos eleitos pela população para representá-la e para legislar em benefício dela. Portanto, nós é que sabemos como é que se fazem as leis. Como é que quer interferir até na hora da discussão do Orçamento?!

Eu nunca discuti o orçamento que vem para o Ministério Público do Distrito Federal, até mesmo porque ele é federal. É Ministério Público do Distrito Federal e Territórios. Território nem existe mais, mas é. Talvez um dia, volte a existir território. Há muita gente que não fala as coisas do jeito que elas são, mas eu tenho coragem de falar.

Tenho um respeito profundo pelo Ministério Público. Contudo, não aceito interferência indevida aqui no Poder Legislativo. Quem tem que elaborar o Orçamento somos nós. Quer corrigir? Verifique o que erramos e entre com inconstitucionalidade depois. Não dá para nós ficarmos aqui parecendo que somos um bando de meninos buchudos que não sabem fazer as coisas!

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, quero apenas dar conhecimento aos Deputados das recomendações feitas pelo Ministério Público. Algumas têm em vista o processo orçamentário, mas muitas são sobre questão de nomenclatura, Deputado Chico. Onde há "portadores de necessidades especiais", a nomenclatura atualizada é "deficientes". Há essas recomendações.

Não há uma recomendação que diga respeito ao exercício da distribuição orçamentária. Aí, sim, seria competência do Executivo mandar uma proposta dos Deputados de remanejá-las, respeitando os limites de despesa e de receita; mas algumas recomendações foram feitas sob pontos de vista de supressão e de recomendações sobre terminologia e alguns itens sob o ponto de vista jurídico.

É muito difícil, tendo em vista que recebemos essa recomendação há alguns minutos, fazer supressão de um texto de uma lei e de um parecer com mais de cinquenta páginas. Portanto, o que eu estou comunicando aos colegas é que, primeiro, vou mandar isso para a área técnica a fim de esta examinar as recomendações para saber se são compatíveis e são adequadas, ao mesmo tempo, vou encaminhar.

Já dei ciência ao Renato Brown, que é o Secretário Adjunto de Planejamento e Orçamento, no sentido de que se houver, realmente, nomenclatura ou classificação de elementos de despesas que não estejam adequados, ou seja, encaminhados de maneira errônea, que o Poder Executivo possa fazer as adaptações e mandar as alterações, como é comum ele mandar alterações na Lei Orçamentária Anual, que também não é uma lei móvel, é uma lei que é passível de adaptações, e ela pode sofrer modificações durante o período até dezembro.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Continua em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Lira.

DEPUTADO LIRA (PHS. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço destaque para a Emenda Modificativa nº 137, de 2016, ao Projeto de Lei nº nº 1.107, de 2016, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências".

Nós queremos retirar da Defensoria Pública a limitação referente ao auxílio-alimentação, ao auxílio-transporte e auxílio pré-escolar. Nós mesmos já demos autonomia na Emenda 74, de 2013, e agora estamos querendo também limitar. Então, é só retirar desse projeto esse item.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Deputado Lira, V.Exa. está destacando a Emenda 137?

DEPUTADO LIRA – Sim, a Emenda 137, porque está limitando. De um lado a gente dá autonomia, e do outro tira a autonomia em relação aos benefícios.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Continua em discussão. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se, ressalvados os destaques. (Pausa.)

O parecer sobre a emenda está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.107, de 2016, ressalvado o destaque. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 20 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

A Presidência informa que foram apresentados destaques às Emendas nº 94, nº 97 e nº 137.

Discussão e votação da Emenda Aditiva nº 94, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, ao Projeto de Lei nº 1.107, de 2016, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências".

Discussão e votação da Emenda Aditiva nº 97, de 2016, de autoria do Deputado Delmasso, ao Projeto de Lei nº 1.107, de 2016, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências".

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu só quero pedir a retirada do destaque da Emenda nº 94, mantendo-a do jeito que está, e fazer a defesa da Emenda nº 97.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Vamos votar em separado as emendas destacadas, para que cada Deputado faça a defesa da sua emenda.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, era exatamente isso que eu tinha pedido anteriormente. Eu tinha solicitado ao Deputado Delmasso a retirada dessa Emenda nº 94, porque, permanecendo, ela estaria podando o direito dos Deputados de apresentar emendas de remanejamento no Orçamento. Nós só poderíamos mexer na reserva de contingência. Portanto, ficaríamos engessados aqui na Câmara Legislativa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Deputado Delmasso, V.Exa. tem dois minutos para defender a sua emenda.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é rápido. Eu gostaria que a Emenda Aditiva nº 97 fosse admitida pelo Plenário por uma única e exclusiva razão: esta emenda inclui dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias a criação do Sistema de Informações de Custos do Distrito Federal. O que é isso? É um sistema de informações de preços com o qual o Governo do Distrito Federal faz suas compras. Na realidade, é uma sistematização dos preços com a qual o Distrito Federal faz suas compras. Então, isso só coloca uma transparência maior em todos os preços licitados, em todas as compras que o Distrito Federal faz. Esse sistema vai balizar as novas contratações, tendo em vista, Deputado Wasny de Roure, que o gestor, toda vez, para fazer um projeto básico, tem que buscar no mercado três cotações no mínimo, que é o que prevê a Lei federal nº 8.666. Se existisse um sistema de custos e um sistema de preços sistematizados que o Governo do Distrito Federal pudesse utilizar como parâmetro para abrir os processos licitatórios... Por quê? Porque, se a Administração Pública já contratou com um preço, o próximo processo pode ser o máximo daquele preço ou mais barato.

Na realidade, Deputado Prof. Israel, esse sistema visa dar agilidade às contratações públicas, principalmente à elaboração da fase interna dos processos de licitação, que é a elaboração do projeto básico ou dos projetos executivos.

Colocando isso dentro da Lei de Diretrizes Orçamentárias, vai-se fazer com que o Poder Executivo disponibilize um módulo dentro do Sistema Integrado de Gestão Governamental – SIGGO para que os gestores agilizem e deem mais transparência em todas as fases do processo de contratação, principalmente na elaboração do projeto básico, que hoje é uma das grandes dificuldades enfrentadas pelos gestores da administração direta, indireta, autárquica e fundacional do Distrito Federal.

Era isso o que eu tinha a dizer.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão a Emenda nº 97. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A emenda está aprovada com a presença de 20 Deputados.

Discussão e votação da Emenda Modificativa nº 137, de autoria do Deputado Lira, ao Projeto de Lei nº 1.107, de 2016, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências".

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, não vou ficar debatendo as emendas destacadas. Só quero fazer um comunicado. Demos um prazo para apresentação de emendas; solicitamos aos Parlamentares e tivemos reunião com todos os assessores dos Parlamentares; tivemos reuniões com a assessoria técnica e com o quadro de servidores dos Deputados; chamamos a Secretaria de Planejamento para fazer a discussão de todas as emendas apresentadas; fizemos um parecer sobre todas as emendas, fundamentando, do ponto de vista jurídico e orçamentário, por que estávamos acatando e por que estávamos rejeitando.

Agora, depois de tudo isso, depois de um prazo para emendas, várias reuniões, cursos sobre essa matéria ministrados pela Escola do Legislativo, depois de tudo isso, aparece essa avalanche de emendas suprimindo, acrescentando o que não é o óbvio, que é essa quantidade de aumento de cargos, que depende de lei, e algumas coisas que não são matérias inerentes à LDO. A LDO é um regulamento da Lei Orçamentária Anual que faremos no final do ano, é um balizamento. Então, muitas das emendas, às vezes, tratam de matérias inerentes à Lei Federal; às vezes, tratam de matérias que não são inerentes à LDO, são matérias de PL ou de PLC ou matéria de cunho financeiro estabelecendo determinadas vantagens que não podem ser feitas na LDO.

Então, eu quero só alertar que passamos por um processo exaustivo de recebimento de emendas, de debate e de discussão com os gabinetes. Em seguida, chamamos o Planejamento para explicar. Então, fizemos um trabalho grande, um parecer de muitas páginas.

Eu não vou entrar em discussão. Vou deixar a responsabilidade de acatar ou não o destaque de emendas que rejeitei no meu parecer para o Plenário.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Deputado Lira, V.Exa. vai defender sua emenda?

DEPUTADO LIRA (PHS. Para encaminhar a votação. Sem revisão do orador.) – Na verdade, eu já defendi, Sr. Presidente, uma vez que não traz nenhum ônus ao Estado. Só peço que votem a favor. Obrigado.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em votação, em separado, de autoria do Deputado Lira, a Emenda nº 137, de 2016, ao Projeto de Lei nº 1.107, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências".

Os Deputados que aprovam a emenda permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

A emenda destacada está aprovada com a presença de 20 Deputados.

Sobre a mesa, Expediente que será lido pela Sra. Secretária.

(Leitura do Expediente.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O Expediente lido vai à publicação.

Temos aqui, então, algumas solicitações a respeito dos projetos da CEB, do PAS, da Procuradoria e da Defensoria Pública.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, temos o PL nº 1.177, de 2016, pedido por vários Deputados, sobre a creche; e o PL nº 1.180, de 2016, da Codhab. Infelizmente, deram entrada ao projeto hoje.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – E o Projeto de Lei nº 1.179, de 2016, do PAS. Parece-me que o único projeto para o qual há consenso aqui, de imediato, é o do PAS, correto? Há 100 por cento de consenso.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CLÁUDIO ABRANTES (REDE. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, precisamos também resolver a solicitação, especificamente, sobre o Projeto de Lei nº 1.133, de 2016, da FAP. Eu já justifiquei as razões pelas quais eu

acho que devemos votá-lo, mas é necessário fazer o cancelamento das emendas, porque há emendas de inúmeros Deputados lá. Então, se não houver esse consenso, que, em minha opinião, é equivocado, teremos que cancelar as emendas e refazê-las em outro crédito. Do contrário, inúmeras ações planejadas por emendas de Deputados não serão efetivadas.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Entendo a posição de V.Exa. e até concordo com ela também. Quero deixar bem claro que fui um dos que procurou V.Exa. ainda há pouco, para tratar desse assunto.

O que estou querendo construir aqui é a votação daquilo em que há 100% de acordo, para podermos eliminar. Isso evitaria o debate aqui com os Líderes.

Para o do PAS, parece-me que houve um consenso geral, e poderíamos já excluí-lo de vez. Depois, há mais três para os quais poderíamos construir um acordo. Acredito que para tudo é possível uma construção.

DEPUTADO WASNY DE ROURE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WASNY DE ROURE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, já comuniquei ao Deputado Chico Vigilante que, se V.Exa. encaminhar a reunião de Líderes, ele me substituirá. Infelizmente, vou ter que me retirar, pois não estou passando bem. Quero desejar sucesso a todos os colegas.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Muito obrigado, Deputado. Melhoras para o senhor.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, acho que V.Exa. está caminhando bem. Há um projeto que tem 100% e outro que tem 99%, que é o da CEB. Vamos votar esses dois projetos e votar, em segundo turno, o que foi aprovado. Depois vamos embora.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Deputado, concordo com V.Exa. Vamos ver se está 100% redondo, e a gente constrói o outro 1% daqui a pouco.

Vamos votar o Projeto do PAS, porque é muito importante também, tanto quanto os demais. E vamos excluindo aqueles em que há acordo.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 06 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	136

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um apelo a V.Exa. Na verdade, eu gostaria de discutir se vamos ou não... Poderíamos levar isso à votação. Acho que os Líderes estão aqui, e nós podíamos fazer o encaminhamento para saber se podemos votar os outros projetos.

Na verdade, estou aguardando a votação do projeto da CEB, do FAP, da creche, da Codhab e o da fonte 900, que foi pedido também.

Temos de aproveitar que os Líderes estão aqui e encaminhar para o voto. A maioria acaba vencendo. Acho que estamos em um processo democrático, e vamos em frente!

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – V.Exa. tem razão. Votamos, então, o Projeto do PAS e vamos nos reunir para chegarmos a uma conclusão.

Gente, olhe quem está aqui, bem pertinho de mim: a Dra. Paola. Está querendo alguma coisa da Procuradoria. A Defensoria Pública também está ali ainda. É por isso que eu preciso ouvir vocês. Não posso tomar uma decisão sozinho.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, fui informado pelos Líderes de que não há acordo.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Item extrapauta:

Discussão e votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.179, de 2016, de autoria do Poder Executivo que "dispõe sobre o pagamento de taxa de inscrição dos estudantes de Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal no Programa de Avaliação Seriada – PAS, Etapas 1 e 2, da Universidade de Brasília, e dá outras providências".

Solicito ao Relator, Deputado Prof. Reginaldo Veras, que emita parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura sobre a matéria.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura ao Projeto de Lei nº 1.179, de 2016, de autoria do Poder Executivo que "dispõe sobre o pagamento da taxa de inscrição dos estudantes de Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal e no Programa de Avaliação Seriada – PAS, Etapas 1 e 2, da Universidade de Brasília, e dá outras providências".

Sr. Presidente, o projeto é absolutamente meritório e de grande aceitação por todos os Parlamentares. Somente para ser rápido e fazer um breve histórico. Há

cerca de dez anos, os alunos começaram a ter uma isenção que, na verdade, não era bem uma isenção, porque o Governo Distrital não pode dar isenção no âmbito de um órgão federal, como é a Universidade de Brasília. O que interessa é que o governo tem de bancar as inscrições do Programa de Avaliação Seriado.

No projeto em tela, serão isentos os estudantes cujas famílias têm renda *per capita* inferior a um salário mínimo e meio, o que contemplará cerca de trinta mil estudantes. Não é o que gostaríamos, porque queríamos abranger os alunos com renda *per capita* até dois salários ou dois salários e meio. Mas já é um grande avanço dentro daquilo que cabe no limite do orçamento do ano, no Distrito Federal.

Aproveito a ocasião para parabenizar todos os Deputados que lutaram por essa questão: Deputada Luzia de Paula, Deputado Prof. Israel, Deputado Bispo Renato Andrade, que fez várias audiências públicas, Deputado Wasny de Roure, que sempre foi um grande defensor dessa questão, e também Deputado Chico Leite.

Portanto, o projeto é mais do que meritório, está tudo tranquilo, e, no âmbito da Comissão de Educação, Saúde e Cultura, votamos pela aprovação.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão.

Concedo a palavra ao Deputado Rafael Prudente.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, só para registrar, esse é um projeto do Executivo. Então, a gente não cumpre acordos nesta Casa. Esse é um projeto do Executivo. Além de ser um projeto do Executivo que não tinha sido acordado no Colégio de Líderes, esse é um projeto que não passou por nenhuma comissão. Inclusive o Deputado Prof. Reginaldo Veras acabou de dar o parecer.

Então, eu acho que agora o Deputado Julio Cesar tem toda razão de fazer os pedidos, porque liberou geral.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria que fosse incluído como item extrapauta o PLC nº 70, de 2016, referente à Procuradoria, levando em consideração também os colegas e a Procuradora-Geral que estão presentes na Casa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Continua em discussão o parecer.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, é o seguinte: nós fizemos um entendimento. Os Líderes que participaram da reunião, eu não participei, tiraram o calendário de votação. Veio esse calendário de votação para cá, e eu estou verificando agora que está se repetindo a mesma prática que sempre aconteceu nesta Casa e nunca deu certo, que é, chegando a virada da noite, Deputado Rafael Prudente, começar a incluir tudo que é bicho. Uns são marrom; outros... Eu não vou ficar aqui para votar esse tipo de coisa. Eu cumpro a pauta que foi deliberada. Fora da pauta, não tem acordo. Fora da pauta, da minha parte, não tem acordo.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Deputado Chico Vigilante, esse projeto em tela foi um pedido muito incisivo e enfático de sua liderança. Eu estou falando desse em questão; os outros, vamos discutir, porque nós estamos em processo de votação do projeto. Esse é um pedido do Deputado Wasny de Roure. Só nesse em questão, peço a sua reconsideração.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Eu até entendo vocês. Eu não tenho dificuldade nenhuma. Eu acho que a maioria é soberana. O que eu estou dizendo é o seguinte: esse projeto interessa a milhares de estudantes. Se não for aprovado agora, eles não conseguirão fazer as inscrições e serão prejudicados.

Eu não tenho dificuldade nenhuma de encerrar a sessão, agora eu acho que não podemos deixar de passar uma oportunidade como esta de aprovar e depois discutimos os demais.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu acho interessante o seguinte: quando o Líder do Deputado Chico Vigilante pede aqui um extrapauta, não é bicho nenhum. Eu tenho todo o direito de pedir um extrapauta, do Poder Executivo ou meu, seja de quem for, como qualquer Deputado aqui pode pedir. Então, eu reafirmo o meu pedido de inclusão na pauta do PLC nº 70, da Procuradoria.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	139

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, são 22h35min. Eu quero saber de V.Exa. o seguinte: quais são os itens que estão na pauta? Qual é a pauta que nós vamos votar? Eu não vou ficar aqui votando pingado. Entra um, entra outro, entra outro, não dá. Eu quero saber qual é a pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Mas, logo no início, eu disse que parece que esse do PAS estava cem por cento consensual.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sim, ok.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Os outros, o que eu disse? Se não tem um consenso geral, nós vamos nos reunir. Aquele que houver consenso, Deputado... Pauta, está bom; extrapauta, nenhum, são critérios que nós vamos adotar na nossa conversa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Por enquanto, a pauta é só esse do PAS?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Esse do PAS.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Ok.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Deputado Rafael Prudente, V.Exa. tem inteira razão. Gente, eu fico muito à vontade, porque ninguém tem sido mais duro e mais crítico do que eu nessa relação. Isso aqui não é questão do governo, não é uma questão da Câmara, isso aqui é uma questão do estudante, da comunidade escolar do Distrito Federal como um todo.

Portanto, continua em discussão o parecer da Comissão de Educação, Saúde e Cultura. (Pausa.)

Não mais havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 20 Deputados.

Solicito ao Relator, Deputado Agaciel Maia, que emita parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Na ausência do Deputado Agaciel Maia, esta Presidência designa o Deputado Julio Cesar para proferir parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

Concedo a palavra ao Relator, Deputado Julio Cesar, para emitir parecer pela Comissão de Economia, Orçamento e Finanças.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Para emitir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças ao Projeto de Lei nº 1.179, de 2016, de autoria do Poder Executivo, que "dispõe sobre o pagamento da taxa de inscrição dos estudantes de

Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal no Programa de Avaliação Seriada — PAS, Etapas 1 e 2, da Universidade de Brasília, e dá outras providências".

No âmbito da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, somos pela admissibilidade do projeto.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Concedo a palavra à Relatora, Deputada Sandra Faraj, para emitir parecer pela Comissão de Constituição e Justiça.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Para emitir parecer. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, parecer da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Lei nº 1.179, de 2016, de autoria do Poder Executivo que "dispõe sobre o pagamento da taxa de inscrição dos estudantes de Ensino Médio da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal no Programa de Avaliação Seriada – PAS, Etapas 1 e 2, da Universidade de Brasília, e dá outras providências".

Sr. Presidente, o projeto atende os princípios de constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade, não havendo óbice para a sua aprovação.

Assim, no âmbito desta Comissão, somos pela admissibilidade do projeto.

É o parecer, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Em discussão o parecer da CCJ. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Está sendo dito aqui que o parecer da CESC não foi colocado em votação, mas ele foi votado sim. Para retificar, procederemos à votação do parecer da CESC.

Em discussão o parecer da CESC. (Pausa.)

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
1ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	141

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o parecer permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O parecer está aprovado com a presença de 19 Deputados.

Em discussão, em primeiro turno, o Projeto de Lei nº 1.179, de 2016. (Pausa.)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Em votação.

Os Deputados que aprovam o projeto permaneçam como estão; os que forem contrários queiram manifestar-se. (Pausa.)

O projeto está aprovado com a presença de 19 Deputados.

A matéria segue a tramitação regimental.

Suspenderemos a sessão por cinco minutos para que possamos chegar a um consenso a respeito do que será votado ou não.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu quero fazer uma sugestão, se V.Exa. permitir: vamos discutir aqui e fazer a votação perante os líderes. Da minha parte, não há necessidade de a gente suspender a sessão, até porque estamos cansados. A gente vai entender muito bem se não houver consenso, e nós vamos embora, mas eu acho que os líderes são soberanos, e a gente pode tomar essa decisão.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como há um reflexo muito grande em cima da Comissão de Economia, Orçamento e Finanças, principalmente no que diz respeito às emendas dos Deputados, inclusive reclamações sobre a demora da execução, demora de preparar a redação final, que sempre é difícil, eu queria que a primeira consulta fosse sobre o FAP, que é onde estão as emendas dos Deputados, para sabermos se os Deputados concordam. Se não votarmos os projetos, não há como migrar essas emendas para outros projetos, e nós vamos entrar de recesso, e provavelmente esse remanejamento só vai se dar

no mês de outubro, ou aguardar outro projeto, se vier, do Executivo para que façamos a locação.

Portanto, acho que esse teria prioridade em respeito ao trabalho dos Deputados.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Na realidade, eu gostaria de encerrar hoje para que não chegue mais nenhum projeto do Executivo. Se deixar para amanhã, chegará mais projeto do Executivo.

Consulto os Líderes se há consenso para votarmos o Projeto de Lei nº 1.166, que abre crédito especial à Lei Orçamentária Anual do Distrito Federal no valor R$525.077.362,00 (quinhentos e vinte e cinco milhões, setenta e sete mil, trezentos e sessenta e dois reais).

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – O Líder do meu bloco solicitou que retirasse esse projeto de pauta.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Essa solicitação inclusive foi acatada pela Presidente Celina Leão.

Para saber se vamos votar o projeto, passo a colher os votos dos Líderes.

Como vota o Deputado Roosevelt Vilela?

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Sou pela votação do projeto da CEB hoje, agora.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Já que não posso votar porque estou presidindo a sessão, como vota o Deputado Wellington Luiz?

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Não.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Como vota o Deputado Prof. Israel?

DEPUTADO PROF. ISRAEL (PV. Sem revisão do orador.) – Pela votação, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Como vota o Deputado Chico Vigilante?

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Pela aprovação na noite de hoje, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – A Deputada Liliane Roriz não se encontra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	143

Como vota o Deputado Delmasso?

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Pela votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Como vota o Deputado Robério Negreiros?

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Pela retirada.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Como vota o Deputado Julio Cesar? Não conta.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Pela votação. Eu não voto?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Não senhor.

DEPUTADO AGACIEL MAIA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO AGACIEL MAIA (PR. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, esse projeto, na realidade, é uma complementação de um projeto que já votamos. Nós autorizamos a venda e agora temos que abrir o crédito orçamentário que respalde o recebimento dessa venda.

Então, do ponto de vista do ordenamento orçamentário, ele não pode fazer a venda sem haver a abertura do orçamento dado pela Câmara, que já autorizou os procedimentos. Na realidade esse projeto é apenas um complemento do que já aprovamos.

Portanto, quero me manifestar também favoravelmente à votação.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Ok. (Pausa.)

Pessoal, é o seguinte: a gente está tentando achar uma saída, mas nenhuma saída está...

(Manifestação fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Gente, não é o voto. A bem da verdade, é uma responsabilidade que nem minha é. A Deputada Celina Leão teve que se ausentar da Casa. Pelo jeito, não há um consenso para que a gente possa votar esse projeto aqui e, lógico, também os demais em segundo turno. E, gente, não havendo consenso, eu não vou colocar isso em votação. Sinto muito. Não há condições de colocar em votação. Se não há consenso nesse projeto, eu também não vou colocar mais nenhum em votação.

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
3ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	144

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, veja bem. É importante ressaltar que V.Exa., quando iniciou esta sessão, fez um pedido para que nós colocássemos em votação um projeto de lei, referente ao PAS, que não foi decidido no Colégio de Líderes. Nós, inclusive, da base do governo, não fomos contrários a isso. Então, eu faço minhas as palavras do Deputado Rafael Prudente, porque nós não tivemos dificuldade de inserir um projeto extrapauta que V.Exa. na hora solicitou e depois falou que o Deputado Prof. Reginaldo Veras estava pedindo, o Deputado Wasny de Roure... Então, nós temos que ter esse bom senso, porque aí, realmente, fica difícil participar do Colégio de Líderes.

Sr. Presidente, talvez com os próximos temas nem haveria essa discussão, mas esse tema foi autorizado, foi feito no Colégio de Líderes. Nós não estamos pedindo nada fora do que foi acertado no Colégio de Líderes.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA LUZIA DE PAULA (PSB. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu queria fazer um apelo para que pudéssemos colocar em votação o projeto das creches. Votamos o PAS pensando nos jovens, no adolescente. Nós temos que pensar nas crianças. Se o adolescente e o jovem precisam ingressar na escola, as nossas crianças precisam muito mais.

Então, nós temos que aqui, agora, também pensar que, uma vez não entrando em pauta esse projeto, nós estamos sacrificando muito as nossas crianças que estão esperando pela nossa ação já há algum tempo, impedidas de frequentar uma escola, impedidas de estar numa creche.

Esse é o meu apelo, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Sim, Sra. Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROOSEVELT VILELA (PSB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, confesso que eu não estou entendendo. A gente fez um acordo de consultar os Líderes. Os Líderes foram consultados, o resultado não foi apresentado e aí disseram que não houve acordo. Justamente foram consultados os Líderes porque se sabia que não havia acordo de unanimidade. Então, eu queria saber qual é

o resultado. E que prevaleça o resultado: se foi pela votação do projeto da CEB, que nós o votemos; se não foi, aí, sim. Perfeito?

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pela contagem que eu fiz aqui, rapidamente, do Colégio de Líderes composto por nove, sendo que a Deputada Liliane Roriz não está presente, parece-me que o resultado seria de cinco votos favoráveis para a votação do projeto e três contrários. Então, como não existe consenso, vence, na minha avaliação, a maioria. Então, era só, na realidade, para talvez...

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Primeiro o Deputado Prof. Reginaldo Veras, depois o Deputado Rafael Prudente e depois V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, o apelo é que nós votemos o da creche e o dos créditos, o do FAP, e não havendo consenso, Sr. Presidente, convoque aí extraordinária – mais que extraordinária – para amanhã de manhã para desafogarmos essa pauta.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO RAFAEL PRUDENTE (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, uma sugestão: em respeito ao Deputado Wasny de Roure, que não teve seus argumentos, não teve suas perguntas respondidas, em respeito ao consenso, que não é apenas a maioria, e também em respeito à Deputada Celina Leão, que tomou a decisão junto com outros Líderes e que não está aqui agora para se defender, em respeito também ao Deputado Raimundo Ribeiro: que não se coloque esse projeto em pauta. E mais um item: faço um apelo aqui também junto à Deputada Luzia de Paula para que a gente possa votar esse projeto das creches. Se tiver consenso, como teve o consenso do PAS, nós podemos votar. Esse é um projeto muito importante, inclusive quero parabenizar o governo por este projeto. Eu tinha uma dúvida a respeito do valor, mas já foi sanada pelo Poder Executivo.

Então, faço um apelo aqui e me somo à Deputada Luzia de Paula.

DEPUTADA SANDRA FARAJ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

CÂMARA LEGISLATIVA DO DISTRITO FEDERAL
1ª SECRETARIA – DIRETORIA LEGISLATIVA
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA E APOIO AO PLENÁRIO
SETOR DE TAQUIGRAFIA

NOTAS TAQUIGRÁFICAS

Data	Horário Início	Sessão/Reunião	Página
29 / 06 / 2016	16h06min	60ª SESSÃO ORDINÁRIA	146

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADA SANDRA FARAJ (SD. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, eu gostaria de solicitar que a gente votasse pelo menos em segundo turno os projetos do Executivo, porque já foram votados esses sete projetos em primeiro turno. Eu gostaria que hoje ainda nós fizéssemos pelo menos a votação em segundo turno desses projetos do Executivo.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CRISTIANO ARAÚJO (PSD. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, primeiro quero concordar com a Deputada Sandra Faraj, os projetos que foram votados em primeiro turno, a gente pode dar sequência a eles sem o menor problema, mas me espanta muito a volatilidade daqui desta Casa do ponto de vista de mudar de opinião.

Ontem, Deputado Wellington Luiz, V.Exa. brigou nesta Casa justamente, junto com mais 12 Deputados, para a gente chegar a um consenso para votar a questão do Uber. E realmente nós tínhamos o voto da maioria e nos subordinamos ao voto do outro grupo, chegamos ao consenso para poder fazer o entendimento na Casa.

Hoje vem o Deputado Delmasso, que era talvez o Deputado que mais perderia se a gente impusesse nossas vontades, e diz "não, faço a votação da maioria". Então, qual coerência que tem na fala de um Deputado dessa forma? Qual coerência? Isso é falta de coerência. Uma pessoa que fez... A gente discutiu durante cinco dias um projeto para chegar a um entendimento, aí ele vem e fala assim "não, faz o voto da maioria". Então, despreze a minoria. Isso não é coerência. Não é dessa forma que se trata no parlamento.

DEPUTADO DELMASSO – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO DELMASSO (PTN. Sem revisão do orador.) – O art. 35 do Regimento Interno diz o seguinte: "Sempre que possível, as deliberações do Colégio de Líderes serão tomadas mediante consenso entre seus integrantes ou, na falta deste, prevalecerá o critério da maioria, calculando-se o voto dos Líderes em função da expressão numérica de cada bancada".

Quero só dizer, Deputado Cristiano Araújo, que sou coerente, sim, até porque o início da construção do consenso do projeto do Uber começou com a discussão comigo e com o Deputado Prof. Israel. A questão que estamos discutindo

aqui é Colégio de Líderes, e se V.Exa. acha que isso não é coerente, coerente é você falar uma posição e fazer outra. Ontem o que nós construímos foi iniciado por mim e pelo Deputado Prof. Israel.

Então, peço a V.Exa. respeito porque, da mesma forma que eu respeito V.Exa., independentemente das posições que tenha, eu gostaria que V.Exa. também me respeitasse, porque eu nunca faltei com respeito com V.Exa. Nunca disse que o senhor é incoerente, mesmo em alguns momentos tomando posições incoerentes! Então, só quero respeito, da mesma forma que tenho com V.Exa., que o senhor tenha a mim.

Quero o art. 35 do Regimento Interno agora neste momento.

Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Tudo bem.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE (PT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, a verdade é a seguinte, eu vou fazer uma sugestão para V.Exa. Nós fizemos a discussão até agora. Nós, Deputado Delmasso, pautamos projetos que uns e que outros gostariam que fossem votados, que não são muitos, parece que é o da creche, o da CEB e o do FAP, são esses três.

Portanto, eu quero propor para V.Exa. o seguinte: se continuarmos aqui nesta sessão, vamos terminar lá para duas horas da madrugada, porque ainda tem o segundo turno de todos os projetos para serem votados. Então, sugiro a V.Exa. que suspenda a sessão, a gente volta amanhã, de cabeça fria, para discutir esses três projetos em primeiro turno e votar o segundo turno dos demais. É a sugestão que faço para V.Exa.

(Intervenção fora do microfone.)

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Calma, gente. O Regimento vai favorecer quem acha que tem o direito. Eu posso ir pelo Regimento também e dizer que não posso acatar. É decisão do Presidente pautar ou não alguma matéria. Neste momento, a palavra ainda está com o Deputado Chico Vigilante.

DEPUTADO CHICO VIGILANTE – Eu estou fazendo essa sugestão, Deputado Delmasso, porque todos nós aqui somos conhecedores do Regimento. A coisa mais difícil aqui é se cumprir esse Regimento, portanto como é que nós vamos querer obrigar o Deputado Bispo Renato Andrade, que está conduzindo a sessão tão bem, tem o respeito de todos nós, é um homem pacato, acolhedor... É um bispo! Como é que nós vamos querer exigir dele?

Portanto, eu faço essa sugestão a todos. Peço o apoio dos Líderes aqui para que possamos, com a aquiescência de V.Exa., encerrar a sessão neste momento e amanhã voltamos de cabeça fria.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – O pedido da Deputada Luzia de Paula, estou inteiramente de acordo com ele, por mim, nós votaríamos hoje, sem dificuldade nenhuma. Mas eu não vou assumir o ônus de ser Presidente por um dia e já criar o dissenso. Jamais farei isso.

Gente, não adiantam os apelos, eu não vou pautar. Nós vamos convocar a sessão para amanhã com a Presidente Deputada Celina Leão. Agora, a pergunta é: vamos deixar para às 15h ou faremos pela manhã? (Pausa.) 15h!

DEPUTADO JULIO CESAR – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO JULIO CESAR (PRB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente desta sessão, como o Deputado Chico Vigilante falou, V.Exa. está conduzindo tão bem e, como bispo, o senhor sabe que um dos princípios é sempre podermos fazer justiça. E V.Exa. sabe muito bem que a justiça seria votarmos o projeto de lei da CEB, porque ele realmente tinha sido pautado no Colégio de Líderes.

Eu acho... Acho não, tenho certeza de que não podemos esquecer quais são os prejuízos que vamos ter se não votarmos esse projeto de lei que beneficiará a CEB. Nós que estamos aqui, e sempre vimos com o nosso discurso de que realmente queremos o bem para a nossa cidade, sabemos o quanto vai fazer bem essa questão da CEB. Se fizermos aqui a votação individual, certamente, teremos quase de 14 a 15 votos para podermos aprovar esse projeto.

Eu fico muito, assim... Respeitarei a opinião de V.Exa., porque V.Exa. que está conduzindo esta Presidência, mas sairei desta Casa hoje um pouquinho decepcionado no sentido de que está claro que pelo Regimento foi 12 a 11. Eu acho que a justiça tinha que prevalecer, até porque V.Exa. disse: "Vamos consultar o Colégio de Líderes". Então, era muito melhor a gente não ter consultado e ter partido para a reunião no dia seguinte. Mas quero parabenizar V.Exa.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concordo com V.Exa., mas eu quero dizer que, antes da minha decisão, também, a Deputada Celina Leão já tinha acatado a retirada desse item extrapauta. Então, a gente tenta construir o consenso. Como eu já disse, a Deputada Luzia de Paula me fez um pedido que eu acataria com imenso prazer porque acho que ela tem inteira razão. A gente não pode construir o dissenso. Pior seria votarmos o segundo turno e a LDO, e amanhã ninguém aparecer aqui. Nós temos a noite inteira e eu vou seguir a liderança do meu líder, o Deputado Chico Vigilante, com todo o respeito aos demais. Este homem, o Deputado Chico Vigilante, está iluminado nesta noite, e está me

tirando de uma situação difícil. Presidente por um dia, e eu ainda vou criar dissenso nesta Casa? Não me peçam isso, por favor.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO ROBÉRIO NEGREIROS (PSDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, pelo amor ao debate e com muito respeito ao que o Deputado Delmasso falou, pelo art. 36, compete ao Colégio de Líderes, no caso, elaborar a agenda mensal. Quando a gente se remete ao art. 42, sobre atribuições do Presidente, no inciso XV, é atribuição do Presidente incluir na Ordem do Dia proposições com pareceres e condições regimentais de nela figurarem.

O artigo mencionado fala: "tanto quanto possível". Neste caso, é aquilo que o Presidente, o Deputado Bispo Renato Andrade, falou. O Regimento, se puxar por um lado, por um pedaço, seria isso. Então, o meu entendimento é: independentemente da proporcionalidade, seria uma prerrogativa, havendo dissenso, do Presidente. Eu pugno para terminarmos hoje. Depois do Uber, já entramos em recesso logo.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO PROF. REGINALDO VERAS (PDT. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, V.Exa., antes de encerrar a sessão, acatou o pedido do Deputado Chico Vigilante? Nós voltaremos amanhã às 15h, e temos três projetos na pauta: o das creches, da CEB e da FAP, que engloba os créditos de remanejamento de emendas parlamentares. É isso?

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Não. Veja só. Eu faço uma pergunta aqui antes de encerrar: há concordância de 100% dos Líderes em votarmos hoje o projeto solicitado pela Deputada Luzia de Paula? Eu o coloco em votação ainda hoje, mas eu preciso de 100% da aprovação dos Líderes. Eu não vou criar dissenso aqui de jeito nenhum. O Deputado Julio Cesar pode ficar um pouquinho chateado comigo, mas quando ele orar pela manhã, vai entender.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ – Sr. Presidente, solicito o uso da palavra.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Concedo a palavra a V.Exa.

DEPUTADO WELLINGTON LUIZ (PMDB. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, em que pese a gente ter de voltar amanhã, mas pela nobreza desse projeto da Deputada Luzia de Paula – já ficamos até agora por coisas muito mais

irrelevantes –, um projeto tão importante quanto esse, que diz respeito às nossas crianças, aos alunos, aos jovens, por mim nós o votamos hoje. Inclusive, vamos dormir com a consciência tranquila.

PRESIDENTE (DEPUTADO BISPO RENATO ANDRADE) – Vou acatar, então, a solicitação da Deputada Luzia de Paula em homenagem à grandeza, logicamente, do projeto e daquilo que a Deputada pede. Nós vamos votar o primeiro turno nesta noite. Há consenso de todos os Líderes, e pedimos que isso possa acontecer. Da mesma maneira como pedimos pelos estudantes, vamos pedir pelas crianças.

Quanto às demais coisas, amanhã eu não estarei na Presidência e vou ajudá-los a construir o consenso. Nós vamos acabar votando tudo isso, mas na Presidência eu preciso representar a unanimidade. Amanhã, fora da Presidência, eu estarei ao lado de vocês. Esses Líderes do meu bloco foram insensíveis com vocês nesta noite, mas amanhã eu estarei do outro lado.

Vamos, então, ao projeto das creches. (Pausa.)

Faço um apelo aos nobres Deputados. Eu acho que a gente estaria fazendo um grande favor para as crianças do Distrito Federal. A Deputada Luzia de Paula raramente nos pede alguma coisa, e quando ela pede, sempre há razão nos pedidos dela. Com a elegância da Deputada Luzia de Paula, eu não vou negar o acatamento do pedido dela. Se fosse desses homens que agem com deselegância, com dureza... Se a Deputada Luzia de Paula me pedisse para acatar todas as solicitações, seriam todas acatadas. Como ninguém fez, só vou apreciar o projeto das creches hoje. Acato também o pedido do grande líder, o Deputado Chico Vigilante. Nós deixaremos tudo para amanhã. Vamos dormir, vamos descansar. Amanhã, às 15h, voltaremos.

Vamos ao projeto das creches. Está pronto para ser votado? (Pausa.)

O projeto não está aqui. Eu queria muito votá-lo hoje, Deputada. Então, fica para amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão.

(Levanta-se a sessão às 23h07min)